

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA-UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO-FAED
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LUCIANA CARLOS GEROLETI

**ENTRE A “BELA” E A “BANCÁRIA”:
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS DE MULHERES
BANCÁRIAS (DÉCADAS DE 1960-1980)**

FLORIANÓPOLIS/SC

2010

LUCIANA CARLOS GEROLETI

**ENTRE A “BELA” E A “BANCÁRIA”:
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS DE MULHERES
BANCÁRIAS (DÉCADAS DE 1960-1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em História,

Orientadora: Profa. Dr^a. Cristiani Bereta da Silva.

FLORIANÓPOLIS/SC

2010

LUCIANA CARLOS GEROLETI

**ENTRE A “BELA” E A “BANCÁRIA”:
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS DE MULHERES
BANCÁRIAS (DÉCADAS DE 1960-1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso julgado adequado pela Banca Examinadora para obtenção do título de Bacharel em História, no Curso de História do Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora

Orientadora: _____

Profa. Dr^a. Cristiani Bereta da Silva
UDESC

Membro: _____

Profa. Dr^a. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
UFSC

Membro: _____

Profa. Dr^a Marlene de Fáveri
UDESC

Florianópolis/ SC, 07/06/2010

Às mulheres de minha família:
À mãe Lorena e às irmãs Lisa e Rô.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para que este trabalho pudesse ter sido feito. Não sei se este espaço é suficiente para agradecer a todos e a todas que, de forma direta ou indiretamente, contribuíram para a forma final deste trabalho. Começo agradecendo à professora e orientadora Cristiani, pelo aprendizado que me proporcionou durante a caminhada para a construção deste TCC, desde o Projeto de pesquisa até o trabalho final. Agradeço também pela paciência quanto às claras explicações sobre as mulheres, feminismos, normas e tudo mais. Posso dizer que depois de várias leituras, sou mais do que nunca historiadora e feminista. Obrigada!

À minha “pequena família” (eu e minha irmã Lisa), cuja convivência nos últimos quatro anos proporcionou intensos debates, ou “reflexões” como ela mesma chama, a partir de observações sobre o dia-a-dia das mulheres. Enquanto ela cozinhava e cuidava do apto, eu ficava no quarto estudando... e volta e meia o debate sobre a vida difícil das mulheres “esquecidas” na cozinha (enquanto o “homem” ficava estudando e construindo a sua carreira fora de casa) se abria. No final, eu sempre acabava lavando a louça... por “consciência”.

Mas também à minha “grande família”, ao pai Paulo e a mãe Lorena, aos irmãos Rudi, Rô e Lisa. A vida à distância durante estes anos às vezes faz esquecer como é bom contar uns com os outros.

Faço aqui um agradecimento especial às “personagens” principais deste trabalho, Miriam, Fernanda, Vera, Maísa, Milena, Nair e Sara, pois sem elas o trabalho teria tomado outro rumo. Obrigada pela disposição em participarem da pesquisa.

Aos colegas de trabalho que indicaram os caminhos para as “fontes”. Um agradecimento especial ao colega, eterno professor e sindicalista, José Carlos da Silva. Grata pela ajuda, pois caso contrário não teria encontrado pessoalmente “A mais bela bancária”. Apesar das pequenas brigas, quando me chama de “feminista”, espero que este trabalho contribua com o conhecimento sobre os bancários e, especialmente, sobre as bancárias. Agradeço também a colega Zelinda, que desde o Projeto se mostrou disposta a dar suas dicas, revisar, ajudar no que fosse preciso. Valeu Zê!

Aos professores da UDESC pelo aprendizado proporcionado. Gostaria de agradecer especialmente a professora Marlene de Fáveri, a primeira pessoa que tive contato no primeiro dia que cheguei à Universidade. E a que me incentivou no curso quando eu estava passando por um momento muito ruim de minha vida... Ainda lembro o dia do exame de América II...

Aos colegas do arquivo sindicato dos bancários, a bibliotecária Janete e, depois de sua saída, o sindicalista Artur, pela ajuda na localização das “fontes” e no acesso ao local.

A todas e a todos os funcionários do banco do Estado de Santa Catarina envolvidos na construção e inauguração do Museu Besc, torço para que um dia ele se torne um museu “oficial” e aberto ao público.

Enfim, agradeço a todos aqueles e aquelas que, embora não citados aqui, contribuíram cada um a sua maneira com este trabalho que apresento a seguir. Fica aqui meu Muito Obrigada a todos vocês!

“O pessoal e o muito íntimo são banidos como indecentes. Se a jovem se obstina até o ponto se apropriar, timidamente, do diário íntimo, a mulher casada deve renunciar a ele. Não há lugar para tal forma de escrita no quarto conjugal. A memória feminina, assim como a escrita feminina, é uma memória familiar, semi-oficial.”

Michelle Perrot

RESUMO

Historicamente as mulheres foram retratadas por outros. Elas não falavam de si. O presente trabalho trata, sobretudo, de mulheres que falaram de si. Tem como fonte principal depoimentos de oito mulheres que exerceram a profissão de bancária entre as décadas de 1960 a 1980 em Florianópolis. Utilizando-se da metodologia da História Oral, este trabalho lida, antes de tudo mais, com narrativas, memórias e representações. Discute como as mulheres se inserem nos bancos, na condição de trabalhadoras, a partir da década de 1960, carregando consigo as “marcas” do gênero. A questão central do trabalho é historicizar como a beleza esteve ligada as bancárias e de que modo tal ligação foi reflexo da forma como as mulheres se inseriram nos bancos. Pretende ainda discutir os atributos construídos para o feminino, a beleza e a feminilidade, como estas contrastam com aqueles construídos para o masculino, como a política, no mundo do trabalho. É também um exercício de reflexão da história das trabalhadoras bancárias, enfim, da história das mulheres.

Palavras-chave: Mulheres. Memórias. Bancárias. Beleza. Relações de poder. Bancos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
PRIMEIRO CAPÍTULO	18
TENSÕES ENTRE MULHERES TRABALHADORAS BANCÁRIAS E O DISCURSO FEMINISTA NAS DÉCADAS DE 1970 e 1980.....	18
1.1 OS FEMINISMOS DAS DÉCADAS DE 1970 E 1980.....	21
1.2 O TRABALHO DAS MULHERES OU TRABALHO DE “MULHER”?.....	26
1.3 A INSERÇÃO DAS MULHERES NOS BANCOS	31
1.4 A CATEGORIA BANCÁRIA E AS RELAÇÕES DE PODER.....	35
SEGUNDO CAPÍTULO	40
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE FEMINILIDADES, FEMINISMOS E CARREIRA NOS ENTRELUGARES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	40
2.1 FEMINISTA É A MÃE.....	42
2.2 TRABALHO NO BANCO: DO SONHO À CARREIRA.....	49
2.3 PORQUE SOMOS PROFISSIONAIS.....	56
TERCEIRO CAPÍTULO.....	62
A POLÍTICA DA BELEZA: AS DIFERENTES FORMAS DE ASCENSÃO E PODER PARA HOMENS E MULHERES.....	62
3.1 O BANCO DOS “HOMENS PÚBLICOS”	64
3.2 ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE: BELEZA E DISTINÇÃO SOCIAL	68
3.3 A VALORIZAÇÃO DA FEMINILIDADE.....	80
3.4 RELAÇÕES DE GÊNERO E CARGOS DE PODER.....	83
3.4.1 A “profissionalização” e a ascensão das mulheres.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
FONTES	99

INTRODUÇÃO

A historiografia por muito tempo considerou as mulheres como pertencentes à História do Homem. Ainda hoje, parece que incluir as mulheres nos processos históricos significa tratar apenas de uma “História das mulheres” e não da História enquanto ciência histórica legitimada desde o século XIX. Isso talvez se deva à antiguidade e, ao mesmo tempo, ao conservadorismo da disciplina, em que é recente o reconhecimento de que não existe um sujeito universal único, mais especificamente, de que o homem não representava o sujeito universal da História. O pensamento filosófico surgido no século XVIII manteve o predomínio de um discurso histórico masculino, olhar do homem sobre o mundo, sobre os outros homens e sobre as mulheres (CAMPRE-CASNABET, 1990). Contraditoriamente, foi este mesmo pensamento “iluminado”, através de algumas mulheres, que deu início ao questionamento do lugar “delas” no mundo. Segundo Michelle Perrot (1988) data do século XIX a constituição de uma divisão clara entre o público e privado, período em que se construiu um espaço político inseparável do público, com uma dupla exclusão: os proletários e as mulheres.

Foi apenas no século XX, com o desenvolvimento de um novo tipo de tradição Historiográfica, os *Annales*,¹ que as mulheres passaram a condição de sujeito e objeto de História. Primeiramente uma História das mulheres, depois a análise de gênero e junto com estes, “funções” que historicamente foram naturalizados nas mulheres como a beleza, a maternidade, o serviço doméstico e o aborto viraram assuntos de História. O século passado assistiu também ao que é considerado por vários autores e autoras o século da “revolução das mulheres”, no qual estas saíram do espaço privado e circunscrito ao lar para invadir o espaço público, do trabalho, da política, do poder. Desde meados dos anos 1940, no contexto do pós- Segunda Guerra, o mundo passou por transformações expressivas no tocante a vários setores e também, ou principalmente, no papel das mulheres na sociedade: Conquistas estas que permitiram às mulheres, parcialmente, ter acesso a direitos básicos, como o sufrágio, o controle sobre a fecundidade, com o advento da pílula anticoncepcional, adentrar a mercados de trabalho antes estritamente masculinos e a

¹ A historiografia francesa dos *Annales* foi o mais famoso grupo de história do século XX. Desde a criação da revista dos *Annales* em 1920, a tradição intelectual deste grupo criou o que se chamou das diversas “gerações dos *Annales*”. Entre as principais posições teóricas defendidas está o abandono de uma história “dos grandes homens e feitos”; a introdução das “mentalidades” e também a preocupação com as permanências na História, além do diálogo com outras disciplinas, como a geografia, economia, sociologia, a antropologia e a literatura.

participação política. A partir da década de 1960, mas principalmente na década de 1980, tais movimentos reivindicatórios tomariam um rumo decisivo para a emancipação das mulheres nos países ocidentais.

O parágrafo acima reflete uma cronologia da emancipação feminina. Mas será que a história aconteceu dessa forma? Linear, contínua e progressiva? Embora possa ser considerada correta em termos de explicações gerais, há muito mais elementos a serem problematizados nesta “história linear de conquistas femininas” do último século. Foi a partir de observações como esta de um lado, contrastando com a situação das mulheres nos vários aspectos da vida cotidiana nos dias atuais, como no acesso e ocupações desiguais no mercado de trabalho, no acúmulo das responsabilidades domésticas e profissionais e ainda da exigência não só de uma bela aparência, mas da valorização maior ainda de uma “bela mulher” por outro, que surgiu a motivação principal deste trabalho. As mulheres, ainda nos dias atuais, estão sujeitas à exigências fruto de naturezas contraditórias: um misto de mãe, esposa, ao mesmo tempo que profissional e, ainda de mulher que deve manter-se bela. Como entender tais “exigências” através da História?

Procurando refletir sobre as questões formuladas acima, este trabalho tem como tema mulheres bancárias que trabalharam no banco do Estado de Santa Catarina entre as décadas de 1960 e 1980 na cidade de Florianópolis. As fontes e a idéia central do trabalho surgiram quando da organização voluntária por esta pesquisadora do Museu do Banco do Estado de Santa Catarina- Besc.² Vasculhando nos documentos e fotografias produzidos pelo banco, era notável, mas ao mesmo tempo invisível, tanto numericamente quanto hierarquicamente, o papel e o lugar em que as mulheres apareciam. Enquanto os homens estavam nos quadros de presidentes, de diretoria, no comando dos departamentos, as mulheres estavam no atendimento telefônico, nas ocupações mais mecânicas e auxiliares, exercendo as funções de datilógrafas e secretárias. Foi possível observar também que, enquanto estes mesmos homens apareciam nas fotografias de campeonatos esportivos, as mulheres apareciam nas fotos destes eventos, sobretudo, quando estes promoviam concursos de beleza. Dentre estes, dois concursos foram expressivos pela amplitude que tiveram e que serão discutidos ao longo do trabalho, o “*Miss Bancária*” e o Rainha Codesc”.

² O Banco do Estado de Santa Catarina foi criado em 1962. Foi extinto legalmente em outubro de 2008 por incorporação a outra Instituição Financeira, o Banco do Brasil. Por conta de sua extinção, iniciou-se a organização do Museu em janeiro 2008, inaugurado em 29 de setembro daquele mesmo ano. Segue ainda em fase de instalação, não sendo aberto ao público. Maiores informações sobre o museu estão em **Diário Catarinense**. Florianópolis, 29 set. 2008.

O primeiro foi promovido pelo sindicato da categoria em 1979, o segundo organizado pelo banco em 1985.

Utilizo neste trabalho a metodologia da História Oral, através da qual realizei entrevistas com oito mulheres bancárias que exerceram a profissão entre as décadas de 1960 a 1980. Foi possível chegar até as depoentes através de listagem fornecida previamente pela área de recursos humanos do banco do Estado de Santa Catarina. As depoentes escolhidas deveriam atender, primeiramente, ao critério do período de admissão no banco, devendo ser representativas das três décadas que abrangem este trabalho. Por isso, entre as oito bancárias selecionadas, uma delas foi admitida na década de 1960 (uma das três primeiras mulheres admitidas no banco), quatro foram admitidas na década de 1970 e as demais admitidas em meados da década de 1980. Outro critério de escolha foi a localização geográfica das depoentes, optando-se por limitar a análise às bancárias que trabalharam e atualmente moram na cidade de Florianópolis e região. Todas elas são apresentadas no trabalho por pseudônimos, tendo em vista estar ter sido a opção feita por elas próprias ao concederem seus depoimentos.

Na primeira parte do trabalho são discutidos os “feminismos”³ no Brasil. Discutirei aqui o feminismo chamado de “segunda onda” na década de 1970, período em que, segundo vários autores, as reivindicações das mulheres apareceram através de movimentos organizados. A experiência feminista no Brasil começa em meados do século XIX, passando por vários momentos, ressurgindo nas décadas de 1960 a 1980, momento em que tanto as mulheres das classes populares quanto as de classe média iniciaram o que ficou convencionado chamar de “movimento de mulheres” para as primeiras e movimentos propriamente “feministas” para as segundas. Já na década de 1980, veríamos o amadurecimento destes feminismos, período em que estes passam a se “estatizarem”, ou seja, a levarem para o Estado as questões referentes às mulheres como creches, a política de natalidade, o aborto, a sexualidade, temas que pela primeira vez foram incluídos nos programas dos partidos políticos. Neste momento, surgira, então, como produto das reivindicações feministas, o que se chamou da nova “mulher”, moderna e emancipada, que trabalha fora, mas também cuida do ambiente doméstico e ainda é responsável

³ Sônia Alvarez (1994) utiliza a expressão “feminismos”, no plural, para se referir aos movimentos reivindicatórios dos direitos das mulheres no Caribe e na América Latina. Segundo a autora, a forma como se desenvolveu as propostas de cada movimento variam conforme o país e a realidade social. Neste trabalho, sempre que possível, opta-se pela expressão “feminismos” para se referir aos movimentos de mulheres e aos movimentos feministas, pois julgo que os dois movimentos, apesar de defenderem interesses distintos, não se excluem um ao outro como proposta de defesa/reivindicação dos direitos das mulheres.

pela “manutenção” da família e pelo lar. Tais papéis teriam se reproduzido também no mundo do trabalho? Partindo desta constatação, procuro discutir como se deu a introdução das mulheres no trabalho bancário no Brasil a partir de meados da década de 1960, inclusive ou, principalmente, nos bancos públicos via concursos. O que ocasionou e o que significou tal mudança? Discuto ainda a idéia de “categoria bancária” e as relações de poder nela implícitas.

Já a segunda parte do trabalho problematiza as bancárias utilizando-se das fontes orais. Inicialmente, as questões discutidas giram em torno dos motivos que levaram estas mulheres a trabalhar num banco, profissão ainda estritamente masculina no período, da opção por seguir uma carreira, da vida pessoal e profissional, para posteriormente, discutir questões como a valorização da beleza e da feminilidade no trabalho. Tento analisar também questões que ficaram nas “entrelinhas” dos depoimentos, como a política (a rede de relações políticas), as relações de gênero e o acesso aos cargos comissionados dentro do banco. O principal objetivo desta parte é levar a discussão para o cotidiano das próprias mulheres bancárias bem como discutir as representações sobre a beleza feminina. Para tal tarefa, faço uso aqui dos referenciais de memórias, narrativas e representações.

Trabalhar com memórias e fontes orais é pisar num campo movediço. Conforme afirmou a historiadora Michelle Perrot, é bastante difícil reconstituir a história das mulheres, pois poucos vestígios foram deixados sobre elas (PERROT, 1989). Mas falar das mulheres exige fontes que falam delas mesmas, pois durante muito tempo as mulheres não falaram de si, foram retratadas. O uso de testemunhos como fonte para a História é caro aos historiadores pela relação complexa que estabelece entre História e memória, que embora distintas podem estar entrelaçadas e pela própria noção do que seja a História como disciplina. Ao se fazer uso de memórias para a escrita da História, o debate que, invariavelmente, se coloca é a “aparente” oposição entre História e memória, conforme defendido por vários autores, como Pierre Nora (1993). Podemos falar de uma oposição entre memória e História nos dias atuais? É possível usar a memória como fonte para a História? E o testemunho poderia ser submetido à historicização? Provavelmente não há uma resposta pronta para tais questões, mas algumas posições são discutidas neste trabalho, o qual entrelaça História e memória ao fazer uso de narrativas. A memória não é um veículo da História, mas desde que historicizada pode sim se tornar um tipo de História. Entretanto, o trabalho que se propõe a falar de “experiências” deve tomar certos cuidados, tanto devido à “autoridade da experiência” (seu *status* de verdade) quanto à sua naturalização pela História.

Conforme alertou Scott (1998) ao se falar da experiência, muitas vezes o historiador acaba matando-a. É preciso “historicizar a experiência”, ou seja, perceber que são sujeitos e não indivíduos que a possuem e desse modo, é preciso compreender que lida-se com identidades em constante mutação e é preciso considerá-las na análise histórica (SCOTT, 1998). Defende a autora que trabalhar com esta noção de experiência implica para historiadores e historiadoras considerá-la não a “origem de nossa explicação, mas sim o que queremos explicar, que como consequência interroga o processo de criação de sujeitos, repensa a história e o papel do historiador, abre novos caminhos para se pensar a mudança” (SCOTT, 1998, p.325).

Apesar de julgar fundamental a utilização da fonte oral, ao falar das mulheres, entendo, concordando com Alessandro Portelli, que as fontes orais são fontes narrativas e que “o trabalho histórico que se utiliza das fontes orais é infundável, dada a natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição” (PORTELLI, 1981, p. 36). Conforme afirmou Bourdieu (2006) é característica intrínseca ao relato a construção artificial de sentido, ou seja, quando passa a categoria de relato (escrita) obrigatoriamente as partes (os acontecimentos de vida) do entrevistado devem obedecer a uma lógica, possuir relações inteligíveis e seguir etapas de um desenvolvimento necessário. Por isso, não trabalho com a idéia de que as narrativas dessas mulheres sobre suas trajetórias representam o “relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção” (PORTELLI, 2006, p.185). E o que faço aqui é uma tentativa de análise e interpretação da história das bancárias partindo das memórias de oito mulheres que trabalharam no banco do Estado de Santa Catarina-Besc entre as décadas de 1960 e 1980 na cidade de Florianópolis. Tais depoimentos evidenciaram não apenas as trajetórias destas mulheres no trabalho do banco, como também se relacionam com os acontecimentos e transformações por qual passaram a cidade de Florianópolis, o Estado de Santa Catarina e o Brasil no período em estudo.

Segundo Portelli (1981, p.33) atentando para questão da imperfeição inerente às fontes orais e de que “a memória não é apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”, não considero os depoimentos das bancárias como “respostas” aos questionamentos desta pesquisa. Os testemunhos são, primeiramente, construções sobre o passado, reelaboradas a partir de imagens do presente. Por isso, segundo Portelli (2006, p. 32) não há “falsas” histórias orais e estas contam muito mais sobre significados, do que sobre verdades, bem como podem lançar nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária. Mas tais

narrativas são também memórias, atravessadas por outras memórias e ressignificadas pelo presente.

Assim, a intenção desse trabalho é discutir como as mulheres foram introduzidas nos bancos a partir da década de 1960 levando com elas as “marcas” de gênero. E dentro dessa discussão, a questão central é problematizar como a beleza esteve presente na vida das bancárias de forma peculiar. Aos homens campeonatos esportivos (os quais eram organizados, sobretudo, nas modalidades masculinas), para as mulheres concursos de beleza? A partir daí, pretendo historicizar como alguns atributos construídos para o feminino, como a beleza e a feminilidade, contrastam com aqueles construídos para o masculino, como a política e o mundo do trabalho.

Poucos trabalhos foram feitos falando sobre as trabalhadoras bancárias no Brasil. A pesquisadora Liliana Segnini é uma das autoras que se dedicou à temática, fazendo pesquisa em um banco estatal do Estado de São Paulo na década de 1990 (SEGNINI, 1998). Para Segnini, a inserção das mulheres nos bancos não foi somente uma “conquista” das mulheres num local antes reservado ao masculino, uma simples substituição ao trabalho dos homens. Foi também, ou mais do que isso, o que autora considera uma “estratégia do capital”, ou seja, as mulheres preencheram as vagas geradas pelo processo de automação dos bancos, os quais necessitavam de mão-de-obra barata para os serviços mais repetitivos e manuais (SEGNINI, 1998). Outro diálogo realizado foi estabelecido com o trabalho da historiadora Aurea Tomatis Petersen, também sobre bancárias, objeto de sua Tese Doutorado (PETERSEN, 1999). Pesquisando sobre as bancárias que trabalharam em bancos no Estado do Rio Grande do Sul desde a década de 1920, mostrou a autora que a inserção das mulheres no banco do Estado do Rio Grande do Sul-Banrisul intensificou-se a partir da década de 1940, em quadro de carreira “auxiliar” ao dos homens, constituindo-se no reflexo de preconceitos vigentes no mercado de trabalho para as mulheres no período. Nesse sentido, procuro compreender como e porque as mulheres se inserem nos bancos a partir da década de 1960 e em especial no banco do Estado de Santa Catarina.

Para ampliar o debate e compreender a inserção “diferenciada” das mulheres nos bancos, para além da questão do “mercado” e do “capital” (da demanda e oferta de emprego) utilizo aqui as discussões de gênero e das relações de poder. Nesse sentido, o trabalho dialoga com as autoras Joan Scott, Michelle Perrot e Joana Maria Pedro. O gênero é pensado aqui na perspectiva de Joan Scott, como categoria de análise histórica. Scott (1990) sugere pensar como o gênero é construído social e culturalmente a partir das diferenças percebidas entre os sexos e como ele dá significado

às relações de poder, ou seja, falar das relações entre os sexos é falar, sobretudo, de poder. É deste debate que este trabalho pretende participar, percebendo como se dão as relações entre homens e mulheres no trabalho, considerando que no caso específico do trabalho bancário, este era uma profissão dominada, hierárquica e numericamente, por homens. As relações seriam, antes de tudo, relações hierárquicas? Desse modo, as diferenças entre os sexos, para além do biológico, são percebidas como construções sociais e culturais que se manifestam no cotidiano de homens e mulheres e que se reproduzem no mundo do trabalho.

Michelle Perrot (1989) já afirmou que é o poder que move as relações entre homens e mulheres. Pesquisando as mulheres ao longo da História, esta historiadora é referência deste trabalho pela intensa produção sobre as mulheres: das “excluídas” da História aos vestígios deixados através da memória (PERROT, 1988, 1989 e 2005). Joana Maria Pedro (1998, 2005) utilizou o gênero como categoria de análise em vários de seus trabalhos e traduziu claramente esta discussão. A análise que este trabalho se propõe a fazer é discutir através das narrativas, que comunicam também experiências, como estas são construídas discursivamente e distintamente para homens e mulheres, informam sobre personagens e acontecimentos e explicitam uma temporalidade, ou seja, os sujeitos da narrativa são influenciados pelo seu presente, pelas relações sociais e culturais que estabelecem. Segundo defendem as autoras Kofes e Piscitelli (1997) é através da perspectiva do gênero que a noção de experiência pode ser melhor compreendida, por isso, lidar com as narrativas parece um meio de encadear experiências femininas, memórias e gênero.

Pretendo tratar, também, das representações construídas sobre e para o feminino, como a beleza. Tais representações constituem memórias e são tomadas aqui no sentido de Roger Chartier (CHARTIER, 1988). Para este autor, nas premissas de uma História Cultural, as coisas não existem no mundo por si só, são produzidas pela cultura e as representações são “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1988). Desse modo, pretende-se pensar aqui a como a imagem da “bela” estava presente na vida das bancárias.

Considerando as fotografias como resíduos do passado, na perspectiva de Kossoy (2001) mas tendo em mente que elas estão sempre abertas às múltiplas interpretações, são trazidas à análise três imagens dos concursos de beleza “Miss bancária” e o “Rainha Codesc”. Duas participantes do “Miss Bancária” foram entrevistadas durante a pesquisa para este trabalho, sendo

uma delas a vencedora do concurso. Em relação à marcante presença do discurso da beleza em Florianópolis no período de 1960 a 1980, dialogo aqui com os trabalhos de duas historiadoras. Mara Rúbia Sant’Anna (2005) mostrou como a aparência esteve ligada à distinção social na cidade de Florianópolis entre as décadas de 1950 a 1970. Núcia Alexandra Silva de Oliveira (2001), pesquisando em jornais e periódicos do período de 1960 a 1980, mostrou que o discurso da beleza esteve muito presente na cidade de Florianópolis de duas maneiras: como forma de prestígio social e como um reforço do gênero, pois tal discurso atingia, sobretudo, as mulheres. Neste trabalho, a beleza está sendo entendida como uma questão de gênero e de poder e, portanto, compartilha com a perspectiva da desnaturalização da beleza feminina. Procuo discutir, então, como se deu a “junção” das bancárias com a beleza em Florianópolis. Para isso, tentarei contextualizar a figura do banco neste processo, sua ligação com a elite local e, sobretudo, com o poder político.

A opção pelo período em estudo se deu tanto pela década de 1960 representar o momento em que o Banco do Estado de Santa Catarina iniciou suas atividades, quanto o período em que ocorre o que a pesquisadora Liliana Segnini chamou de “feminização” do trabalho bancário em todo o mundo (SEGNINI, 1998). No banco do Estado de Santa Catarina a admissão de mulheres ocorreu desde o início. O período que se inicia em 1960 é característico também de uma transição na sociedade brasileira em que os novos valores trazidos pelos feminismos conviviam com velhas “normas”. As mulheres deveriam procurar um trabalho remunerado para ajudar no orçamento da casa? Ou deveriam realizar-se profissionalmente? Tal debate circulou pelas camadas médias da população, através dos meios de comunicação, principalmente, nos jornais e revistas, enquanto para as mulheres das classes populares, que sempre trabalharam fora do lar, a questão discutida era o aperto salarial e falta de condições básicas de sobrevivência.

Já a década de 1980 é representativa tanto da consolidação dos movimentos reivindicatórios das mulheres, que passam a atuar junto ao Estado e junto à política partidária e ao poder político. É também o período da maior representatividade das mulheres no mercado de trabalho e da formação profissional, que se tornou praticamente igualitária em relação aos homens. É em si, considerada a “década das mulheres”. Quais os reflexos desta década no tocante a posição das mulheres na sociedade, mas também no mercado de trabalho?

A discussão proposta neste trabalho está estruturada em três capítulos. Para isso, no primeiro capítulo intitulado “**Tensões entre as mulheres trabalhadoras bancárias e o discurso**

feminista nas décadas de 1970 e 1980”, tento estabelecer uma discussão sobre os “feminismos” no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, passando pelo movimento rumo ao trabalho remunerado por qual passa muitas mulheres no Brasil. Discuto possíveis ‘tensões’ entre o discurso feminista, que criou a mulher “emancipada” e “independente” nos países ocidentais e a forma como se deu a inserção da mão-de-obra feminina em alguns segmentos do mercado de trabalho, tratando especificamente aqui do trabalho bancário a partir da década de 1960 no Brasil.

No segundo capítulo “**Memórias e representações sobre feminilidades, feminismos e carreira nos entrelugares das relações de trabalho**” tento compreender esta inserção das mulheres nos bancos a partir das próprias bancárias. Utilizarei para isso, sobretudo, fontes orais. Analisando entrevistas realizadas com oito mulheres bancárias, o debate central girará em torno da vida privada e do trabalho no banco. O que teria feito estas mulheres a seguir uma carreira profissional e mais ainda, e escolherem um banco como local de trabalho, profissão estritamente masculina no período? E em relação à carreira de bancária, estas mulheres viam um “futuro” profissional dentro do banco?

No terceiro e último capítulo proponho uma discussão sobre a beleza. Em “**A política da beleza: as diferentes formas de ascensão e poder para homens e mulheres**”, analiso as possíveis formas distintas de poder para homens e mulheres. Para os primeiros a política, para as segundas a beleza? Partindo da existência dos concursos de beleza “Miss bancária” e ‘Rainha Codesc’, tentarei analisar a relação das mulheres com a beleza. Por que a beleza estava tão presente na vida das bancárias no período? Já a questão da política, no sentido de poder político, esteve nas “entrelinhas” durante a maior parte dos depoimentos e desconsiderá-la seria, pois, desconsiderar todo um sistema de poder que historicamente apresenta-se como um privilégio masculino, portanto, fechado às mulheres. A beleza poderia se apresentar como “privilégio” das mulheres e a política como “privilégio” dos homens? E se e como isso repercutiu nas relações de gênero e no acesso aos cargos de poder dentro do banco é a proposta do capítulo final.

O presente trabalho é resultado de muitas reflexões e de pesquisa de campo. Não pretende tirar conclusões com base nos depoimentos, nem afirmar a vitimização das mulheres. Ao contrário, pretendo historicizar como foram atribuídos e construídos papéis, valores e condições diferenciadas para o masculino e o feminino ao longo da História e como isso se refletiu no dia-a-dia de homens e mulheres, especificamente tratando aqui de mulheres trabalhadoras bancárias entre as décadas de 1960 a 1980.

PRIMEIRO CAPÍTULO

TENSÕES ENTRE MULHERES TRABALHADORAS BANCÁRIAS E O DISCURSO FEMINISTA NAS DÉCADAS DE 1970 e 1980

A década de 1980 no Brasil, e em outros países, é caracterizada como a década dos movimentos sociais. Neste período estes já não representavam mais apenas a “revolução do proletariado” e sua organização racional e política, tendo como representantes os sindicatos e os partidos (DOIMO, 1995). Foi neste contexto que nasceram e cresceram os movimentos feministas e de mulheres no Brasil, principalmente na década de 1970, tendo como auge a década de 1980, período que marca um amadurecimento dos feminismos (ALVAREZ, 1994). Surge também, no período, uma nova forma de lidar com as desigualdades de poder entre homens e mulheres e a necessidade não só de fazer uma História das Mulheres, mas uma nova História, em que feministas começavam a utilizar a palavra gênero em suas reivindicações e historiadoras e historiadores desenvolviam o gênero como categoria de análise na escrita da História (PEDRO, 2005).

No âmbito da política institucional, pela primeira vez, foram incluídas nos programas partidários (após a extinção do bipartidarismo em 1979) reivindicações referentes às mulheres (MORAES, 1985). Do lado sindical, por sua vez, verifica-se um discurso ambíguo em relação “à mulher” (SOUZA-LOBO, 1991). No que relaciona ao mercado de trabalho, as mulheres engrossavam cada vez mais as fileiras do mercado conquistando as mais diversas ocupações, inclusive aumentando a participação naquelas de maior prestígio, sobrevivendo no mercado de trabalho mesmo com a crise econômica da década. No entanto, ainda concentravam-se em sua maioria no mercado informal, nas ocupações ditas “femininas”, nas áreas administrativas, setor de serviços e no magistério (BRUSCHINI, 1995). Apesar das mulheres terem passado por mudanças significativas nas décadas em estudo, ocupando novos espaços, novas funções, os papéis masculinos conservaram-se: a saída da mulher para o espaço público não correspondeu à entrada do homem no espaço doméstico (MORAES, 1985).

Entre as reivindicações dos feminismos e o questionamento da ausência das mulheres nos processos históricos pela academia, a força de trabalho feminina, já alocada nos mais diversos

setores do mercado, começava a se intensificar nos bancos a partir da década de 1960, fenômeno verificado em todo o mundo (SEGNINI, 1998). No Brasil, alguns estudos mostraram que as mulheres foram admitidas nos bancos desde os anos 1920, porém, foi a partir da década de 1960, com as vagas geradas pelo processo de automação dos bancos, que a mão-de-obra feminina passou a ser absorvida de maneira mais intensa. A forma como se deu esta inserção é reveladora da “condição de mulher”, pois foi preenchendo as vagas abertas pelo processo de automação dos bancos (que exigia trabalhos manuais e repetitivos) que as mulheres foram inseridas no trabalho bancário. Este dado, aliado às barreiras que as mulheres enfrentavam no trabalho talvez fosse uma das causas das “chamadas” da **Folha Sindical**⁴ dirigidas às trabalhadoras bancárias de Florianópolis no decorrer da década de 1980.

Um dos anúncios informava que a participação das mulheres no mercado de trabalho apesar de crescer numa velocidade surpreendente ainda era um espaço masculino por excelência, no qual as trabalhadoras sofriam todo tipo de discriminação (Folha Sindical, 1987). No ano seguinte, outro anúncio da **Folha Sindical** (1988) “reclamava” da falta de participação da “mulher bancária” na Semana Oito de Março. A edição chamava a atenção destas mulheres, indagava sobre o motivo de sua não participação, criticava e sugeria, talvez, uma falta de participação e engajamento político-sindical:

Quem são as mulheres que participaram da programação da semana oito de Março? A mulher bancária? Apesar de o nosso sindicato ter sido o principal organizador do evento, houve pouca participação de nossa categoria. Faltou divulgação? Será que a mulher bancária não lê a Folha Sindical? Não se interessa pelo que acontece no mundo? ... Afinal, quem é a mulher bancária?... Se você não se vê enquadrada nestas perguntas, por que então continua aí parada? (FOLHA SINDICAL, 1988, p.6)

É difícil imaginar quem seria a “mulher bancária” chamada pela **Folha Sindical**, pois o próprio conceito de “mulher bancária” pode ser problematizado. Entendemos que não existe uma única “mulher bancária”, mas várias, mulheres casadas, solteiras, com diferentes origens étnicas e com diferentes processos de identificação. Conforme Joana Maria Pedro (2005), o termo “mulher” foi usado inicialmente nas reivindicações de segunda onda do feminismo na década de

⁴Informativo do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e região, criado em 1986 pelo MOB- Movimento de Oposição Bancária, possui Edição Semanal e circula até os dias de hoje, disponível no acervo do sindicato.

1960 tanto pelos movimentos feministas e de mulheres quanto pelas historiadoras e acadêmicas. “Mulher” era pensada em contraposição à palavra “homem”, este considerado universal, ou seja, queria mostrar que “elas” não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino, e que por isso o que reivindicavam o faziam em nome da “Mulher” e não do “Homem”, mostrando que o homem universal não incluía as questões que eram específicas da “Mulher” (PEDRO, 2005).

Em 1985 foi iniciada a “Coluna da Mulher” no informativo **Mural**.⁵ Contando com a colaboração das leitoras, foram publicadas sete colunas falando sobre as mulheres no trabalho:

Nos dias de hoje torna-se necessário derrubar o mito que existe em torno do trabalho e da fragilidade da mulher. Quase sempre o trabalho feminino é desenvolvido em setores que exigem pouca qualificação profissional e muitas vezes o trabalho feminino não é remunerado com justiça... Por uma tradição social, o homem tem poucas responsabilidades familiares, ou melhor, domésticas. Ele pode trabalhar oito ou mais horas por dia e, assim, atender plenamente suas necessidades profissionais e remuneratórias. Já a mulher, por necessidade econômica ou por necessidade de explorar seu potencial profissional, quase sempre tem que se sujeitar a trabalhar por uma jornada de quatro, seis ou até mesmo oito horas, deixando os filhos com uma auxiliar ou numa creche, cuidando de todos os demais afazeres domésticos e, acima de tudo, mantendo o equilíbrio familiar... Não é justo que a mulher continue a se equilibrar para o atendimento de todas as suas atividades domésticas e profissionais. (MURAL, 1985, p.9 e12)

Talvez a “mulher bancária” chamada pela **Folha Sindical** fosse uma das leitoras do **Mural**, talvez estivesse apenas trabalhando ou como escrevera Lúcia em carta à sua amiga Zezé “estaria exercendo os papéis obrigatórios da vida normal”.⁶ Neste capítulo, pretendo discutir os feminismos dos anos 1970 e 1980 e sua relação com a inserção do trabalho feminino nos bancos, bem como as relações de poder na categoria bancária no período.

⁵ Informativo editado pelas empresas do sistema Codesc, da qual faziam parte o BESC- banco do Estado de Santa Catarina, os bancos de desenvolvimento BADESC e BRDE, entre outras empresas estaduais do ramo financeiro em Santa Catarina. O informativo era destinado aos funcionários das empresas e circulou no período de Nov/1983 a fev/1987. Disponível no acervo do Museu Besc.

⁶ Carta encontrada no arquivo do sindicato dos bancários de Florianópolis e região (SEEB). A remetente assina por Lúcia e envia a amiga Zezé, convidando-a a participar de Encontro Feminista e referindo-se a ele como “um espaço para cuidar de você mulher” e para esquecer-se dos “papéis obrigatórios da vida normal”. Não identificamos se Lúcia ou “Zezé” eram dirigentes sindicais e/ou bancárias.

1.1 OS FEMINISMOS DAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

No Brasil, a experiência feminista é mais antiga do que a história freqüentemente conta. Também não é uma história linear. Desde o final do século XIX o Brasil assistia a luta das mulheres, primeiramente em busca de emancipação enquanto cidadãs: luta pelo voto, pela igualdade na educação, por igualdade civil. No início do século XX, o movimento operário de mulheres denunciou as condições de exploração, lutou contra o sindicato. Segundo Souza – Lobo (1991) tais denúncias foram silenciadas em nome da revolução social ou em nome da “luta geral”, silenciando a luta específica. Luta que é encabeçada pelas mulheres portando uma problemática específica que não se “encaixa” nas reivindicações nos moldes da “esquerda” até então tradicionais, frutos de uma esquerda revolucionária marxista e leninista, atuante desde o início do século XX. Conforme Sader (1988), nas décadas de 1970 e 1980 entraram em cena no Brasil “novos personagens” que configuraram o que se pode chamar de os “novos movimentos sociais”, trazendo, sobretudo, novas formas de luta. As formas de resistência até então existentes eram feitas pelas esquerdas, via armas e guerrilha urbana, e que haviam se mostrado fracassadas após 1974. Diante disso, a esquerda no Brasil passava a se dispersar entre os novos movimentos que estavam surgindo, como aquelas organizações descontentes com o regime militar, como a igreja católica, que passou a angariar “militantes” contra o regime, trazendo as mulheres para a ‘luta’ através da criação dos clubes de mães, das comunidades de base. Já o “novo sindicalismo”, surgido inicialmente em São Bernardo do Campo, na região da grande São Paulo, daria uma nova face à atuação dos sindicatos no Brasil, tornando-os reivindicativos e não meramente assistencialistas (SADER,1988).

Neste contexto de resistência ao regime militar que surgem, então, vários movimentos organizados. Em relação aos movimentos de mulheres, cabe dizer que eram oriundos também de influências internacionais, entretanto, assumiram características próprias devido à repressão interna do regime militar. A questão das mulheres ganhava visibilidade novamente através dos movimentos feministas e de mulheres, denominados, neste trabalho, de feminismos. Alguns autores consideram que é na década de 1970 que os feminismos surgem como movimento organizado. Conforme Alvarez (1994) diz que data da década de 1970 o surgimento dos primeiros grupos feministas na América Latina. Neste período, as atividades do movimento começam a se voltar para fora, ou seja, começavam a disseminar a mensagem feminista às mulheres de classes populares e relacionar a luta destas à luta da sociedade contra o governo

militar (ALVAREZ,1994). Não por acaso, no Brasil, data do período pós-1975 as primeiras publicações de caráter feminista, como os jornais **Brasil Mulher**, que circulou no período 1975-1980, e **Nós Mulheres** de 1976-1978 (LEITE, 2003). Ainda segundo Leite (2003) muitas mulheres, a maioria ex-militantes da esquerda, passaram a difundir reivindicações e propostas diretamente relacionadas à condição feminina através destes jornais. Se por um lado o feminismo inicial tem origens na esquerda, em que a luta de classes prevalece, estes se desenvolvem paralelo a ela. Mas devido à influência militante ou por opção ideológica, os jornais feministas vão manter um discurso esquerdista de classe, que focaliza o problema das mulheres trabalhadoras, duplamente oprimidas pela discriminação classista e sexual (MANINI, 1995/1996).

Na década de 1970, segundo Daniela Manini (1995/1996), os jornais feministas **Brasil Mulher** e **Nós Mulheres** deixavam claro que a luta feminista se dava em torno das questões das mulheres trabalhadoras, com propostas que pretendia resolver problemas sócio-econômicos como o salário menor que os homens, a luta por creches, a dupla jornada de trabalho, aumento dos preços dos alimentos, situação do bairro e também se posicionava sobre os fatos conjunturais da sociedade brasileira. Dessa forma, entendia-se a emancipação feminina como a superação dos problemas das mulheres trabalhadoras e não através do debate de questões específicas sobre a condição de “mulher”, como a sexualidade, maternidade, contracepção e outras questões que não apareciam devido à preocupação com os problemas “mais gerais” da sociedade (MANINI, 1995/1996).

Neste ponto, Alvarez (1994) chama atenção para a especificidade dos movimentos feministas na América Latina, que diferentemente de outros locais, tais como Estados Unidos e Europa, não aprofundaram desde o início uma visão de política, cultura e sociedade especificamente baseada no gênero sexual. Segundo Moraes (1985), a atuação dos grupos feministas, sobretudo os de São Paulo, nos anos posteriores a 1975, ampliou o espaço político para a questão feminina ao atuarem junto a organizações femininas ligadas à igreja e às trabalhadoras sindicalizadas como as metalúrgicas e também junto às associações das donas-de-casa, o que fortaleceu os laços entre as mulheres dos grupos feministas e as associações comunitárias. Ainda segundo Moraes (1985) em relação às mulheres da classe média não houve por parte das feministas um trabalho de conscientização mais direto, foi com o decorrer do tempo

as mulheres da classe média começam a participar dos Congressos da mulher, organizando-se por iniciativa própria.⁷

Entretanto, mesmo com a tendência a problematizar questões de classe, como os problemas socioeconômicos e as questões gerais da sociedade, os feminismos não estiveram aliados a partidos políticos de esquerda, pois para estes as feministas eram consideradas “pequeno-burguesas”, incapazes de atender aos interesses das mulheres trabalhadoras, sendo que o importante para tal esquerda partidária era combater o autoritarismo e debater os problemas sociais do país, ou seja, a “luta geral” da categoria (MANINI, 1995/1996). Discutindo o papel das esquerdas na luta das mulheres, principalmente através dos sindicatos, Souza-Lobo (1991) fala da diferença entre as lutas operárias e as lutas das operárias em São Bernardo do Campo nas décadas de 1970 e 1980. Analisando o I Congresso da Mulher Metalúrgica em 1978, organizado pelo sindicato da categoria, Souza-Lobo diz que a organização do evento tinha como objetivo tratar sobre a legislação do trabalho noturno da mulher, do qual o sindicato era contra. Entretanto, o congresso acabou se transformando em denúncia da situação das mulheres operárias (SOUZA-LOBO, 1991). A pauta apontou desde as desigualdades salariais, os abusos de disciplina dos chefes até a má aplicação da lei sobre as creches e as condições de trabalho e higiene. No dia seguinte, o discurso sindical sobre o evento criticava a atuação “ingênua” das mulheres, que prejudicava a luta geral dos trabalhadores, e ao mesmo tempo, as excluía da luta, pois se referia à luta sindical como a “luta dos homens”.⁸ Conclui a autora que a luta dos sindicatos está vinculada às estratégias gerais, que silenciam a luta específica das mulheres (SOUZA-LOBO, 1991).

Sobre a existência de um possível “dilema” entre as feministas na década, Sarti (2004) conta que na década de 1970 verificavam-se duas tendências principais dentro da corrente feminista: uma mais voltada para a atuação pública e política das mulheres, que investia na reivindicação das questões referente ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos, e outra vertente que se preocupava com a subjetividade, as relações interpessoais, privilegiando a atuação no campo privado.

Já na década de 1980 os feminismos possuem uma força política e social consolidada. A ênfase que o movimento dava aos problemas das mulheres trabalhadoras, as condições sócio-

⁷ Segundo Moraes, os Congressos da Mulher aconteceram em São Paulo em 1979 e 1980, sendo partir daí que os movimentos ganham maior visibilidade, momento em que é criado o Movimento por creches em São Paulo.

⁸ O termo citado foi utilizado pelo Jornal Tribuna Metalúrgica, no dia seguinte ao 1º Congresso da mulher Metalúrgica no ano de 1978 em São Paulo, pedindo a ajuda delas na “luta dos homens”. Ver Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo em SOUZA-LOBO, Elisabeth, 1991.

econômicas e as questões gerais da sociedade foram se enfraquecendo, conforme Manini (1995/1996), devido a não corresponder mais aos anseios da maioria das mulheres: por um lado porque muitas das propostas sociais lançadas pelos movimentos, como as creches, já haviam sido atendidas,⁹ por outro, porque as próprias mulheres pretendiam debater assuntos mais específicos sobre a condição feminina, como a sexualidade, maternidade, saúde, violência contra a mulher, aborto, temas comuns às todas as mulheres. Sarti (2004) ressalta na formação de um novo tipo de feminismo o “encontro de aliadas”. Uma junção de feministas exiladas no exterior, que voltavam ao Brasil após a Lei de Anistia, trazendo como bagagem, além da experiência política anterior, a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo, na Europa e que aqui chegando aliaram-se à experiência das que ficaram no país, que construíram o feminismo local (SARTI, 2004).

Moraes (1985) ao fazer um balanço do período 1975-1985, instituído pela ONU como a década da mulher, concluiu que houve uma passagem do feminismo globalizante e genérico para um feminismo atuante e pensando sobre questões práticas e concretas, postas pela realidade. Mostra a autora também que o ano de 1981 foi o ano das divergências e explosão das tensões que vinham se acumulando nos movimentos de mulheres, com a descoberta da consciência da diversidade, e que “cada mulher é uma mulher e que no conjunto somos mulheres diferenciadas” (MORAES, 1985). Foi de dentro deste novo panorama feminista que o “feminismo da diferença” entrou em cena como proposta. Valorizar a diferença era trazer a “mulher” (em contraposição ao homem universal) e suas questões para o cenário político. A partir daí, “a mulher” ia deixando de existir enquanto categoria essencializada. A questão parecia não ser mais apenas a opressão das mulheres e sim a realidade das mulheres em sua relação com o sujeito masculino e a família, ou seja, as relações de gênero (MANINI, 1995/1996).

Segundo Joana Maria Pedro (2005), na academia, o debate teórico não mais se travava em relação “a mulher”, passando-se a incluir e reivindicar a participação feminina na escrita da História através do desenvolvimento de uma História das Mulheres e também do uso do gênero como categoria de análise. Novos jornais feministas foram criados passando a difundir a questão feminista para a sociedade, como o **Mulherio**, que circulou de 1981 a 1988. Este jornal expressava a nova perspectiva do feminismo, diferentemente dos escritos feministas engajados da

⁹ Importante considerar aqui que a autora está se referindo ao contexto de São Paulo, onde o movimento por creches foi mais forte, e que serviu a fins eleitoreiros na década de 1980.

década anterior, em que a reflexão teórica desenvolveu-se sob o amparo da prática.¹⁰ Foi neste contexto que uma separação foi se processando onde o próprio feminismo foi sendo colocado como objeto de estudo, distinguindo-se as exigências da prática das exigências teóricas (MORAES, 1985).

Surgem então grupos que se especializam na área da saúde enfocando o corpo das mulheres, como a maternidade, contracepção, aborto, direito ao prazer, violência. Foram criados órgãos que pudessem dar assistência nestas áreas, como o **SOS Mulher** que passou a atender as mulheres vítimas de violência doméstica (MANINI, 1995/1996).¹¹ Em função da assistência que prestava, os feminismos da década de 1980 se aproximaram do Estado, diferenciando-se da década anterior, em que as reivindicações por benefícios sociais os colocavam como “refratários” ao Estado. Após a redemocratização e a reorganização partidária, os feminismos se aproximam também dos partidos políticos que, pela primeira vez, passaram a incluir em seus programas as questões específicas das mulheres, e, por sua vez, muitas feministas juntaram-se a eles, candidatando-se a cargos políticos. A participação feminista desde então se daria junto a órgãos do Estado, principalmente através dos Conselhos, estaduais e nacionais, da Condição Feminina.¹²

É importante ressaltar as grandes transformações por que passaram a sociedade brasileira no tocante à participação das mulheres na vida pública, no espaço do trabalho remunerado e também na representação política, resultados alcançados, sobretudo, pela atuação dos feminismos do período de 1970 e 1980. Concordo aqui com Souza-Lobo (1991) em relação à especificidade da contribuição do movimento de mulheres, que foi ter tornado político o que antes era privado, trazendo o cotidiano à cena política e reivindicatória e, assim, desnaturalizar os problemas enfrentados pelas mulheres. Entretanto, não considero a história dos feminismos como a “história de um progresso”. Ao contrário, a forma como alguns setores do mercado de trabalho incluíram as mulheres, não como substituição ao trabalho dos homens, mas sim as constituindo em “guetos” ocupacionais é um dos exemplos de que as discriminações no mercado de trabalho persistem. Será que se trata apenas de “conquista”? O discurso sobre “as conquistas femininas” difunde-se nas mídias em geral. De forma simbólica, é reproduzido pela sociedade no dia-a-dia

¹⁰ Importante ressaltar que, diferentemente, dos jornais feministas anteriores, o jornal *Mulherio* surgiu inicialmente como parte dos projetos de pesquisa da Fundação Carlos Chagas, recebendo apoio financeiro desta instituição, ficando dois anos e meio sem recursos financeiros. Ressurge em 1984 com o apoio da Fundação Ford.

¹¹ O SOS Mulher é um órgão/canal de ajuda (tele atendimento) às mulheres vítimas de violência doméstica. Funciona até os dias de hoje e atende em todo o território nacional.

¹² A atuação destes conselhos na junção entre feminismo e Estado será discutida no Terceiro Capítulo.

das relações entre homens e mulheres. Dessa forma, entendo que duas instâncias são de suma importância para a análise da problemática feminina: o trabalho remunerado e a política, instâncias que concedem autonomia e poder, e, por isso, representam desigualdades entre homens e mulheres.

1.2 O TRABALHO DAS MULHERES OU TRABALHO DE “MULHER”?

A mulher trabalhadora é objeto de estudo na História. O trabalho feminino, remunerado ou doméstico, é tão antigo quanto à própria história das mulheres. Nas mais diversas sociedades, antes e após a industrialização, as mulheres trabalhavam nas mais diversas atividades dentro e fora de casa (SCOTT, 1991). A existência desde longa data de atividades exercidas fora do lar ou a domicílio, contudo, não foi suficiente para barrar o discurso excludente e segregador que reservou às mulheres as atividades da casa e aos homens o papel de provedor do lar através do seu trabalho. Enquanto um agia no público, a outra atuava no espaço privado. Tal modelo demonstrou que não funciona numa sociedade em busca da igualdade não apenas entre os sexos, mas entre os indivíduos. Perspectiva esta que se baseiam os feminismos da década de 1970, que vêem a emancipação pelo trabalho como um direito à individualidade. Pensando através da perspectiva da igualdade entre homens e mulheres, tal ida das mulheres para o espaço de trabalho remunerado, de certa forma, deveria ser correspondente a entrada do homem no espaço doméstico. Caso contrário a escolha de uma profissão ou não, a opção pela maternidade ou não, estaria sempre dependente das condições que as mulheres possuem no espaço privado.

Michelle Perrot já afirmou em vários estudos a ausência de fontes para a escrita da história das mulheres. Referindo-se às estatísticas oficiais diz que estas são “assexuadas”, pois historicamente, os recenseamentos não consideraram as mulheres, principalmente seu papel econômico (PERROT, 2005). Ainda hoje, segundo a autora, é preciso insistir para que as estatísticas sejam “sexuadas”. Diante dessa ausência, a socióloga Cristina Bruschini, pesquisadora do mercado de trabalho para as mulheres no Brasil, considera que para a análise do trabalho das mulheres faz-se necessário a “crítica feminista” das fontes analisadas, que deve incorporar o referencial teórico do gênero, pois assim “mostrará as lacunas e as formas de supri-las” (BRUSCHINI, 1995, p.86). Lembra Bruschini (1995) que os conceitos tradicionalmente

usados para medir o trabalho não consideram a participação feminina, pois o papel doméstico é neles considerado atividade inativa. Devido a esta lacuna, as estatísticas sobre a participação econômica feminina no mercado de trabalho devem ser analisadas com extrema cautela porque revelam apenas a participação não-doméstica (econômica) das mulheres à sociedade.¹³

Aqui as estatísticas tornam-se importantes para diversificar o olhar e o lugar do trabalho feminino na década (re) emergente dos feminismos no Brasil e em outras partes do mundo. Utilizando informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE dos anos 1981-1990 e da Relação anual de Informações Sociais - RAIS de 1988, Bruschini analisou a participação “econômica” das mulheres no mercado de trabalho, o efeito de variáveis associadas à família e as principais alterações ocorridas na década de 1980. O recorte temporal da década se justifica tendo em vista esta não mais figurar como um período de transição no tocante aos novos valores introduzidos pelos feminismos na sociedade brasileira, valores estes que já se refletiam na formação técnica e profissional das mulheres e, conseqüentemente, deveriam estar refletidos no mercado de trabalho. Essa pesquisadora mostra que durante a década de 1980, mesmo com as crises econômicas, as mulheres continuaram em atividade, permanecendo cada vez mais no mercado, aumento que vem acontecendo, sobretudo, no mercado formal, apesar da maioria ainda estar no mercado informal (BRUSCHINI, 1995). E esta localização no mercado informal (horários flexíveis/baixa qualificação) se explicaria pela necessidade de “articular papéis familiares e profissionais”, da disponibilidade das mulheres para o trabalho, o que não é possível nos empregos formais com horários rígidos, ganhos maiores (BRUSCHINI, 1995).

Bruschini (1995) chama atenção para dois itens importantes que devem ser considerados ao analisar o trabalho das mulheres. Um deles é de que não é possível analisá-lo sem analisar as condições em que ele se dá, pois enquanto fatores familiares e domésticos pouco interferem no trabalho dos homens, para as mulheres a participação no mercado de trabalho tem outros condicionantes (casa, família) além daqueles que se referem à qualificação e oferta de emprego, como no caso dos homens. Considerando os dados do PNAD¹⁴, segundo Bruschini (1995) nota-se que houve significativo aumento da atividade feminina, mas em nenhuma das regiões

¹³ No final dos anos 1980, o movimento de mulheres conseguiu incluir entre os itens pesquisados pelo IBGE a investigação sobre o trabalho para o auto-consumo e auto-construção, além de considerar as situações de trabalho com jornada inferior a 15h semanais. Isso possibilitou a ampliação do universo de trabalhadores antes ignorados pela pesquisa. Conforme DEDECCA, 2004, p.38.

¹⁴ Pesquisa realizada anualmente pelo IBGE que coleta informações relativamente às características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estatistica>>. Acesso em: 07 mar. 2010.

observadas a força de trabalho havia atingido 40% do conjunto de trabalhadores urbanos e 30% na região rural, apesar de as mulheres representarem a metade da população do país. Para a autora, as inserções no mercado de trabalho são diferenciadas para homens e mulheres e os motivos para isso podem estar na análise dos indicadores da situação familiar das trabalhadoras que oferecem vários indícios das razões desta desigualdade, pois espelhando o papel social que as mulheres ocupam na família (mãe/dona-de-casa/responsável pelo lar) as taxas de atividade são sempre alteradas em função da idade, do estado conjugal, da posição na família, da maternidade (BRUSCHINI, 1995).

O que faz Bruschini (1995) concluir, reforçada pela análise do Censo de 1980, que o estado conjugal não altera o trabalho masculino, já para as mulheres o estado conjugal altera sua atividade apresentando taxas desiguais, segundo estas condições, nos diferentes setores de atividade econômica. Enquanto a indústria empregava mulheres mais jovens e solteiras, outros setores como serviços e administração pública tendiam a favorecer o emprego de mulheres casadas mais velhas. Logo, não é possível analisar o trabalho da mulher sem analisar as condições de uma articulação complexa, e em permanente transformação, dos fatores conjugal/se possui filhos/idade/escolaridade/ciclo de vida, filhos pequenos, adolescentes, famílias mais velhas, que estão sempre presentes na decisão da mulher de ingressar e/ou permanecer no mercado de trabalho, embora a necessidade econômica e a existência de emprego sejam fundamentais. (BRUSCHINI, 1995).

A análise da RAIS¹⁵ de 1988 mostrou a ampliação da presença feminina no setor formal do mercado de trabalho: em 1980 as mulheres ocupavam 29,7% dos empregos formais, em 1988 passaram a ocupar 33,9% dos 23,6 milhões de empregos formais. No entanto, ressalta Bruschini (1995) que apesar do expressivo aumento nas atividades formais, a participação da mulher no segmento informal da economia ainda é acentuada. Para as mulheres, o setor informal tem importância bem maior, sobretudo pelo peso do serviço doméstico, onde quase metade das trabalhadoras pode ser encontrada nessas atividades de baixa remuneração e sem proteção trabalhista. O que para a autora confirma a sua posição de que os levantamentos oficiais são insuficientes para analisar a parcela das trabalhadoras citadas acima, que estão no mercado informal (BRUSCHINI, 1995).

¹⁵ RAIS é a Relação Anual de Informações Sociais entregue anualmente pelos empregadores ao governo, o que fornece dados estatísticos do mercado de trabalho. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/RAIS>>. Acesso em: 07 mar. 2010.

Se os dados estatísticos revelam desigualdades entre homens e mulheres no acesso ao trabalho remunerado, várias teorias tentaram explicar o trabalho desigual das mulheres em relação aos homens nas sociedades capitalistas. Dentre as teorias existentes, podemos resumi-las em duas: a teoria do patriarcado (de Karl Marx e Max Weber) e a corrente marxista (que explica as formas de opressão através da divisão sexual do trabalho). A partir dos anos 1980 surgia uma nova possibilidade teórica, o gênero, que perpassando as mais diversas áreas do conhecimento, apareceu tanto para as feministas quanto para as historiadoras como uma nova possibilidade de análise, já que as teorias existentes eram incapazes de explicar as persistentes desigualdades entre homens e mulheres (PEDRO, 2005). Segundo Joana Maria Pedro (2005), o uso do “gênero” como categoria de análise não é uma evolução na direção das categorias dita a “mais correta”, pois primeiramente foi utilizada a categoria “mulher” e depois “mulheres”, tanto pelas feministas quanto pelas historiadoras. Mas é justamente por representar uma possibilidade que não somente incluía as mulheres (fazer uma História das Mulheres), mas que não reproduza a diferença sexual como fixa e natural, que não reproduza as desigualdades entre homens e mulheres, que o gênero como instrumento conceitual abriu novas possibilidades analíticas (PEDRO, 2005).

O “ser mulher” é uma construção social. Sendo assim, não analisamos “a mulher” ou “as mulheres” e sim o gênero, que é construído social e culturalmente, baseado na diferença sexual. Conforme Scott (1990, p. 86) “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Ainda segundo Scott (1990), a História produz o gênero e a disciplina não é apenas o registro e sim a forma como os sexos se organizavam e dividiam funções e tarefas através do tempo, logo, a História era ela mesma, responsável pela produção da diferença sexual. Cabe, então, usar o gênero como categoria de análise para questionar a diferença sexual que é produzida pela História, seja nas normas, nos conceitos, nos discursos estabelecidos. Segundo Pedro (2005) para quem quer escrever uma história feminista trata-se de observar os significados variáveis e contraditórios que são atribuídos à diferença sexual. Desta forma, compreendo que as desigualdades de poder enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho tiveram em algum momento da História a sua construção, o que nos remete, sobretudo, ao século XIX. Neste período constrói-se e legitima-se um discurso que reservou às mulheres as responsabilidades pelo serviço doméstico, pela criação dos filhos, pelo cuidado da família, enfim, tudo o que estava

relacionado ao mundo privado, permeando o seu dia-a-dia com imagens que as colocam mais ligadas ao mundo social, doméstico, do que ao mundo público.

Segundo Scott (1991) uma divisão sexual do trabalho “natural” é algo que não existe e que tais divisões são antes fruto das práticas que as tornam naturais, práticas de que a segregação sexual no mercado de trabalho é um exemplo e foi oriunda deste mesmo processo a oposição criada entre lar e trabalho, entre domesticidade versus produtividade na vida das mulheres. No espaço do trabalho remunerado as mulheres não eram a novidade, nem as atividades exercidas fora do lar foram empecilho para que elas trabalhassem. Logo, onde estava o empecilho? Segundo Scott (1991) estava nos processos discursivos construídos ao longo do século XIX, através da economia política, dos legisladores, dos estudos médicos, da prática de contratação por sexo dos empregadores, os quais produziram tanto a segregação do mercado (“trabalho de mulher”), quanto tentaram formular o “problema da mulher trabalhadora” como sendo a separação entre o cuidado com o lar e trabalho fora de casa.

Perrot (1988) fala que às mulheres foi atribuída uma espécie de “poder social”, cuja manifestação estaria circunscrito ao espaço privado e a certas características “femininas”

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo das palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a “influências” difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela. (PERROT, 1988. p. 167)

Este tal “poder” atribuído às mulheres contribuiu para a manutenção do mito de que as mulheres teriam “poderes” que se manifestam mais no privado, no familiar e no social do que no público e no político. Logo, o discurso do “poder social” acaba afastando as mulheres de outro tipo de poder (o político, “o verdadeiro”) que está no espaço público. Afirma Perrot que é preciso duvidar desse discurso de “poder social” das mulheres, de uma cultura e de um jeito de ser dito “natural” para as mulheres, pois se elas teriam mesmo esse poder porque haveria tantas desigualdades relativamente aos homens? Concluindo que é o poder que move as relações entre homens e mulheres (PERROT, 1988).

1.3 A INSERÇÃO DAS MULHERES NOS BANCOS

O desenvolvimento do sistema financeiro no Brasil está ligado ao processo de industrialização e urbanização que se intensificou a partir dos anos 1930. Até então, as atividades agrárias e exportadoras eram financiadas timidamente através de agências de bancos estrangeiros, situados nas principais cidades com portos exportadores do país (CANEDO, 1986). A partir da década de 1950, a cultura de consumo introduzida no Brasil e a “modernização” presente nos discursos trouxeram mudanças importantes na sociedade brasileira. A introdução de um novo tipo de indústria (produção de bens de consumo duráveis) criou não apenas a massificação do consumo, mas um mundo do trabalho mais "tecnologizado", que passou a exigir a criação de profissões técnicas e um novo tipo de trabalhador assalariado. Nascia aí uma nova classe média, feita de técnicos e especialistas. Segundo Canedo (1986), na esteira das reformas que pretendiam “modernizar” o país, favorecendo, sobretudo, os anseios do setor produtivo e da chamada classe média, a reforma bancária de 1964 implementou a financeirização da economia do país e a racionalização do setor financeiro. Multiplicaram-se as opções de trabalho, inclusive para as mulheres, processo acelerado pela crise econômica do início da década de 1960, que levou muitas mulheres da classe média ao mercado de trabalho (CANEDO, 1986).

Na década de 1970, segundo Bruschini (1995), muitas mulheres já estavam na universidade se profissionalizando e a maternidade também passava a ser dividida nos planos das jovens, agora em busca de trabalho. Para uma classe média ávida por poupar e consumir, os bancos passavam a satisfazer suas exigências através da prestação de serviços bancários como a poupança. No Brasil, este é o período de início da expansão bancária, observada já em outras partes do mundo. Tal expansão desenvolveu o que se chama de automação bancária, a substituição de registros manuais pelo serviço das máquinas. Foi justamente a necessidade de execução de serviços repetitivos ligados ao registro e à digitação de dados que fez com que se abrissem novos postos de trabalho, período em que a maioria dos bancos no Brasil que ainda não admitiam mulheres em seus quadros, passou a admitir mão-de-obra feminina.¹⁶ Uma profissão que passava a ser vista como apropriada para as mulheres a partir do final da década de 1960. Em decorrência das continuidades na forma “natural” de ver o trabalho das mulheres, oriunda de discursos

¹⁶ Esta é uma relação que está por ser melhor aprofundada, partindo do caso específico de alguns bancos. Ressalta-se aqui que a partir da década de 1920, no Brasil, alguns bancos já admitem mulheres em seus quadros, entretanto, nos bancos oficiais, que faz admissão por concurso, estas iniciam em geral no final da década de 1960. Conforme SEGNINI, Liliana, 1998.

legitimados desde o século XIX, a mão-de-obra feminina colocada com maior intensidade no mercado a partir da década de 1960 foi muito “bem aceita” pelas novas formas de organização do trabalho em curso no final do século XX, a qual impescindia das “habilidades femininas” como a destreza manual (SEGNINI, 1998). A partir desse momento, segundo Segnini (1998) novas dificuldades seriam colocadas ao trabalho bancário feminino, explicáveis através dos motivos e circunstâncias com que as mulheres foram inseridas nos bancos.

Aurea Tomatis Petersen (1999) em estudo realizado em quatro bancos do Rio Grande do Sul mostrou que a mão-de-obra feminina foi utilizada por casas bancárias gaúchas desde a década de 1920. Segundo Petersen (1999) a contratação se intensificou a partir da década de 1940, ligado a contexto político da segunda guerra mundial que tornou o mercado de trabalho mais favorável ao trabalho feminino, embora, tal contratação tenha encontrado resistências à mão-de-obra feminina, sendo que no banco do Estado do Rio Grande do Sul a contratação inicial de mulheres se deu em quadros auxiliares, diferentes dos homens. Segnini (1998) aponta que foi, sobretudo a partir da década de 1960 que se verificou uma feminização do trabalho bancário em todo o mundo, a qual ocorreu concomitante ao processo de introdução e difusão da automação no sistema financeiro, no contexto do processo chamado reestruturação positiva. Neste contexto, as modificações na organização do trabalho provocaram a procura por mão-de-obra não-qualificada, barata, traduzindo-se na contratação de mão-de-obra feminina (SEGNINI,1998). As mulheres, então, ao entrarem nos bancos preencheram as funções mais manuais, como datilógrafas, escriturárias, e em alguns bancos foram inicialmente admitidas somente para cargos inferiores, como auxiliar de escrita, inferior a escriturário (SEGNINI,1998).

O setor financeiro representava, já na década de 1980, um dos mais importantes setores terciários no Brasil. Representava também uma “ilha” de modernidade, devido ao contexto de analfabetismo e aos *déficits* em diferentes áreas sofridos pelo Brasil.¹⁷ Os bancos representam um *locus* privilegiado para a análise das relações de gênero no mundo do trabalho, visto que as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho formal (restrito a poucas na década). Na década de 1990, apesar da recente admissão de mulheres em seus quadros, as mulheres já representavam metade dos empregados no setor, embora ainda estivesse dominado hierarquicamente pelos homens. Devido à representatividade do setor, a pesquisa de Liliana Segnini procurou

¹⁷ De acordo com dados do Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Econômico e Social- IADES, na região da grande SP, 57,4% dos bancários possuíam 3º grau completo. Conforme SEGNINI, Liliana, 1994.

compreender se a feminização de um número tão expressivo de postos de trabalho (no contexto da difusão da informatização bancária) significava mudança nas relações de gênero no mundo do trabalho ou tão somente uma mudança das formas até então observadas de divisão sexual do trabalho que, portanto, continuariam implicando hierarquização de papéis e poder (SEGNINI,1998). Sua pesquisa¹⁸ foi realizada em meados da década de 1990 num banco estatal localizado no Estado de São Paulo, maior centro financeiro da América Latina, tendo como objetivo verificar se a feminização era uma estratégia do “capital”, devido a racionalização do trabalho ter proporcionado a automação dos bancos, ou se tratava de um conquista das mulheres no mercado de trabalho, uma conquista que a autora chamou de “social” (SEGNINI, 1998).

Segundo Segnini (1998) para analisar o processo de feminização dos bancos, bem como as relações de gênero no trabalho bancário, era preciso considerar as formas de inserção das mulheres neste tipo de trabalho, como acontecia, se havia concurso ou não, a qualificação requerida e as formas de relações empregatícias: funcionária efetiva/tempo integral, ou seja, comissionada; funcionária em tempo parcial; ou ainda funcionária terceirizada, contratada /subcontratada. De acordo com a autora, o processo de feminização do trabalho bancário apresenta-se sob ambigüidades: observa-se ao mesmo tempo resistência e submissão às normas sociais vigentes (SEGNINI,1998). Para as mulheres que trabalhavam em tempo integral, as comissionadas, a manutenção ou a conquista de sua função estava relacionada à alta produtividade que demonstravam no trabalho e também ao tipo de qualificação requerida. E esta qualificação ao mesmo tempo em que é reflexo da implantação de novas tecnologias no trabalho bancário, refletindo o processo chamado de “flexibilização”, ou seja, que exige funcionários aptos a desenvolver variadas atividades, possui também relação com o gênero (SEGNINI,1998).

Embora a pesquisa no banco estatal tenha demonstrado as desigualdades entre os homens e as mulheres no acesso aos cargos comissionados, em relação às exigências de qualificação as mulheres levariam ao trabalho no banco algumas de suas “qualidades sociais” (SEGNINI,1998). Estas “qualidades”, segundo Segnini foram aprendidas pelas mulheres no espaço privado como saber ouvir, ser amável, atenciosa, ter iniciativa e responsabilidade, e que se transformariam em competência no ambiente bancário, traduzindo-se em elevados índices de produtividade. As mulheres, então, usariam destas “estratégias” para ascenderem profissionalmente. Mas apesar das

¹⁸A pesquisa foi realizada num banco estatal de São Paulo, contou com “estudos de caso” (depoimentos) de bancárias (os). Está publicada no livro Mulheres no Trabalho bancário já citado.

“conquistas” no trabalho, Segnini (1998) constatou que no espaço privado estas bancárias que estavam ascendendo na hierarquia do banco ainda vivenciavam papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres.

No caso das funcionárias em tempo parcial, não-comissionadas, observou a autora que as relações de poder no âmbito do trabalho parcial não revelam o novo, mas a permanência de antigos papéis femininos (mãe, esposa, dona-de-casa) apropriadas por aquela instituição bancária como “minimizador” de conflitos, pois permite desenvolver a família, e também a carreira do pai. É também um “maximizador” da eficiência organizacional, pois a “mulher tradicional” não teria condições de desempenhar seu trabalho com altos índices de produtividade.

Na ótica das relações de gênero trata-se de uma conquista social das mulheres na busca de oportunidades iguais às vivenciadas pelos homens; na ótica das relações de trabalho trata-se de uma conquista do capital, do processo de racionalização que objetiva produtividade e a redução de custos. Desse modo, concluiu Segnini (1998) que a feminização nos bancos não se tratou apenas de uma conquista social das mulheres no espaço público, ou seja, elas não substituíram o trabalho dos homens nos bancos, mas foi também uma conquista do capital, ou seja, as vagas ocupadas pelas mulheres foram geradas pelo processo de automação os bancos na década de 1960. Já a partir de meados da década de 1980, as novas tecnologias criaram nos bancos um ambiente de trabalho “tecnologizado” e neste, no caso das ocupações de maior prestígio, a adesão à produtividade e as “qualificações” seriam fatores determinantes.

Compreendo, então, aqui, que a inserção das mulheres nos bancos carregou as marcas do discurso da divisão sexual do trabalho, oriundo do século XIX, que deu à mão-de-obra feminina o status de mais barata e de inferior em relação à mão-de-obra masculina, ocupando nos bancos inicialmente as funções mais manuais e repetitivas (“funções de mulher”). Em relação ao uso da mão-de-obra feminina num ambiente altamente informatizado, entendo também que mais do que uma “conquista” das mulheres, apesar do uso de suas habilidades sociais serem consideradas “positivas” neste tipo de trabalho, é a questão racional do capital que melhor explica a feminização no trabalho bancário. Pois como se dá a relação do “capital” com o gênero?

1.4 A CATEGORIA BANCÁRIA E AS RELAÇÕES DE PODER

Conforme afirmaram Duby e Perrot (1990) é bastante difícil reconstituir a história das mulheres, pois poucos registros dessa trajetória são encontrados. No caso das mulheres bancárias a afirmação acima muito se aplica. Na procura de dados sobre as bancárias, encontrei muitos estudos relativos aos bancários (e menos sobre as bancárias) desde as origens da formação do movimento associativo dos bancários, passando por sua luta sindical, as “históricas” greves, a criação de entidades importantes para a “categoria” bancária, o impacto das políticas governamentais (CANÊDO, 1986).¹⁹ Da mesma forma que os movimentos feministas e de mulheres, as maiores referências do movimento dos bancários são do Estado de São Paulo, o que se deve tanto a maior concentração de bancos quanto de bancários. Em livro sobre a história do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, percebi que a única referência às mulheres aparecia quando era citado um concurso de *miss* promovido pelo sindicato com o objetivo teria sido o de angariar fundos para o órgão (MICK, Jacques). Foi a constatação desta “ausência” das mulheres na categoria bancária que proporcionou a discussão deste trabalho.

Parece ser útil aqui a reflexão feita por Souza-Lobo (1991), que ao analisar a classe operária brasileira mostrou que não se faz referência “ao sexo dos atores sociais”, chamando a atenção para os conceitos e os discursos sobre a classe operária, criticando a homogeneização da categoria. Desta forma, segundo a autora, o conceito de classe operária utilizado pelo discurso sindical homogeneiza de tal modo a “categoria” operária, que desconsidera as relações sociais, as práticas que definem um modo masculino e um modo feminino de pertencer à classe operária (SOUZA-LOBO, 1991). Posso, talvez, pensar o mesmo da categoria “dos bancários”?

Deparamo-nos com estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico-DIEESE em 1980 sobre a categoria bancária no Estado de São Paulo (ESTUDOS SOCIO-ECONÔMICOS, 1980). Analisando a fonte com a “devida cautela”, o estudo mostra-se interessante para compreender as relações de poder no interior da categoria bancária, e o quanto as estatísticas na categoria mostram-se “sexuadas”. Na primeira parte, quando trata das condições de trabalho dos “bancários”, em nenhum momento o estudo fala da possível “situação de conciliação” de mulheres bancárias que, possivelmente, possuem filhos (ESTUDOS SOCIO-ECONÔMICOS, 1980).

¹⁹ CANÊDO, Leticia Bicalho, 1986. Neste livro-tese, a autora trata da trajetória dos bancários em São Paulo e não há nenhuma referência à atuação das mulheres no movimento.

Na segunda parte, quando trata da “identidade do bancário”, a pergunta “quem é o bancário” tem respostas curiosas: 64% dos “bancários” são do sexo masculino, a média de idade é de 26 anos, 66% são solteiros e 25% possuem filhos, e dentre os que têm filho, a média é de dois por bancário” (ESTUDOS SOCIO-ECONÔMICOS, 1980). Isso significa que os 36% restantes, percentual não desprezível, são mulheres. No estudo não consta o percentual destas que possuem filhos, se são casadas ou não, se chefes de família ou não. O conhecimento destes dados implicaria talvez no (re) conhecimento de “outros problemas” da categoria não apontados pelo estudo. Como as mulheres (36%) bancárias conciliam e se conciliam os afazeres domésticos com a atividade bancária ou quem é o responsável pelo serviço doméstico em seus lares? Quem cuida dos filhos enquanto está no trabalho? Ou há creches suficientes (com horários adequados) para deixarem os filhos?

Parece-me apropriado inferir que a chamada “identidade” da categoria bancária é sexuada. Ao se fazer uma homogeneização da “categoria” bancária, nega-se as subjetividades do trabalho de bancários e de bancárias, pois como observou Rago (1998, p.92-93) “o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, mas, sobretudo, por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento...” Decorre daí também, como já afirmou Souza – Lobo (1991) a separação entre a luta geral e a luta específica (própria das mulheres) presentes na luta sindical.

Indo em busca de outras referências, encontramos pesquisa realizada pelo Sindicato dos bancários do Rio Grande do Sul intitulada “Retrato da mulher bancária”, no final da década de 1980, com as bancárias daquele Estado (FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO RS, 1990).²⁰ Alguns resultados mostraram que as bancárias eram mulheres jovens, muitas ainda estavam estudando (26,8%) e que percebiam com clareza a discriminação em relação às mulheres, principalmente a que é casada e possui filhos- pois é visto como um empecilho às promoções. Das entrevistadas, 46,6% possuíam filho, mais da metade possuía apenas um filho (as de banco público possuem maior número de filhos). Quando perguntadas quem cuidava dos filhos, o percentual mostra que somente 16% dos casos deixavam para empregada e mãe. Somando-se a isso o fato de que 56,9% das trabalhadoras trabalhavam mais de 6 horas semanais e 74,4% faziam horas-extras, constatou-se que as bancárias tinham uma jornada de trabalho prolongada, o

²⁰ A pesquisa foi realizada em 1989. Pretendia identificar o perfil da bancária “gaúcha”, utilizando-se de uma amostra de 241 mulheres, que representava 2% (dois por cento) da mão-de-obra feminina vinculada àquele Estado. Para não essencializar, o termo “mulher bancária” foi substituído no texto por “bancárias”.

que fez concluir que o tempo de trabalho (entre o banco e o lar) ocupava a maior parte do tempo dessas bancárias (FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO RS, 1990). A pesquisa mostrou ainda que as bancárias viam o trabalho no banco numa perspectiva mais ampla, entretanto, percebiam desigualdades nos critérios de promoção vivenciadas na prática (embora na teoria muitas não confirmassem quando perguntadas). E sobre a participação sindical mostrou-se que o nível de sindicalização delas é superior à categoria como um todo: 84,8% são sindicalizadas, sendo as instâncias em que mais atuam nas assembléias salariais e nas assembléias sindicais em geral. Os dados dos itens citados permitiram à pesquisa concluir que aquelas bancárias eram participativas e razoavelmente integradas nas “lutas gerais” de seu sindicato, isto é, engajadas na luta sindical (FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO RS, 1990). A pesquisa tentava captar também (embora considerasse o curto espaço de tempo entre a pesquisa e a promulgação da Constituição)²¹ as impressões das bancárias frente à nova Constituição. Destaca-se o fato de que a licença-maternidade (ampliada para 120 dias pela Constituição promulgada em 1988) não se apresentava às bancárias como uma conquista fundamental. O que poderia estar relacionada à manutenção do papel tradicional das mulheres, lembrando que menos de dois terços dos casos, elas responderam que eram auxiliadas pelo companheiro nesta tarefa. Acrescento à esta conclusão que o fato da não-percepção da licença-maternidade enquanto uma conquista fundamental pode estar associada às preocupações das bancárias em relação à manutenção de seu emprego, reafirmada pelo expressivo percentual de mulheres que vêem o trabalho no banco como possibilidade de carreira (63,5%) e não meramente transitório (35,4%).²²

As preocupações das bancárias gaúchas com os resultados positivos advindos da nova Constituição (como a ampliação da licença-maternidade para 120 dias) mostraram que tais “preocupações” estavam prioritariamente voltadas à sua condição de trabalhadora e em segundo lugar à sua “condição de mulher”. Embora as bancárias percebessem a licença-maternidade como uma conquista, 60% delas viam as dificuldades de se pôr em prática. A “condição de mulher” (a maternidade) estaria subordinada à necessidade/exigência do trabalho (dependeria do patrão aceitá-la na prática)? Fato que reforça as constatações acima: observam-se tanto permanências

²¹ A pesquisa realizou-se em janeiro de 1989 e a promulgação da Constituição ocorreu em outubro de 1988.

²² Ressalto que os percentuais dizem respeito a bancárias de modo geral, entretanto, a pesquisa mostra que há diferenças de resultados quando comparada possibilidade de carreira da bancária de banco público (apenas 29,6% vêem como transitória) enquanto para a bancária de banco privado (46% transitória). (Isso se explica devido a fatores de maior rotatividade, dificuldade de promoção, remuneração, inexistência de plano de carreira) situação um pouco diferente nos bancos públicos.

como a manutenção do papel tradicional das mulheres, quanto rupturas: o trabalho no banco é visto como “uma carreira”, que poderia adiar ou interromper a maternidade.

Conforme consta nas páginas iniciais do Relatório da pesquisa citada, esta só foi realizada devido à constatação de problemas e reclamações recebidas pelo sindicato quando este realizou estudo semelhante, o “Perfil do bancário”, naquele Estado. Destacam-se aí novamente as relações de poder que permeiam a categoria. O “retrato da mulher bancária” deixa visível o “sexo invisível” nos discursos quando se fala “dos bancários”. Fala-se em maternidade, trabalho doméstico, termos naturalizados em um “universo feminino” que não aparecem quando se fala da “categoria”. Entretanto, compreendo que é somente analisando os dois lados, o “masculino” e o “feminino”, que se pode chegar à formulação de identidades, de problemas de qualquer “categoria”, antes sequer formulado, pois não (re) conhecido inteiramente.

Retomando o informativo **Mural** citado no início do capítulo, a criação de uma “Coluna da Mulher”, parecia demonstrar interesse sobre a problemática das mulheres no trabalho, tanto pelas bancárias com pelo banco (MURAL, 1985). A Coluna surgiu como resultado de uma pesquisa de opinião entre os leitores e leitoras do **Mural**. Não foi possível verificar se estes leitores eram precisamente as mulheres, mas na coluna inaugural há o nome de três bancárias que, supostamente, teriam colaborado no artigo inaugural da Coluna.²³ Todas as sete colunas publicadas no Informativo, falavam da “mulher”, reivindicavam alguns direitos, algumas discutiram, mas também davam dicas para as mulheres sobre como conciliar o trabalho com a vida pessoal. Entretanto, fruto do momento ou de perspectivas diferentes, não há discussão sobre problemática e a naturalidade da “conciliação” (MURAL, 1985).

O espaço ocupado pelos feminismos ampliou-se na década de 1980 tanto no âmbito político, acadêmico, quanto nos discursos sindicais, refletindo-se nas mais diversas áreas da sociedade, como na multiplicação de “Semanas da Mulher” por todo o país (MORAES, 1985). Retomando a “chamada” sindical do início do capítulo, é possível que com ou sem a presença das mulheres bancárias a “Semana oito de Março” tenha se realizado... Entretanto, conforme sugeriram as análises, considero que as mulheres bancárias não participaram do evento simplesmente porque “não se interessavam por política, pelos seus direitos”. Observando pelo lado das mulheres bancárias, esta ausência pode ser a consequência do atrelamento aos velhos

²³ Dentre as três bancárias citadas no Informativo, esta pesquisa realizou entrevista com duas delas. Quando questionadas se haviam colaborado para a coluna, disseram que possivelmente sim, mas não se recordavam se realmente tiveram participação na escrita do texto.

condicionamentos sociais (mãe, esposa e dona-de-casa). Há também que ser feita a análise do próprio discurso sindical, que conforme já mostrou Souza-Lobo (1991) é “ambíguo e conservador” em relação às mulheres, pois ao mesmo tempo em que reconhece a exploração mais intensiva das mulheres no trabalho, segue solicitando sua ajuda “na luta dos homens”. É preciso também perceber as relações de poder que estão presentes na “categoria” bancária.

Entre tantas respostas possíveis para a ausência das bancárias, talvez o mais importante não seja buscar uma explicação ou justificar a ausência delas, e sim procurar observar e, sobretudo, questionar, como historiadoras e historiadores, em que momento da história o trabalho das mulheres, remunerado ou doméstico, foi desqualificado e inferiorizado em relação ao dos homens; o que determina a “naturalidade” de certas atividades exercidas pelas mulheres (como o serviço doméstico, o cuidado das crianças), ou ainda, qual o peso da diferença sexual na determinação das atividades consideradas “de homem” ou “de mulher.” Observando como se deu a inserção das mulheres no espaço de trabalho bancário, este não representou somente uma “conquista” para as mulheres, sendo também uma “estratégia” de uso de mão-de-obra, a partir de certo período já qualificada e equiparada a dos homens, porém desvalorizada. As mulheres entraram de vez no mercado de trabalho a partir da década de 1970 carregando as “marcas” do gênero, sejam as qualificações pessoais (o que é um “trabalho de mulher?”), as “sociais” (atenciosa, responsável, pró-ativa), as profissionais (ligadas à destreza manual). Todas elas construídas discursivamente (e histórica e culturalmente) para o feminino, em contraposição ao masculino, temas que serão tratados também nos próximos capítulos.

SEGUNDO CAPÍTULO

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE FEMINILIDADES, FEMINISMOS E CARREIRA NOS ENTRELUGARES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Trabalhar com as mulheres na História é, ainda, adentrar um território em construção. E sempre que se utiliza de fontes orais na escrita do texto histórico é necessário ressaltar que tipo de História está se propondo. Isso talvez se deva tanto à novidade quanto à resistência que tal tipo de fonte representa entre alguns historiadores e historiadoras. Portanto, torna-se um desafio usar tanto as “mulheres” quanto o depoimento oral na escrita da História. Tal desafio é enfrentado por este trabalho, no qual pretendo historicizar mulheres trabalhadoras bancárias utilizando-me de depoimentos orais. Embora hoje não se trate mais de fazer uma história dos excluídos, como afirmou Perrot (1989), mesmo assim falar das mulheres exige fontes que falem delas mesmas, pois muitas vezes o que encontramos são discursos sobre elas. Conforme Perrot (1988, p.185-186) “o ofício de historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino” e “assim também os materiais que esses historiadores utilizam são produtos de homens que tem o monopólio do texto e da coisa públicos”.

Os depoimentos trouxeram questões como memórias, representações (construídas pelas narrativas) bem como a relação entre memória e História e a própria escrita da História. Na análise das entrevistas procuro, então, levar em conta estas questões, as quais possuem perspectivas diferentes. Fui a campo tendo em mente que a fonte oral sugere mais que afirma e de que a memória oral também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade e que era preciso interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento (BOSI, 2003). Mas não se mostra tão simples assim a tarefa de pensar a memória, pois no campo da História muitas discussões foram travadas sobre o entrelaçamento entre memória e História. Sobre este entrelaçamento, faço uso aqui da reflexão proposta pelas autoras Silva e Paulilo (2008). A emergência da memória nos tempos atuais deve-se ao chamado *boom* da memória, fenômeno surgido no pós-Segunda Guerra com os testemunhos das vítimas do holocausto e alastrado para outros países, em diferentes contextos políticos. Tal emergência leva a se considerar as primeiras teorizações sobre memória

surgidas no início do século XX com Halbwachs. Para este autor, a memória individual sempre se constitui em relação a uma memória social, é sempre uma reconstrução, não acessa o que realmente aconteceu, ou seja, a memória é sempre (re) organizada, (re) construída pelo social (HALBWACHS, 2004). Ainda segundo Halbwachs (2004) dois motivos oporiam a História e a memória coletiva/social. O primeiro, é que a partir do momento que se escreve sobre memória coletiva esta passa a não existir mais o que passa a existir é a História, que para o autor só existe uma. Já o segundo motivo é que, por seu lado, memórias existiriam muitas (HALBWACHS, 2004). Daí sua crítica à expressão “memória histórica”, que para ele é um contra-senso, “não foi escolhida com felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto” (HALBWACHS, 2004). Afora a noção universal de História defendida por Halbwachs (fruto de seu tempo) a relação entre História e memória se manteve oposta praticamente até os dias recentes. Pierre Nora, que leu Halbwachs, foi categórico em afirmar esta oposição. Para Nora a memória não existe, é um objeto da História (NORA, 2003).

Segundo Huyssen (2000) a emergência da memória acaba por provocar o esquecimento devido à sobrecarga de informação. É este paradoxo que configura os dias atuais e que torna a memória mercadoria, política, e o que faz o autor identificar uma memória vivida e uma memória imaginada: A primeira conteria a experiência e a segunda seria fabricada pelas mídias (HUYSSSEN, 2000). Novas discussões mostram que há uma relação muito mais fluida entre memória e História e que elas não são tão opostas assim. A memória não é um do veículo da História, são distintas, entretanto, através das narrativas orais elas podem se entrelaçar. Como agregar, então, as narrativas, os testemunhos ou a experiência, que constituem memórias, à História? Provavelmente não há uma resposta pronta para a pergunta.

O *boom* da memória trouxe também a emergência do testemunho e da experiência, pois as narrativas, além de constituírem memórias, também comunicam experiências. Considerando que o espaço de trabalho bancário ainda era masculino por excelência no período em estudo, visto que as mulheres começam a ser admitidas nos bancos no Brasil a partir do final década de 1960, sendo inclusive antes disso proibida a sua contratação por concurso,²⁴ questiono se é possível estudar as bancárias através das memórias dos bancários, pois as dificuldades de encontrar fontes sobre as bancárias confirmam a escassez de fontes sobre as mulheres ditas por Perrot (1989).

²⁴ Conforme comentado no Primeiro Capítulo, embora estudos apontem a participação de mulheres no trabalho bancário desde os anos 1920, é, sobretudo a partir da década de 1960 que as mulheres são inseridas em maior volume devido à automação dos bancos, inclusive por concursos públicos, o que em período anterior não era permitido.

Embora a memória dos bancários e as fontes documentais possam contribuir, julguei que ouvindo das próprias bancárias, teria as “fontes”, ou narrativas sobre elas mesmas, estando ciente de que trabalhar com memórias femininas implica, conforme Kofes e Piscitelli (1997), em considerar que, embora não exista uma memória feminina por oposição a uma memória masculina, ambas estão inseridas na sociedade de forma binária, ou seja, tudo leva a se constituírem de forma diferente, uma de “homem” e outra “mulher”.

As entrevistas são tomadas aqui como busca de interpretação das trajetórias de trabalho das mulheres bancárias do que como “verdades” trazidas pelos depoimentos. Houve apropriação dos discursos feministas que circularam no período? Como as mulheres viam o trabalho no banco? Pensavam elas em fazer carreira? E qual era sua condição familiar, possuíam filhos, casadas, solteiras... Os depoimentos orais trouxeram elementos que possibilitaram outras questões, a princípio não formuladas. Qual o papel da mãe como influenciadora das atitudes e comportamentos das filhas? O que era ser profissional naquele contexto? Dessa forma, a abordagem pretendida por este trabalho toma as narrativas das nove mulheres entrevistadas como carregadas de sentidos, constituídas de representações, construídas sobre si e sobre o mundo. Mulheres que ora falaram de si, de suas memórias, ora foram influenciadas por outras memórias, tendo-se bem claro que tais memórias possibilitaram interpretações, e não simplesmente forneceram respostas às questões. O que não reduz o campo de análise, pois sugerem aportes para se pensar nas relações estabelecidas entre homens e mulheres, experienciadas pelas mulheres em um contexto que não pode ser simplesmente “acessado” pela memória, é sempre reconstruído e ressignificado pelo seu presente.

2.1 FEMINISTA É A MÃE

Foi preciso contextualizar décadas anteriores para entender a entrada destas mulheres no mercado de trabalho nas décadas de 1960 a 1980. Vários motivos levaram estas mulheres a escolher um banco como local de trabalho, mas o que as levou a trabalhar fora, inclusive com experiências anteriores no mercado de trabalho, num período em que não era a regra as mulheres manter-se no mercado ou seguir carreira (deixando claro que o trabalho sempre fez parte da vida das mulheres) foi uma conjunção de fatores. Trabalhava com a hipótese de que o discurso

feminista que circulou no período poderia ter influenciado de alguma maneira, ou não, estas mulheres.

Algumas das entrevistadas afirmaram que no “seu tempo” as mulheres já estavam “mais liberadas”. Quando perguntadas sobre feminismo apareceu de imediato a figura da mãe, das tias, da avó, ou seja, das mulheres das gerações anteriores da família como incentivadoras do trabalho das filhas. Mulheres das gerações anteriores que eram algumas escolarizadas, com profissão universitária, outras analfabetas e trabalhadoras, jovens que trabalharam desde cedo, outras que logo que casaram deixaram de trabalhar fora de casa. As mães e as tias “deram exemplo”, segundo as próprias entrevistadas, como a mãe de Miriam, que como conselho à filha quando esta se separou, estimulou-a lutar pelo emprego e não pelo marido: “quando eu me separei, eu chorava às vezes, né, então ela chegou e ela disse: tu tens que chorar pelo teu emprego, porque o teu emprego é o teu marido”.²⁵ Sara também ressaltou que “não foi muito educada para casar” e que a sua “mãe era uma mulher independente, minha mãe já era... aposentada do telégrafo... ela trabalhou anos fora, ela ensinou, nos ensinou a ser bem independente”.²⁶ A geração da mãe de Miriam e Sara foram as décadas de 1950 e 1960, assim como a da mãe de Fernanda

A minha mãe já também foi trabalha fora, então assim a família da minha mãe, era um lado bem feminista, elas são, elas são pra mim assim, um exemplo: foi trabalha fora, novinha e foi preparada pra casar. Eu também fui preparada pra casar, mas eu já fui assim... A minha mãe nunca deixou que eu tocasse na máquina de costura dela porque ela dizia que tinha trauma, porque a minha avó obrigou que ela a aprende, se ela não costurasse direito ela era assim, apanhava assim às vezes até com, com alguma coisa que ela fez errado na costura, né.²⁷

O termo “feminista” aparece nos depoimentos como sinônimo de mulheres que trabalharam fora de casa, trabalham para ter sua independência ou como aquelas que não quiseram repassaram para as filhas a vida “privada” que tiveram. Como a mãe de Vera que “quando noivou (o pai) pagava um salário pra minha mãe não trabalha. Minha mãe fez isso,

²⁵ Miriam. 50 anos, divorciada, dois filhos, admitida em 1982, trabalha há 28 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 06/06/2009, em Florianópolis.

²⁶ Sara. 50 anos, uma filha, admitida em 1979, trabalhou 21 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 25/03/2010, em Florianópolis.

²⁷ Fernanda. 51 anos, divorciada, três filhos, admitida em 1973, trabalhou 17 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 14/12/2009, em Florianópolis.

aceitou, mas não deixou isso pras filha”.²⁸ Embora desfrutasse de uma situação econômico-financeira confortável, Vera disse que “foi educada pra se virar” e que

A minha mãe foi uma mulher muito brava, assim, corajosa, que ela educou os filhos... Eu acho que só a que não tem duas faculdades sou eu, os outros... todos trabalhando, todas trabalhando, então foi essa a educação, sabe. Eu tenho tias, sabe, irmãs dos meus pais, que elas foram professoras, foram pioneiras no colégio. Eu tenho outra que trabalhava na Marinha como mulher, sabe. Então eu tive grandes exemplos, tive primas, sabe, trabalhando.²⁹

Vera fez o Curso Normal³⁰, que era comum às mulheres na época, sobretudo às da classe média e da elite (MIGUEL, 2003).³¹ Entretanto, estudou em escola particular, que era restrito a poucas. Chegou a ser professora durante um período, mas logo optou por fazer um curso universitário, assim como os irmãos. Como mulher de classe média, ou de “elite”, teoricamente, teria outras funções a cumprir, como se dedicar à família e ao marido e não ao trabalho remunerado, entretanto diz que devido ao incentivo e aos exemplos na família nunca pensou em parar de trabalhar para se dedicar a casa e aos filhos. A formação de Maísa³² foi semelhante à de Vera, estudou em colégio particular, optou pelo curso universitário, formando-se em Administração de empresas induzida pelas amigas e pelo irmão. Fernanda e Nair também fizeram o Curso Normal. Nair³³ deu aulas assim que se formou, porém, logo em seguida iniciou Curso Técnico em Contabilidade porque pensava em trabalhar no banco. Milena³⁴ também optou pelo

²⁸ Vera. Casada, duas filhas, admitida em 1976, trabalhou 20 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 11/03/2010, em Florianópolis. Importante considerar aqui que o Código Civil vigente no período, de 1916, considerava a mulher casada relativamente incapaz, o que significava que se depois de casada a mãe de Vera insistisse em trabalhar fora, teria que pedir a autorização do marido. Tal situação jurídica só foi modificada com a promulgação de lei nº 4.121, de 27 de Agosto de 1962, que instituiu o Estatuto da Mulher Casada.

²⁹ Depoimento à autora em 11/03/2010.

³⁰ A Escola Normal foi criada no início do século XX, com a reforma do ensino público em Santa Catarina. O curso pretendia formar professores e professoras para o ensino primário, mas, sobretudo esteve mais ligado às últimas, período em que os debates ideológicos em torno da profissão e do papel da mulher na sociedade acabaram criando a feminização magistério.

³¹ O termo “elite” significa aqui as famílias abastadas que a partir de meados do século XIX deram uma formação (leitura e escrita) às filhas mulheres, contratando professores/mestres particulares. Neste período, ler e escrever não eram consideradas habilidades necessárias às mulheres de forma geral. Entretanto, entre as mulheres da elite tais habilidades faziam-se necessárias para tornar as mulheres-mães “educadoras” e “agradáveis” companhias aos maridos.

³² Maísa. Casada, dois filhos, admitida em 1983, trabalhou 19 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 15/03/2010, em Florianópolis.

³³ Nair. 65 anos, solteira, um filho, membra da comissão fundadora do banco em 1961, trabalhou 34 anos no banco. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 25/03/2010, em Florianópolis.

³⁴ Milena. 52 anos, separada, possui um filho, bancária desde 1975, trabalhou dois anos no banco Sul brasileiro (extinto) e 25 anos no Bis. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 17/03/2010, em Florianópolis.

Curso Técnico porque pensava em trabalhar logo. Márcia³⁵ entrou na Universidade para ter a profissão que almejava: Psicóloga. Já Sara chegou a fazer vestibular, não passou na primeira tentativa, e como já era estagiária dentro do banco, diz que acabou não fazendo o curso de Administração, porque “na época não se tinha tantas opções de faculdade na cidade”.

A opção, a vontade de tornar-se independente ou mesmo a necessidade de trabalhar remontam a um período anterior destas mulheres, em que as mães, as tias e as avós, quer fossem pertencentes a uma classe média, a uma elite ou trabalhadoras que lutavam pela sobrevivência, nos levou a perceber que não quiseram repassar para as filhas a vida privada dedicada à família que tiveram. A geração anterior às mães (as avós das entrevistadas) viveu na cidade de Florianópolis ou, na vila de Desterro³⁶ (denominação da atual cidade de Florianópolis até o final do século XIX) num período em que algumas mulheres poderiam ser consideradas “mulheres honestas” e outras “mulheres faladas”, dependendo da posição social que mantinham na sociedade (PEDRO, 1998). Neste período aquelas mulheres das classes populares que trabalhavam, exerciam atividades como costureiras, lavadeiras e vendedoras para sua sobrevivência, eram as “mulheres faladas”, já as “mulheres honestas” seriam aquelas que não precisavam trabalhar para seu sustento, as mulheres da elite (PEDRO, 1998). Neste período, segundo Pedro (1998) circulavam nos jornais locais de Desterro, os quais eram muitas vezes a reprodução dos jornais dos grandes centros como o Rio de Janeiro, imagens idealizadas de mulheres, que restringiam a atuação das mulheres aos papéis familiares de esposa e mãe.

A urbanização e o aparecimento das cidades, a partir das décadas de 1920 e 1930 favoreceram a aparição de mulheres, sobretudo as da elite, no espaço público, bem como trouxe novas opções de trabalho para homens e mulheres. Para as de classe média, jovens e solteiras, a profissão de professora se apresentava como uma alternativa ao casamento, bem como ocupações consideradas “menos importantes” como costureiras e cozinheiras (ALMEIDA, 1996). Já para aquelas que sobreviviam de seu trabalho e, sobretudo, pela escassez de empregos e pela manutenção da atividade principal das mulheres como esposa e mãe, continuaram exercendo atividades reservadas às mulheres de poucos recursos, como as costureiras, parteiras, governantas, e continuando como as “faladas”. Entretanto, tal modelo ainda existente em

³⁵ Márcia. 50 anos, solteira, não possui filhos, admitida em 1982, desde 1985 atuou como psicóloga do Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 18/03/2010, em Florianópolis.

³⁶ Com exceção da mãe de Vera e Sara, cujas famílias iniciaram respectivamente em Curitiba, no Paraná e em Blumenau, Santa Catarina.

Florianópolis não inviabilizava as transformações que estavam ocorrendo na sociedade brasileira, sobretudo, no início dos anos 1920, período em que algumas mulheres já possuíam profissão, como juristas, biólogas, e faziam movimentos reivindicatórios como do voto feminino, nos grandes centros São Paulo e Rio de Janeiro. Mas tal “modelo de mulher” era invisibilizado pelas localidades menores, pois conforme mostrou Joana Maria Pedro, muitas discussões sobre as reivindicações das mulheres chegavam a Desterro na forma de crônicas e piadas nos jornais da época (PEDRO, 1998).

Já a geração das mães e das tias das mulheres bancárias entrevistadas viveu sua mocidade, provavelmente, entre as décadas de 1940 e 1960, na conjuntura do pós-Segunda Guerra, período em que a decisão de trabalhar foi estimulada pela conjuntura política do contexto, que se tornou favorável ao trabalho feminino. Vários estudos mostraram que nesse período, o Brasil, mas também o mundo, passou por muitas transformações no que se refere à posição das mulheres na sociedade. Talvez muitas destas mulheres, “mães e tias”, foram influenciadas pelo contexto, embora as particularidades de cada lugar, cultura e principalmente, as experiências de vida tenham sido distintas para cada uma delas. Sabemos que a guerra afeta de maneiras diferentes os diferentes setores sociais, bem como os homens e as mulheres. Em 1942, com a entrada do Brasil na guerra e a publicação do Decreto-Lei 4902, o qual obrigava as empresas que tivessem seus trabalhadores, com idades entre 18 e 15 anos, convocados para a guerra, a continuarem pagando 50% do salário destes até o seu retorno, provocou o aumento do trabalho feminino fora do lar (PETERSEN, 1999).

Tal conjuntura política explicaria a entrada de mulheres no mercado de trabalho no período, sobretudo, nas fábricas e nas empresas, onde se tem uma maior parcela de mulheres e maior oferta de mão-de-obra para as mulheres no período. Petersen (1999) mostrou que a decisão de trabalhar entre as trabalhadoras do banco do Estado do Rio Grande do Sul na década de 1940 foi influenciada pelas “idéias de seu tempo”, favorecidas pela conjuntura da segunda guerra mundial, em que ressalta o papel da família: o pai resistiu à idéia, mas a mãe deu o maior apoio. A autora Maria Lúcia Coutinho (1994) comparou duas gerações de mulheres das camadas médias- mães e filhas -as primeiras nascidas nas décadas de 1920 e 1930 que tiveram sua mocidade/juventude no período do Pós-Segunda Guerra; e as segundas nascidas neste período, vivendo sua juventude no final da década de 1960 e 1970. Segundo Coutinho (1994) muitas dessas mulheres que viveram sua juventude nas décadas de geração de 1940 e 1950 passaram

para as filhas que era preciso que elas investissem numa carreira e numa profissão. O que explicaria a atitude dessas mulheres? Segundo a autora, a escolha destas duas gerações não foi aleatória, pois foram as mulheres da geração de 1960/1970, ao que tudo indica, as que mais viveram o conflito dos valores arcaicos e modernos, num período de transformações a respeito do papel e da posição das mulheres, principalmente as do meio urbano, que foram afetadas mais direta e intensamente pelo processo de transformações de valores (COUTINHO, 1994). Concluiu a autora que estas mulheres ao incentivarem o trabalho das filhas estavam se utilizando de estratégias, influenciando de modo sutil a vida das filhas (já que não detinham a autoridade e o poder de mando sobre suas famílias) entretanto, estavam “tecendo” do seu lugar, “por trás dos panos” (COUTINHO, 1994).

Embora os debates propriamente feministas estivessem restritos à poucas mulheres no período, sobretudo às mais escolarizadas, com acesso à Universidade, o conjunto de idéias gerados ali teve seu impacto no conjunto de mudanças que já vinham acontecendo na sociedade brasileira desde a década de 1940. No tocante ao mercado de trabalho e ao acesso à educação universitária, tais mudanças também foram representativas e talvez tenham impactado no próprio modelo de “educação” recebido pelas mulheres através da família. Márcia diz que apesar de não “ser feminista”, foi criada num sistema mais patriarcal, em que as mulheres não costumam esperar pelo homens

Na realidade é diferente, porque a gente foi criada é, num sistema mais patriarcal, apesar de não ser feminista, a minha vão... Não era etc. e tal, a gente aprendeu, todas as mulheres da minha família por uma questão de mito familiar, nós aprendemos a nos virar muito cedo, muito jovens, né, não depende do homem pra sobrevive, né, ter seu trabalho, minha vó estudou, foi, ela foi fiscal da fazenda, foi ela que me ajudou avô inclusive a fazê, meio que auxiliou meu avô a fazer concurso pra ele poder ser alguém na vida, nem sei como que fala [...] então nós temos um... A questão de mito cultural é cultural isso na família das mulheres aprende a se virá cedo, a gente não tem essa coisa de espera muito por homem não... (depoimento à autora em 18/03/2010)

Milena, Nair e Márcia talvez possam ser consideradas exemplos dos “novos modelos” de jovens do período, independentes, que desde o início da juventude trabalharam fora de casa e o casamento ou não ocupava os seu planos ou não era “meta” a ser atingida. Entretanto, nas duas primeiras, inicialmente, a independência trazida pelo trabalho parecia estar mais atrelada tanto à questões econômicas quanto à atitudes feministas”. Nair se considera até hoje “solteira convicta”. Márcia diz que “focou sua profissão”. Milena disse que “se eu não casasse [...] não... foi uma

consequência e o filho também foi uma consequência, não pensava em ter filho não, foi uma coisa assim natural”. Em relação a vontade ou necessidade de ir trabalhar, Nair disse que o primeiro emprego ela mesma criou pois “fui de casa em casa, catei a gurizada que nunca tido ido pra escolinha...aí comecei a dar aula em casa, desemburrá [...] quando eles fossem pra aula no ano seguinte eles já sabiam ler e escrever.” Milena foi promovida no primeiro emprego

eu com 16 anos..., aí começou, aí todo mundo, aí meus irmãos também já começaram. Aí eu tinha umas tias minhas que já trabalhavam numa empresa, aí arrumaram pra mim, aí não sei o quê tem emprego lá foi ser caixa da loja assim, era...Hoepcke... ferragens, Hoepcke, que vendia assim de materiais de construção, mas eu fui ser caixa, era só uma caixa... Fiquei dois anos ali, porque aí com dois anos e, não tinha nem um ano e pouco, com um tempo depois eu já fui promovida, fui trabalhar como caixa geral, assim na.. fazia o livro-caixa, já fazia o pagamento, aquela coisa toda (depoimento à autora em 17/03/2010).

Algumas entrevistadas demonstraram certa resistência à palavra “feminismo”, como Vera e Maísa. Vera disse que “eu nunca me incomodei muito, na época eu era eu e nunca me preocupei em ta trabalhando com homem ou mulher, eu tinha uma postura, igual a do homem, eu me considerava uma pessoa bastante discreta, sabe”. Entretanto, apesar de se considerar “igual” ao homem, observou que se existia diferença era “em relação à chefia” pois nos cargos de chefia “a prioridade era o homem”. Maísa não comentou sobre o assunto, limitando-se a dizer que nunca participou de “nenhuma manifestação desse tipo”. Observei que tal resistência, talvez, se devesse à tradição de suas famílias, mais conservadoras, e, portanto, avessa às “inovações” feministas.

O incentivo, a educação ou os exemplos recebidos em casa, através da figura da mãe, das tias e da avó, permite constatar que a influência feminina na família pode ter sido uma das razões que levaram as bancárias a seguir uma carreira. Algumas de classe média, que primeiro se formaram na Universidade, buscaram uma profissão, antes de ir para o trabalho. Outras de “famílias simples”, como ressaltado por elas mesmas, que buscaram trabalho para ajudar em casa ou para se tornar independente. Entretanto, todas elas procuram desenvolver uma carreira, influenciadas por outras mulheres da família ou das amigas. Na opinião de Fernanda independente da condição familiar, muitas mulheres do período já não queriam estar mais presas ao lar, “santificadas”, esperando o marido chegar do trabalho

Mas aqui na ilha eu acho que as mulheres não queriam mais ficar naquele espaço físico tipo a minha mãe, entendesse que o marido deixava ali e via a vida passar e ela teria filhos, filhos dele né, ela é esposa dele né, mãe dos filhos, aquela coisa né, Santa né, santificada né. Aí fora do portão, o que ele vinha a fazer (podia ter filhos, vinte filhos) né, vamos dizer, mas a gente imagina assim, então. Eu acho que existiam várias Marias e que não queriam que as filhas tivessem a mesma vida (depoimento à autora em 14/12/2009)

Os feminismos do período proporcionaram a emancipação das mulheres em alguns aspectos em que estas historicamente foram oprimidas, tais como o direito a uma profissão, de decidir sobre o casamento ou não, ter ou não filhos, de não estar restrita ao espaço privado do lar, e também da possibilidade de desenvolver carreiras profissionais. Entretanto, é importante ressaltar que o fato das filhas terem ido ao mercado de trabalho, coisa que a mãe não fez ou se o fez, deixou-o após o casamento para se dedicar a casa e aos filhos, ou o fato de não ter desenvolvido uma profissão ou uma “carreira”, não representa uma cronologia da emancipação feminina. As filhas ao ingressarem no mercado de trabalho encontraram outras barreiras: ocupando as funções mais manuais e repetitivas e envolvidas em relações hierárquicas entre os homens e mulheres no mundo do trabalho, o que inviabiliza pensar o tempo da mãe e o das filhas como uma simples escalada de conquistas. Ao invés disso, incumbe pensar como resultados de processos históricos por qual passaram e passam a sociedade, tendo aí a influência peculiar dos movimentos e idéias feministas.

2.2 TRABALHO NO BANCO: DO SONHO À CARREIRA

No banco do Estado de Santa Catarina- Besc, a contratação de mulheres ocorreu desde a sua fundação em 1962, sendo o primeiro concurso realizado neste mesmo ano. Dos trinta candidatos aprovados, cinco eram mulheres (ALVES FILHO et al, 1997). Segundo o mesmo autor, entre os membros da comissão fundadora do banco no ano de 1961 estava Nair, junto com mais duas mulheres. Nas palavras de Nair “isso foi o que a gente achou interessante, porque eles, os colegas da comissão, nunca tinham trabalhado com mulher antes, mas decidiram colocar as mulheres da família”, chegando a intuir que pode ter sido porque “a gente trabalhava sábado, domingo, feriado na casa deles... não parava porque o banco tinha que ser aberto, então a gente

não tinha hora, não tinha dia”. Foi Nair também quem fez as inscrições para o primeiro concurso e afirma que a primeira colocada foi uma mulher: “no concurso passaram várias, advinha quem tirou o primeiro lugar? primeiro lugar foi uma mulher.”³⁷ Nair diz que no início “fiz de tudo, passava coisa em mimeógrafo, tudo que tinha que fazer, eu fazia até que foram se formando os departamentos”. Sobre o fato de representar uma das únicas mulheres entre os homens inicialmente trabalhando no banco, Nair diz que “a maioria sempre foi homem” e que “os homens não davam espaço, não, não, tinha que lutar.” Segundo, Nair durante a década, havia muito poucas mulheres trabalhando no banco.³⁸

Chamou nossa atenção o fato do banco ter admitido mulheres desde o início, sendo que muitos bancos oficiais (bancos públicos) no período ainda não admitiam mulheres, como os federais Banco do Brasil (a partir de 1971) e os estaduais como o banco do Estado de São Paulo (a partir de 1968). Quando admitidas, as mulheres ocupavam carreiras separadas das dos homens como foi o caso do banco do Estado do Rio Grande do Sul, que passou a admitir mulheres em 1943 em quadros de carreira auxiliar, sendo igualada aos homens no ano de 1961 (PETERSEN, 1999). Percebo, porém, conforme o depoimento de Nair, que as mulheres foram introduzidas inicialmente no banco porque eram da família dos fundadores, ou seja, foi através da rede de relações políticas e familiares, de uma possível elite política do Estado de Santa Catarina, que as primeiras mulheres foram introduzidas no trabalho bancário no banco do Estado de Santa Catarina.

Em relação às funcionárias admitidas no banco no primeiro concurso, Nair comenta que a primeira colocada era muito inteligente e que

Inclusive o presidente... O primeiro presidente, já acatou a Lidia³⁹ para ser secretária dele, pra redigir. Que ela tinha uma redação muito boa. Ela só não se adaptava era com máquina de datilografia, aquilo era um horror pra ela, andaram botando ela lá pra bater ficha de... De cadastro, de contabilidade, aí ela, inteligente, ela era uma mulher muito inteligente, escrevia muito bem (depoimento à autora em 25/03/2010).

³⁷ Não foi possível confirmar o 1º lugar, pois não há referência a ordem de classificação entre os aprovados no concurso, conforme consulta à bibliografia e documentos pesquisados do banco.

³⁸ Não localizamos estatísticas de funcionários por sexo durante todo o período em estudo. Sendo assim, não podemos afirmar o que representava este “pouco” falado por Nair.

³⁹ Nome fictício. Confirmamos as informações de Nair através de depoimentos informais.

Ressalto aqui que as primeiras funcionárias do Besc ocuparam funções de auxílio ao trabalho dos homens, como secretárias, datilógrafas e que faziam “tudo o que fosse preciso”, sendo a função da primeira colocada no concurso “secretária do presidente”, logo, observo também a manutenção das velhas formas que acompanhou o trabalho das mulheres, carregando as “marcas” de gênero. Outro dado interessante é que embora Nair se incluía como pertencente à Comissão Fundadora do banco, esta é composta, oficialmente, somente por homens, sobretudo políticos do Estado de Santa Catarina. Tal fato deve-se a Comissão ter sido criada oficialmente anterior (no dia 17 de junho de 1961) à admissão de Nair no banco (19 de dezembro de 1961) (ALVES FILHO et al, 1997). Mas permite também observar os lugares de homens e mulheres na sociedade e aquele em que as mulheres não estão: na política.

Nos primeiros quatro anos da década 1970 ocorre o chamado período áureo da economia brasileira. Santa Catarina registrou no período taxas de crescimento superiores a média nacional (ALVES FILHO et al, 1997). O Besc, por sua vez, teve 112 agências inauguradas na década por todo o Estado de Santa Catarina (ALVES FILHO et al, 1997).⁴⁰ A partir de meados da década, Milena, Fernanda, Vera, Sara são admitidas no banco. Milena diz que em 1975, quando ainda trabalhava em uma agência do banco sul brasileiro,⁴¹ tinha “só duas mulheres, só tinha eu e outra, tinha duas, comigo era três, mas uma já tinha saído na época, aí tinha ficado eu mais uma... sempre foi menos mulher, isso aí sem dúvida nenhuma”. E quando foi admitida no Besc diz que “quase não tinha nem muitas mulheres trabalhando”. Já Fernanda diz que quando foi admitida em 1976, “o banco admitiu muitas meninas para atendimento ao cliente na abertura de conta”. Vera disse que chegou numa época que a quantidade de homens e mulheres estava mais igualitária, entretanto, “o homem predominava.” Sara diz que quando entrou no banco, em 1979, “tinham mais homens, mas também não tinham poucas mulheres não, a quantidade eu acredito que eram mais homens”.

Em meados da década de 1980, Miriam, Maísa e Márcia também são admitidas no banco. Miriam diz que “quando eu comecei a trabalhar no banco era bem legal. Era eu e outra mulher, o resto tudo homem”. Já Maísa que iniciou no banco com cargo de chefia, referindo-se às “raríssimas as mulheres que apareciam em cargos de comando” no período. Segundo Márcia

⁴⁰ Entendo que não se trata de uma relação de causa e efeito, tornando-se necessário observar a informação com cautela, pois por tratar-se de banco aliado ao governo, sobretudo político, não apenas o crescimento econômico poderia gerar novas inaugurações de agências, mas também promessas e alianças políticas.

⁴¹ Instituição bancária criada em 1972 e extinta em 1985.

É, e na minha época tinha... Eu tô com 50 anos e quando eu entrei com vinte e poucos anos, tinha toda essa discriminação, achavam que o homem é que tava mais talhado pra ser bancário, a mulher eram poucas e eram... É, mais discriminadas assim né, aí não, vai trabalhá lá não sei aonde, na retaguarda não sei da onde, tinha caixas, tinham poucas chefes de setores (depoimento já citado).

A opção de trabalhar no banco surge para algumas mulheres como um sonho, um “desejo de menina” nas palavras de Milena, ou como disse Miriam “tinha uma guria tão bonita e ela trabalhava no banco, e quer dizer que coisa boa trabalhar no banco”. Fernanda disse que “o seu sonho era trabalhar no banco” que “naquela época o banco abria as tuas portas... era importante trabalha no banco, dava status e tinha muito bom salário”. Já para Maísa o banco representava uma forma de exercer a profissão para a qual se formou “recebi três convites... os dois primeiros eu recusei porque era pra trabalha mais com redação e eu queria trabalha mais dentro da minha área de formação né, que é Administração, aí no terceiro convite eu acabei aceitando”. O motivo de ter aceito o terceiro convite foi o salário, que segundo Maísa “meu salário dobrou, era o tipo de convite irrecusável, não tinha como recusar aquele convite”. Para Vera a oportunidade de trabalhar no banco ocorreu porque “tinha formação na área e o salário seria maior”.

Os motivos que levaram as mulheres a ir trabalhar no banco, local ainda masculino, são variados, entretanto, chama atenção o fato de todas elas, independente da condição familiar e social em que se encontravam, afirmarem que nunca pensaram em parar de trabalhar para dedicar-se à casa e aos filhos, ao contrário, desejavam seguir uma carreira. É de extrema importância deste dado quando consideramos que este é um período de transição no Brasil, no tocante ao papel das mulheres na sociedade, com a ida destas de vez para o mercado de trabalho, como consequência das reivindicações feministas e também das próprias transformações políticas e econômicas por quais passavam o Brasil. Fernanda via a década de 1970 um período em que as próprias mulheres passaram a se cobrar por não trabalhar

Na época, assim, que eu vejo assim ó, é a época que a mulher assim, ela começou a vê que ela tinha potencial pra tá na, no, assim trabalhando fora, né, da minha geração e de Florianópolis começou assim a mulher vê que ela podia trabalha no comércio, trabalha no banco, que ela tinha sim que trabalha fora, ela mesma se cobrava isso, entendesse, de não trabalha, de não ir atrás dos sonhos dela, então, houve assim uma procura muito grande de trabalho que antes não tinha, a mulher era mais do lar, né (depoimento já citado).

Maísa, Vera e Márcia, pertencentes, ao que poderíamos chamar na época de uma chamada classe média alta,⁴² fizeram curso universitário para ter uma profissão e depois foram trabalhar. As duas primeiras tiveram filhos mas nunca pensaram em parar de trabalhar para dedicar-se a casa, aos filhos e ao marido. Vera disse que “quando começou, nessa época né, a mulher já tava mais, eu acho que a mulher já tava mais ativa. Pra mim era uma coisa muito normal, pra minha família”. Márcia ao comentar sobre a educação recebida da mãe diz que “foi muito estimulada a se virá, trabalha, ter uma profissão, se casa ótimo, se não casa...”. Vera e Maísa tiveram dois filhos, e comentaram que tinham um boa estrutura em casa, com babás e empregadas, o que tornou a “conciliação” mais fácil. Márcia disse que até hoje é “solteira por opção... foquei a minha profissão”.

Podemos classificar as demais entrevistadas (arbitrariamente é claro) Miriam Fernanda, Milena, Sara e Nair como aspirantes ou ainda não pertencentes a uma classe média.⁴³ Fernanda havia se formado no curso Normal. Miriam, Milena e Sara haviam iniciado o curso técnico em contabilidade pensando em procurar trabalho. Nair havia feito os dois. Da mesma forma, disseram que nunca pensaram em parar de trabalhar para dedicar-se somente á família. Para Miriam era o emprego que traria sua independência, diz que “o meu marido saiu do serviço na época... e eu não. Não abandonei serviço não né. Porque eu queria ter a minha independência, como hoje eu tenho”. Milena demonstrou, inclusive, certa aversão a falta de trabalho “nunca me imaginei sem trabalha, isso aí nem pensar” e disse que “em hipótese nenhuma” pensou em parar de trabalhar para cuidar do filho. Comenta inclusive que voltou um mês antes de acabar a licença-maternidade “voltei um mês antes, fiquei...eu tinha parece sessenta dias de férias... mas parece que era pra mim volta em junho, mas eu acho assim que em maio eu não aguentei mais”. Fernanda disse que quando era casada, o salário era só para ela e para os gastos dos filhos e quando optou por se separar passou a ter dois empregos “por isso optei por trabalhar no banco e ser professora”. Importante ressaltar que, com exceção de Nair e Márcia, as demais entrevistadas eram casadas durante o período em estudo e o marido também trabalhava.

⁴² A classificação se justifica tendo em vista que as três bancárias citadas tiveram acesso a escola particular e formação universitária, além de demonstrarem pertencer às famílias com boa condição econômico-financeira.

⁴³ O termo se explica aqui por oposição a uma classe média alta (que freqüentavam colégios particulares e tinha acesso à formação universitária), entretanto, não se enquadravam totalmente no que se poderia chamar de classe média devido à condição familiar, pois embora os pais tenham incentivado o estudo das filhas, estas tiveram de trabalhar para ter uma formação universitária e seu “próprio dinheiro.”

Um outro motivo foi semelhante e irrecusável para continuar trabalhando no banco apontado pelas bancárias: o salário, que era mais vantajoso no banco do que no trabalho anterior que exerciam. O fato de o banco representar uma “elite”, com bom salário, como disse Fernanda, confirmado por Miriam, Milena, Nair e Sara, talvez tenha sido um dos motivos que tivesse atraído estas mulheres para a carreira bancária, principalmente para aquelas que ainda não tinham uma profissão ou não tinham um emprego que lhes rendesse um bom salário. Este “bom salário” a que se referiram devia-se a uma conjunção de fatores. Em Florianópolis nas décadas de 1950 e 1960 o poder aquisitivo dos habitantes em geral era muito baixo. Encontramos indícios sobre o “drama” dos funcionários públicos nos jornais na década de 1950. Numa delas, intitulada pelo colunista Osvaldo Melo como “grito d' alma”, um leitor escreve para o jornal informando sua situação precária

Sou um pequeno funcionário público. Sou casado, tenho mulher e três filhos. Tenho de sustentar toda a família, ir ao mercado todo dia, comprar pão caro e miúdo. Moro numa casa de madeira, pequena e velha. Pago pela cachichola, como diz minha mulher, 500 cruzeiros de aluguel. Meu ordenado é miserável, então quando alguém adoece é um verdadeiro inferno...Sei Sr. Osvaldo que não tenho o direito de me queixar ao senhor. Já disse “o pobre não pode mais viver (MELO, 1958, p.3).⁴⁴

Considerando que funcionários públicos representavam uma classe privilegiada sobre as demais, que dizer do salário das outras profissões? Já em meados de 1960, havia “rumores” de um possível aumento dos vencimentos dos “barnabés”⁴⁵ com um abono de 30% “após examinar e estudar as justas reivindicações de seus servidores irá conceder um abono de emergência de 30%” (A Gazeta, 1965).

Tradicionalmente, no Brasil, o que caracterizava a classe média era o “ofício”, como os médicos, advogados, dentistas, e sem um ofício, a não ser que fosse pertencente à elite da sociedade, não havia a possibilidade de passar a usufruir de uma série de vantagens de classe média, além claro de “ganhar bem”. No caso do trabalho no banco ou de um funcionário público, estas também eram profissões que gozavam de certo prestígio. A profissão de bancário, que agora

⁴⁴ As demais reportagens referidas estão em **O Estado** do dia 25 jun. 1957, p.3.

⁴⁵ “Barnabé”, termo bíblico, era o nome de um dos pregadores do evangelho que aparece no Novo Testamento. Na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil até 1960, que agregava um grande número de funcionários públicos, o termo adquire conotação política e fruto do humor carioca virou sinônimo do funcionário público com os menores salários, aquele tipo que recebe pouco e que faz o trabalho sujo em contraposição aos altos funcionários, que possuíam salários mais altos (ARANHA, 2002).

passava a ser de bancária também, possuía também *status* (SEGNINI, 1998). Por isso, a posição social que ocupavam os funcionários de bancos no período, sobretudo os bancos públicos, e em especial aqui do Banco do Estado de Santa Catarina, mostrava-se peculiar, pois além de representarem uma profissão que possuía certa distinção, possuíam o local de trabalho (o Banco oficial do estado) e o salário maior, como fatores de distinção.⁴⁶ Conforme Milena, que aceitou convite em 1975 para trabalhar no banco sul brasileiro

Porque eu tinha vontade de trabalhar no banco, porque naquela época era assim, era... Ser bancário... era, dava um status também, além de ganhar muito, ganhava bem mesmo. Com certeza, tinha mais chance, realmente foi o que teve né, porque ali não nunca foi [] eu comecei naquela empresa ali pra ganhar alguma coisa assim... Era bem... Como... Tinha status mesmo, tinha status. Aí, mas não era... Que era salário bom mesmo né, salário, vamos supor, eu me lembro que... Não me lembro exatamente, mas nós ganhávamos mais do que vinte salários (depoimento já citado).

Comparando a profissão de bancária aos outros tipos de trabalho “apropriados” para as mulheres no período e que trariam tal distinção social, principalmente para aquelas sem uma profissão universitária, ou que iriam trabalhar no comércio, ou como datilógrafas/secretárias, o banco se apresentava, então, como uma boa opção. Nair entrou no banco ganhando salário mensal de Cr\$ 17 mil cruzeiros (ALVES FILHO et al, 1997).⁴⁷ Os anúncios de salários consultados para algumas profissões na década de 1970, eram, em geral, inferiores a este valor. Para um programador de computador oferecia-se CR\$ 15.000,00, “ganhos acima da média”, segundo o anunciante (O ESTADO, 1979). Nesta mesma edição do jornal, a associação dos trabalhadores em transportes rodoviários de Itajaí reivindicava o aumento do salário dos motoristas para CR\$ 8.000,00 (O ESTADO, 1979). Na seção dos classificados haviam vários anúncios tanto da Escola de Datilografia de Florianópolis quanto ofertas de emprego para secretárias-datilógrafas, cujo curso de datilografia era pré-requisito para a função, mas não havia indicação de salário (O ESTADO, 1979).

Embora envoltas num ambiente dominado quantitativamente e hierarquicamente por homens, em que os espaços de poder eram bem divididos, a introdução das mulheres foi percebida de maneira diferente por cada uma delas. Algumas perceberam este impacto na medida em que os espaços de poder eram mais restritos aos homens como Nair, Milena e Márcia, outras

⁴⁶ No Terceiro Capítulo será discutida a idéia do banco como pertencente a uma elite.

⁴⁷ Confirmado também por Nair.

o viram como uma conquista das mulheres na profissão, ocupando um espaço antes estritamente masculino, como Fernanda, Miriam. Já Maísa e Vera declararam-se profissionais acima de tudo. Por isso, um fator comum ressaltado pelas entrevistadas era o modo “profissional” como se referiram ao trabalho no banco.

2.3 PORQUE SOMOS PROFISSIONAIS

As bancárias, em geral, afirmaram o quanto eram “profissionais” quando o assunto era o trabalho. Vera e Maísa, que disseram possuir todo auxílio em casa com os filhos, contaram com a ajuda da mãe, babás e empregadas, comentaram que eram muito “Caxias” no trabalho.⁴⁸ Nair e Milena “trabalhavam bastante”. Já Miriam, Fernanda e Sara demonstraram também empenho pelo trabalho, entretanto, nas situações em que disseram que “trabalhavam até tarde” era por solicitação do serviço e não exclusivamente por vontade delas. Preocupamo-nos aqui em perceber se tal “disposição” para o trabalho estaria relacionada com a condição familiar, e, sobretudo, da ascensão ou não na carreira.

Vera e Maísa disseram que procuravam nunca faltar por motivos que não fossem “justos” ou que pudessem ser evitados. Foi com estes termos que Vera confessou algo que diz que “talvez hoje não fizesse de novo”. Ela trocou o horário e o médico de suas filhas quando pequenas para que pudesse levá-las sem interferir no seu horário de trabalho, marcando as consultas no seu horário de intervalo de almoço. Segundo Vera “eu não gostava de pedir pra saí para levar as filhas no médico.” Maísa também comentou que

Eu era muito Caxias, muito cdf, dificilmente eu fazia isso, ou até trabalhava seis horas cansei de prolonga a jornada, não pedia remuneração por isso, e era **muito** difícil, eu procurava tudo o que era pra fazer com meus filhos, eu procurava fazer no período da manhã: dar atenção pra eles, levar eles na escolinha de natação, brincava com eles, levava ao médico, né, procurava sempre o que eu pudesse pra não afeta o meu expediente eu fazia (depoimento à autora em 15/03/2010).

Vera e Maísa foram admitidas no banco ocupando cargos comissionados. Mesmo com todo o auxílio da mãe, de babá e empregada que disseram ter, durante um tempo, após o

⁴⁸ A expressão “Caxias” é conhecida popularmente por referir-se a uma pessoa muito dedicada ao trabalho e com suas obrigações de maneira geral.

nascimento dos filhos, as duas pediram para trabalhar seis horas. Maísa disse que “trabalhava seis horas até quando os meus filhos tinham quatro anos, ou seja, até 84, aí depois o Besc me solicitava muito pra mim faze oito horas, aí fiz as minhas oito oras, [] prorroga a jornada”. Vera disse que “a maior parte trabalhei oito horas, teve uma época que eu trabalhei seis horas... elas já eram maiorezinhas”. Mas diz que não que conseguiu “fica muito tempo trabalhando seis horas, pra mim foi difícil. Eu ficava trabalhando seis horas, mas eu acabava ficando mais tempo pra dá conta... Foi por pouco tempo, aí voltei à trabalhar oito horas.” Em relação ao compartilhamento de responsabilidades domésticas com o marido, Vera disse que “ele (o marido) não participava muito dessa... ajudava-me, ele levava ao colégio, pegava, mas sempre junto comigo. Mas dizer que ele assumia isso não quando eu trabalhava seis horas”. No período em que fizeram jornada de seis horas Vera e Maísa não ocupavam cargos comissionados. Depois, quando retornaram ao trabalho, Vera diz que “depois mudou a Diretoria né, saiu bastante gente, eu perdi o meu cargo e fui pra área de Treinamento”. Maísa manteve-se na mesma função, apenas teve a jornada prorrogada.

Nair e Milena comentaram que “trabalhavam bastante”. Nair teve dois filhos adotivos e Milena teve um filho. Milena diz que tinha empregada quando era casada e o filho era pequeno. Nair não fez referência à ajuda de empregadas ou babás com os filhos adotivos. Milena disse que “ocupou cargos de fato, mas não de direito... no banco quando eu entrei, eu sempre, era seis horas, mas eu não trabalhava seis, eu trabalhava oito, e eu sempre tinha assim... no início elas davam... como é que se diz... substituição de chefia.” Sobre o trabalho no banco disse que “era bem Caxias, aí... por isso que eu sofri muito... eu me dediquei muito... Vamos supor, doente eu ia trabalhar, meu filho doente, tudo... então, ah, fazia as coisa mas não deixava... ou pegava uma licença”. Já Nair “trabalhava, não tinha hora, mas era aquela história, você tinha que fazer mais se você não fizesse muito mais do que um homem faria no mesmo cargo, tinha que... essa que é a verdade.” E complementa “galguei todos os cargos dento do banco, só não fui diretora”.

Ressaltamos aqui o sentido do termo “profissional” utilizado pelas mulheres. Este não significa apenas formação técnica, formação, aliás, que era distinta em todas elas (conforme discutido acima). A forma “profissional” adquiriu o sentido de esforço e empenho pessoal dedicados ao trabalho, quase como uma oposição a outro tipo de trabalho, como doméstico ou do lar. Daí decorre também questões referentes aos motivos de tanta dedicação. Para Maísa e Vera a questão profissional parecia se apresentar como uma exigência do cargo que ocupavam. Para

Milena e Nair, o “profissional” parecia muito mais um desejo de “crescimento” no trabalho. Nair foi mais contundente na afirmação ao sugerir que “precisava trabalhar muito mais que um homem no mesmo cargo” para ter o mesmo reconhecimento. Mas Vera e Maísa não agiram também dessa forma “Caxias” justamente pela necessidade de provar que mereciam os cargos que possuíam?

Miriam, Fernanda e Sara também se mostraram muito dedicadas ao trabalho. Mas nenhuma das duas fez referência ao “esforço pessoal” no trabalho a ponto de parecer ter havido uma hierarquia entre trabalho no banco e a vida pessoal. Miriam diz que logo depois de admitida no banco, casou, já que estava grávida. Parou a faculdade para conseguir lidar (já com dois filhos) com as responsabilidades da casa e da família. Miriam não fez referência a babás, empregadas ou pessoas que lhes tivesse ajudado no cuidado com os filhos. Disse que o marido, no período em que esteve casada, “se precisasse pra ele ajuda na casa, ele ajudava... ele ajudava, ele passava roupa, ele passava fralda. Ajudava a fazer mamadeira, tudo isso.” Em relação ao trabalho no banco Miriam disse que foi “o meu serviço é que me deu a minha independência”. Devido à função que ocupou por quinze anos, Miriam comentou que “quando eu era assim secretária tinha dia de eu entrar, tem dia não, quase todos... gente entrava as oito e saía às nove horas, quase sempre.” Completa que

Começava oito horas da manhã e aí secretária eu não saía muito cedo não. Tipo horário de verão, eu tive um diretor que pra mim era ruim, tipo eu adoro o horário de verão, ruim porque pra ele tava dia ainda...dá pra trabalhar. Esperava ele chegar pra dá passagem ainda pra ele. Passava a agenda, então a gente vai ligar pra fulano de tal, não sei o quê, não sei o quê. Porque era dia ainda. Eu nunca saía cedo (depoimento à autora em 06/06/2009).

Já Fernanda, que teve três filhos, era casada na época que trabalhava no banco, disse que sempre teve empregadas para ajudar no serviço da casa. O marido “era tradicional... criação dele é bem antiga né, a mulher que cuida da parte da casa, cuida de tudo, né, e o marido que traz o dinheiro”. Fernanda disse que “gostava do que eu fazia porque sempre gostei de lida com pessoas e sempre trabalhei nessa área né, só que assim não era o meu sonho ali... era mais no sentido financeiro”. Quando perguntada se pretendia seguir carreira no banco disse que “não tinha essa pretensão assim, no banco não. Gosto da educação, gosto dessa... desse desafio, mais pra esse lado...”. Já Sara teve uma filha e não fez referências se foi casada ou solteira. Exerceu a

função de secretária por dez anos. Em relação ao trabalho e carreira no banco, Sara disse que “pensava em ficar no banco mesmo porque naquela época assim, muito valorizado esse nosso emprego... tu tinhas um bom emprego e eu fui ficando, fui gostando e realmente... eram tempos diferentes”.

O período em que as mulheres começam a “profissionalizarem-se”, no sentido de formação técnica e universitária, principalmente as mulheres de classe média, no Brasil coincidiu com o período do regime militar. No contexto de crise instaurado na década de 1960, a política implantada pelo regime atingiu de maneira diferente as mulheres, favorecendo as de classe média e prejudicando as de classe popular (ALVAREZ, 1988). Para estas, segundo Alvarez (1988) as necessidades econômicas fizeram com que adquirissem “consciência de mãe”, ou seja, foi um período de “politização da maternidade”, ou seja, estas mulheres passaram a se organizar de forma a exigir direitos básicos de cidadão, como creches, água encanada, e alimentação, negadas pela crise econômica. Já para as mulheres de classe média, o debate girava em torno da polêmica do trabalho remunerado para ajudar no orçamento da casa, polêmica que foi frequentemente tema nas seções dos jornais. Segundo Alvarez (1988) foi destes dois modelos de mulheres, aparentemente opostos, que surgiriam uma consciência das mulheres. Assim, as “associações femininas apolíticas” foram a base para a articulação entre as mulheres das classes populares, enquanto as feministas se articularam em cenários profissionais e universitários, organizando a partir daí várias entidades autônomas feministas (ALVAREZ, 1988).

Em que medida tais disposições diferentes ao trabalho estariam relacionadas à condição familiar: Casadas ou solteiras, filhos ou não, terceirizavam ou não o serviço doméstico? Percebemos que todas elas carregavam as responsabilidades pelo serviço doméstico ou pelo cuidado com os filhos, mesmo aquela que disseram possuir todo o auxílio em casa, como a mãe, a babá e empregada. Vera e Maísa modificaram a jornada de trabalho em função da maternidade. A questão maior é saber se esta “conciliação” tinha ou não reflexo na disposição ao trabalho e no desejo de crescimento profissional dentro do banco. Percebemos que aquelas que tinham cargo comissionado e desejavam ascender na carreira como Vera, Maísa, Milena e Nair referiam-se ao trabalho como “muito Caxias”, em que o trabalho se não estava acima, disputava com os afazeres que mantinham no âmbito familiar. Entretanto, com exceção de Nair, as demais (Vera, Maísa e Milena) disseram possuir auxílio em casa com os filhos, com empregadas, babás e a própria mãe. Já em Miriam, Fernanda e Sara, compreendo que o trabalho não parecia estar acima das

“obrigações familiares” e da vida pessoal. Estas não disputaram/possuíram cargos comissionados diretamente com os homens⁴⁹ e, com exceção de Fernanda, que mostrou que não pensava em seguir carreira no banco, Miriam e Sara não fizeram referência ao auxílio de babás e empregadas no cuidado com os filhos e no serviço doméstico.

Márcia, psicóloga do banco, desempenhava uma função diferenciada do plano de carreira das demais bancárias entrevistadas. Não teve filhos e disse que até hoje é “solteira por opção”. Não possuía cargo comissionado, entretanto, disse que “trabalhava muito” e que “o pique do banco deixava a gente muito estressada”. Assumidamente mostrou que dedicou boa parte de sua vida ao trabalho, pois disse que enquanto foi bancária

Eu saí em 2002 com essas funções, supervisora, terapêutica [] consultora de empresas, fazia consultoria nisso e avaliação psicológica, orientação vocacional e consultório... Mais uma coisa uma coisa que está faltando, são quatro coisas que eu fazia, era bancário e mais três funções, fazia barba, cabelo e bigode. Não precisa nem te dizer que depois disso eu fiquei doente por causa disso. Porque o pique do banco deixava a gente muito estressada, eu trabalhava... (depoimento já citado).

O depoimento de Márcia sugere algumas reflexões. Não era mais a legalidade e o acesso das mulheres ao mercado de trabalho que estava em jogo, mas sim a necessidade das mulheres, de forma geral, ter que demonstrar total dedicação ao trabalho como forma de serem reconhecidas profissionalmente? A condição das mulheres na família tradicional (esposa, mãe e dona-de-casa) passava a ser disputada com a questão profissional? E dependendo desta condição (terceirização do serviço doméstico e ajuda profissional no cuidado com os filhos), estas mulheres teriam se tornado mais “dispostas” ou não ao trabalho? Percebo que entre as mulheres bancárias que os papéis de mãe, esposa e dona-de-casa conviviam com o de profissional.

Tal situação de “conciliação” demonstra também que a introdução das mulheres no mercado de trabalho, conforme já visto aqui, carregou algumas “marcas” de gênero, oriundas de discursos sobre o “trabalho de mulher” originada no século XIX. No caso do banco do Estado de Santa Catarina, para além da manutenção do serviço doméstico, as fontes encontradas e os depoimentos evidenciaram a manutenção também de certos atributos historicamente construídos para o “feminino” e o “masculino”, como a beleza e a valorização da feminilidade para as

⁴⁹Há uma ressalva a ser feita aqui, pois conforme será discutido no Terceiro Capítulo, a função de secretária/recepcionista (exercida por Miriam, Fernanda e Sara) representava uma função gratificada até meados da década de 1980, uma espécie de “comissionamento”.

mulheres, bem como do mundo do trabalho e política para os homens. Tais atributos e as formas como conferiam *status* diferenciado aos bancários e às bancárias são assuntos do próximo capítulo.

TERCEIRO CAPÍTULO

A POLÍTICA DA BELEZA: AS DIFERENTES FORMAS DE ASCENSÃO E PODER PARA HOMENS E MULHERES

Homens e mulheres construíram-se, histórica e culturalmente, de formas distintas, senão opostas. A eles a força, a ousadia e o poder sobre as mulheres; a elas, a fragilidade, a inocência e a submissão aos homens. Tais binarismos constituintes do “ser homem” e do “ser mulher” trouxeram não apenas problemas práticos, as desigualdades de poder vivenciadas no dia-a-dia, mas também teóricos: como analisar homens e mulheres sem, de antemão, nomeá-los dessa forma? A guerra e a política estão para os homens assim como a beleza e o lar estão para as mulheres? Analisando a relação das mulheres com a política, principalmente o poder político, Michelle Perrot observou que “a idéia de que política não é coisa de mulher ainda permanece enraizada nas opiniões dos dois sexos” e que “as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, interiorizando as normas tradicionais” (PERROT, 1988, p.184). Já em relação à beleza, a idéia de que esta seria “coisa de mulher” ocuparia as opiniões dos dois sexos? Tudo indica que sim. As mulheres por se exigirem “belas”, os homens, mas também as mulheres, por exigirem delas próprias a beleza. Será que as mulheres vêm na beleza uma meta? Ou seria justamente uma cobrança repressiva, externa às próprias mulheres, qual faria da beleza um objetivo a ser alcançado? E quanto à questão da política seriam os homens os mais interessados e, por consequência, compreenderiam melhor o complexo jogo político-partidário?

A política e a beleza são trazidas à análise neste capítulo em virtude dos indícios sugeridos pelos depoimentos orais. O par “política e beleza” podem relevar-se importantes instrumentos de análise quando se trata de pensar as relações de gênero, em que a primeira aparece como atribuição de homens e a segunda como um “complemento” das mulheres. Ora, o que representaria para as mulheres “essa abstração” em termos de poder político e a beleza enquanto um objetivo “feminino” a ser alcançado? Em outras palavras, qual é o lugar de homens e mulheres quando se trata de poder político e de beleza? Ou por que persiste a idéia de que

enquanto as mulheres seriam apolíticas (a política é coisa de homem), a beleza seria um complemento das mulheres?

Segundo Perrot (1989) a fala pública e o espaço público, os quais constituem a política, foi historicamente privilégio de homens. As transformações que vem ocorrendo no papel da mulher na sociedade, no Brasil e no mundo desde o pós-Segunda Guerra abalaram o mercado de trabalho. Mas foram suficientes para abalar o poder masculino na política? No Brasil, o tema da participação das mulheres na vida política é tão recente quanto à própria questão democrática. É fato que a representatividade das mulheres na cena política ainda é pequena em tempos atuais. O que dizer das décadas de 1960 a 1980, período em que sequer havia eleições diretas? É justamente neste período que ocorreram alterações importantes na relação das mulheres com a política. Dos movimentos por creches às reivindicações dos filhos e parentes desaparecidos no regime militar, as mulheres adentram na cena política partidária (MORAES, 1985). De acordo com Avelar (1989), embora tal forma de atuação não tenha feito parte da realidade de todas as mulheres brasileiras, pelos menos metade delas foi afetada pelas mudanças que atingiram a estrutura dos papéis femininos e alteraram o seu cotidiano. Gradativamente, as reivindicações femininas que estavam, sobretudo, no cotidiano, começaram a fazer parte das decisões governamentais (AVELAR, 1989). Mas essa inclusão modificou a relação das mulheres com o poder político?

Já a beleza foi historicamente uma “marca” privilegiada das mulheres, embora em cada momento histórico ela tenha se adaptado e influenciado, ao mesmo tempo em que é influenciada pelo contexto histórico, político e cultural. Conforme Sant’Anna (2005), na década de 1950 a beleza passava a ser sinônimo de distinção social e uma das estratégias de poder das elites, em que a idéia de moderno estava associada à idéia do belo. No meio bancário, também, foi marcante a presença da beleza e a escolha da “bela bancária” aconteceu em vários eventos de beleza, organizados pelo banco, mas também pelo sindicato da categoria. Trataremos neste capítulo especificamente de dois destes concursos, o “Miss bancária” e o “Rainha Codesc”, tendo o primeiro a participação de duas bancárias entrevistadas.

Quais as relações que construíram a beleza, através dos concursos de beleza como uma “qualidade” ou uma “identidade” para as mulheres bancárias? Pois se tratando de uma categoria profissional, a quem interessava construir a imagem de uma “bela mulher”? O trabalho de uma história cultural, como apontou Roger Chartier, é “analisar o trabalho de representação, isto é, das

classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo e de um espaço” (CHARTIER, 1988, p. 26). As representações aqui são pensadas como parte de um contexto vivenciado pelas mulheres bancárias e tentarei perceber como as relações estabelecidas nos espaços de sociabilidade, frequentados pelas e organizados para as bancárias reforçam e/ou constroem representações.

Mas o que representava a valorização da beleza e da feminilidade num ambiente de trabalho dominado numérico e hierarquicamente por homens? Uma análise superficial diria que tal “valorização” se deu pelo simples fato delas representarem a minoria (ou a novidade no trabalho). O debate da feminilidade *versus* o trabalho remunerado para as mulheres, oriundo desde o século XIX, parece que se decidia ali pela manutenção da feminilidade, enquanto o trabalho já representava uma realidade há muito tempo conhecida das mulheres (SCOTT, 1991). Desse modo, entendo que o espaço de trabalho carregou as “marcas” de gênero, como a beleza. Do lado das mulheres, a beleza marcou presença na “carreira” das bancárias. Do lado dos homens, a política se apresentava como algo “familiar”. Tratando aqui, especificamente, das bancárias que iniciaram carreira no banco do Estado de Santa Catarina entre as décadas de 1960 a 1980, procuro discutir neste capítulo a “política da beleza” e como ele se apresentava às mulheres bancárias no período. Procuro discutir também as relações de gênero, logo, como as próprias mulheres viam a relação entre homens e mulheres no banco? Pois em se tratando de um local de trabalho, estatal, masculino e, sobretudo, político, qual a relação destes elementos com as mulheres e seu reflexo no acesso aos cargos de comando no banco.

3.1 O BANCO DOS “HOMENS PÚBLICOS”

Sérgio Schmitz ao falar sobre a criação do BDE - Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina, refere-se a este como uma iniciativa dos homens públicos (SCHMITZ, 1991). Tal referência remete-nos ao contexto político da década de 1950 em Santa Catarina. No cenário político-partidário, as eleições de 1950 representaram uma ruptura com um longo período de dominação da família Ramos no poder. Nesta época, o Brasil vivia sob intensos debates desenvolvimentistas, oriundos de influências internacionais e da criação de órgãos de promoção à pesquisa sobre desenvolvimento do Brasil como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) criado em 1955, a CEPAL (Comissão para o desenvolvimento da América Latina) e

a criação de organismos de crédito e financiamento de projetos como o BNDES.⁵⁰ Em Santa Catarina, a realização do “Seminário Sócio-Econômico” foi decisiva para a ideologia desenvolvimentista adentrar ao Estado e trazer de vez para a cena política a idéia de planejamento governamental (SCHMITZ, 1991). Os reflexos desta idéia foram verificados na forma de Planos de Governo, como o PLAMEG - Plano de Metas do Governo, o qual previa a criação de um banco oficial para o Estado. Desse modo, uma mudança importante verificada na cena política na década seguinte em Santa Catarina foi a volta dos Ramos, os quais se aliaram às idéias de desenvolvimento e planejamento retornando à administração do Estado (SCHMITZ, 1991).

Segundo Schmitz (1991), a necessidade de criação de um banco oficial pelo Estado fazia-se premente devido à carência de instituições de crédito em território catarinense para atender as exigências de organização do crédito para a economia. Da parte da elite⁵¹ catarinense, dispor de um banco oficial também era um dos seus objetivos, pois todos os Estados mais prósperos e desenvolvidos da Federação tinham o seu. Nascia, então, o BDE, que em 1969 passou a se chamar Besc- Banco do Estado de Santa Catarina, como resultado de uma decisão política, fato que o atrelou à cena política partidária catarinense durante toda sua existência. Segundo Schmitz (1991, p. 365) “o banco se confundia com o governo, seu maior acionista”. Nesse sentido, interessa-me a compreensão de que os “homens públicos” que criaram o BDE representavam não apenas o sistema político em vigor em Santa Catarina, mas, representavam, sobretudo, também homens, ou seja, sujeitos com identidade construída sujeito histórica e culturalmente. Ainda segundo Schmitz (1991, p.365) “o banco se preocupava com a formação de pessoal técnico de nível superior e médio, não só para o atendimento de seus quadros administrativos, como para o preenchimento das vagas do próprio Estado.”

Como o poder político está nas mãos destes homens e são estes que representavam a suprema maioria dos funcionários de banco e dos cargos políticos no período, qual era, então, o lugar das mulheres no banco? Nessa “confusão” entre banco e Estado, podemos supor que as indicações políticas para admissão e também o acesso a cargos comissionados dentro do banco, tinham alvo certo: os homens. Ressalto não está em questão aqui a legalidade do acesso ao “serviço público” no Brasil ou em Santa Catarina, sendo que o interesse deste trabalho está em

⁵⁰ Embora não seja o objetivo deste trabalho discutir o “desenvolvimentismo” introduzido no Brasil e na América Latina no período pós-Segunda Guerra, ressaltamos que o mesmo só poder ser entendido considerando os interesses norte-americanos na América Latina.

⁵¹ Elite é usada aqui no sentido das famílias abastadas de Santa Catarina, que constituíam, por sua vez, também a elite política.

discutir como se dá a relação das mulheres com a política, com o poder e a influência políticos. Tal relação (ou a falta dela) é analisada aqui através dos depoimentos das bancárias, os quais trouxeram indícios de uma possível influência da política no trabalho no banco. Enquanto algumas delas fizeram referência de forma explícita à “nefasta” influência política, algumas não chegaram a mencionar o termo. Segundo Miriam “não tinha concurso, eram as indicações políticas.”⁵² Para Márcia “tinha essa coisa da política do homem, né...político, né, porque tipo, ah, quem é que indicava quem pra quem, era um político homem que indicava o cargo pra um homem também”. Sara comentou que “na nossa época ainda... não era muito de mérito, hoje em dia é mais...era muito... padrinho, tinha muita política...Muita, muito, muito, tu podia ser a melhor, mas se eu tivesse um padrinho mais forte eu ganhava de você.” Já Milena fez várias referências às barreiras que enfrentou na carreira e que para ela “... no Besc ainda teve mais a política né...não era só tu ser mulher, tinha esse... tinha aquela história... quando ganhava uma chefia ah! Porque teve... caso com o chefe...se ganhasse... chefe... ou político”. Já Maísa demonstrou certa indiferença à questão das interferências políticas. O termo só apareceu em seu depoimento quando se referiu à admissão no banco, que não exigia concurso público até meados da década de 1980.

As questões suscitadas pelos depoimentos levaram a considerar a influência política no banco como *locus* para a análise de gênero, e não apenas como resquício de um “jeitinho” brasileiro que muitos estudos já mostraram.⁵³ Mais do que isso, demonstra também estratégias de resistência que envolvem experiências especificamente distintas para homens e mulheres. Os “homens públicos” (termo que adquire o sentido de sujeito universal) se confunde com a própria noção de homem, este que é portador de características e experiências específicas das quais as mulheres não compartilham. Uma destas seria a política, não apenas partidária, mas da conquista do espaço e da fala públicas. Conforme afirmou Perrot (2005), a palavra pública é um primeiro ato de política e às mulheres tal ato historicamente lhes foi negado. O momento em que as mulheres adentram a cena pública e no caso dos feminismos, estes seriam, então, as primeiras vozes das mulheres na cena política.

⁵² A partir de 1986 o novo Regulamento de Pessoal do Banco estabeleceu o ingresso em cargo de carreira somente por concurso público (MURAL, 1987).

⁵³ A ideia do “jeitinho brasileiro” sugere uma versão “popular” oriunda do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, o qual criou a expressão tentando mostrar como os laços de reciprocidade estavam estabelecidos no Brasil colonial, fruto de uma lógica individualista e burguesa (HOLANDA,1968).

Para Scott (1990), a relação do gênero com a política acontece pela sua exclusão. Aqueles que escreveram a História (os historiadores políticos tradicionais) “esqueceram-se” das mulheres no processo, pois não foram as mulheres que fizeram as guerras e as leis, nem foram elas que se relacionaram diretamente com o poder político e econômico, logo, esta História, aos olhos destes historiadores, parecia não dizer respeito às mulheres (SCOTT, 1990). Sugere a autora, então, usar a categoria de análise “gênero” para analisar a política, pois a partir daí surgiria a possibilidade de uma nova história, possibilitando novas perspectivas sobre velhas questões (SCOTT, 1990). Considerando a autoridade do Estado sobre a vida das pessoas (principalmente sobre as das mulheres) e partindo do princípio de que o século passado foi palco da “revolução das mulheres”, sob a perspectiva do gênero, como a política tem se relacionado com as mulheres?

O século XX pode ser considerado o século do sufrágio feminino, período em que os países que ainda não haviam concedido o direito às mulheres de votarem e de serem eleitas modificaram suas legislações e passaram a concedê-lo. No Brasil, as mulheres conquistaram tais direitos em 1934, entretanto, em virtude da inexistência de eleições no período, o direito foi levado a efeito somente nas eleições de 1946. Convém lembrar que é partir desse período, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970 que as mulheres começam a se organizar em termos de movimentos reivindicatórios, portanto, políticos, datando da década de 1980 a relação mais efetiva destas com os partidos políticos. Entretanto, conforme Alvarez (1988), pesquisando no período em que se iniciavam as reivindicações das mulheres no espaço político partidário, a política de gênero no Brasil pós-autoritário foi especialmente problemática tendo em vista a histórica exclusão das mulheres da arena política, a qual não seria resolvida simplesmente ao se incluir mais mulheres nos partidos políticos, sendo muitas dessas já militantes dos feminismos. Ainda conforme Alvarez (1988), as questões que afetavam diretamente a vida das mulheres, como creches e política de natalidade, foram incluídas nos programas partidários não como respostas às reivindicações das mulheres, mas como parte de interesses eleitoreiros e da necessidade de sustentação dos governos então no poder.⁵⁴ Alerta Alvarez (1988) para a forma de atuação que adquiriu tais movimentos de mulheres com o surgimento dos Conselhos Estaduais da Condição Feminina. Estes, atuando dentro do Estado, tomavam as reivindicações mais moderadas do movimento feminino brasileiro, deixando de fora “o dinamismo do feminismo e da mobilização feminina em geral, que atuavam como forças de mudança social dentro da sociedade

⁵⁴ A pesquisa da autora trata especificamente do Estado de São Paulo e das eleições deste Estado na década de 1980.

civil” (ALVAREZ, 1988 p. 369). O lugar precário ocupado por estes Conselhos neste período dentro do governo revelariam também o lugar das mulheres dentro do Estado (ALVAREZ, 1988).

Não causa estranhamento, então, que a política apareça nos depoimentos como uma “barreira” para as mulheres. Mas aparece também muito relacionada aos espaços de sociabilidade, os quais foram historicamente marcados pelo gênero. Como banco oficial do Estado, o banco do Estado de Santa Catarina esteve diretamente ligado às comemorações político-administrativas do Estado de Santa Catarina, em que as lideranças políticas locais e regionais marcavam presença. Fernanda diz que “eles da época, os políticos da época, faziam com que a gente se sentia assim importante e valorizava a, como é, a ala feminina, tanto que eu participei de um concurso, pra você vê...”. O concurso a que Fernanda se refere era o concurso de miss “A mais bela bancária”, organizado pelo sindicato dos bancários no dia do bancário, dia 28 de agosto. Já para os homens, o sindicato tradicionalmente organizava os campeonatos esportivos (O BANCÁRIO, 1979).⁵⁵ Desse modo, os concursos de beleza são tratados aqui como espaços de sociabilidade, em virtude de fazerem parte de eventos que no final escolhem suas rainhas, como o “Rainha Codesc”, mas também por ser uma forma de integração entre os bancários e bancárias, como o “Miss bancária”. Como seu deu a participação das mulheres nestes espaços? Considerando que homens e mulheres possuem formas diferentes de celebrar a sociabilidade, e que estas sempre estiveram nestes locais inicialmente sobre a tutela daqueles, como se manifestaria a desigualdades de poder em tais locais?

3.2 ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE: BELEZA E DISTINÇÃO SOCIAL

Foi comum nos depoimentos a referência de que “banco era elite” e que “trabalhar no banco era importante” nas palavras de Fernanda, também dito por Sara, Milena, Miriam e Nair. Para melhor compreender o que isso significava, analisamos os dois lados: o banco e as bancárias. A profissão de bancário possuía certo prestígio na sociedade brasileira, sobretudo, até

⁵⁵ Informativo do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e região, circulou entre 1972 e 1987, disponível no arquivo do sindicato.

a década de 1980. A partir daí, devido ao processo de desqualificação desse tipo de trabalhador já sentido em outras partes do mundo desde a década de 1960, o *status* profissional e o *métier* bancário foi sendo esvaziado de conteúdo, ocasionado pela mecanização dos serviços e intensificado pela automação (SEGNINI, 1998).⁵⁶ Por seu lado, como visto anteriormente, a criação de um banco oficial para o Estado representava modernização e desenvolvimento para Santa Catarina, oriunda de esforços políticos previsto no PLAMEG-Plano de Metas do Governo estadual. Neste período, a elite de Florianópolis na tentativa de se modernizar também via com bons olhos a criação de um banco oficial para o Estado, que desde o início esteve fortemente ligado à cidade, através de patrocínios de eventos sociais, festas regionais e principalmente comemorações políticas.⁵⁷ Por isso, trabalho aqui com a hipótese de que o trabalho no Besc, banco oficial do Estado, aliado ao status profissional que a profissão ainda mantinha foi o que tornou peculiar o pertencimento à elite de que falam as bancárias no período de 1960 a 1980 em Florianópolis. É dentro deste quadro também considero o que representava essa “elite” e como esta influenciava (ou se influenciavam mutuamente) o banco, este que era constituído, sobretudo, por políticos que por suas vezes figuravam como a “elite” da cidade. Neste quebra-cabeça de interesses, a pergunta mais relevante é como as bancárias foram inseridas neste jogo.

O Besc promovia em determinadas épocas seus próprios “espaços de sociabilidade” entre os funcionários que formavam a Codesc, o maior conglomerado financeiro de Santa Catarina na época.⁵⁸ As jovens bancárias das décadas de 1970 e 1980 têm como espaços de sociabilidade as associações de funcionários, uma espécie de clube social criado e administrado pelo próprio banco e funcionários, são convidadas a participar de eventos promovidos pelo banco e pelo sindicato, este que possuía no período caráter de veículo social⁵⁹ entre a categoria. Dentre estes espaços, analisamos aqui dois eventos relatados durante os depoimentos e confirmados pelas

⁵⁶ Não há consenso entre os autores sobre o período exato em que se inicia esta desqualificação, se em 1930 ou 1960, entretanto, há consenso em relação à desqualificação constante que sofreu a profissão.

⁵⁷ Conforme pesquisa em documentos, jornais e fotografias no Museu Besc, verificamos que o banco costumava patrocinar eventos e projetos do Estado, desde eventos de iniciação científica até festivais de arte e festas beneficentes, criando inclusive informativos próprios de divulgação para a Comunidade. Importante considerar o peso político dessa participação, considerando que eram, sobretudo, personagens políticos que integravam também a Administração do banco.

⁵⁸ A Codesc foi criada em 1976 como uma holding (empresa que reúne várias outras sob a mesma Administração) que reunia várias empresas financeiras do Estado de Santa Catarina como o Besc, os bancos de desenvolvimento Badesc e BRDE, entre outras empresas. Em fins de 1980 ocorre a junção da Codesc ao sistema Besc (ALVES FILHO et al, 1997).

⁵⁹ Deixaremos de lado aqui o debate polêmico dentro das esquerdas sobre o que seria o papel principal dos sindicatos, pretendendo-se analisar o seu caráter de veículo social entre os bancários e as bancárias, o qual promovia eventos sociais e esportivos com alguma frequência.

entrevistadas que deles participaram. Um deles foi o concurso “A mais bela bancária”, promovido pelo sindicato no dia do bancário.⁶⁰ O outro, o Concurso de Rainha da I Olimpíada do sistema Codesc, organizado pelo banco.

A partir da década de 1950 a beleza alcança grande visibilidade no Brasil, período em que a escolha da “Mais Bela” se multiplicou por todos os locais, inclusive em Florianópolis. Neste período foram eleitas as imortais *misses* do Brasil, sempre lembradas pelas mídias, como Martha Rocha e Vera Fischer. Em 1955 Martha Rocha chegava à Florianópolis para participar do Concurso *Miss* Catarinense, primeiro grande evento de beleza do Estado de Santa Catarina, sendo apresentada ao público em carro alegórico (SANT'ANNA, 2005). A realização deste evento contou com o empenho de políticos, empresários e cronistas sociais da cidade, demonstrando a relação dos concursos de beleza com a sociedade, com os políticos e a tentativa de inserção da cidade no espaço brasileiro “da beleza” (SANT'ANNA, 2005). Em 1969 uma representante do “*Miss* Catarinense” seria eleita a “rainha dos brasileiros e de Santa Catarina”. Vera Fischer voltava a Florianópolis recepcionada gloriosamente, desfilando no caminhão do corpo de bombeiros e sendo aplaudida pela população (SANT'ANNA, 2005). Segundo a mesma autora, a “sociedade brasileira se descobria moderna e procurava experimentar a modernidade, pois o moderno era tido como belo e a riqueza estava subordinada ao adjetivo da beleza, sendo esta relação uma estratégia de poder em construção” (SANT' ANNA, 2005, p.485). A importância social, mas também política, que adquire a beleza perpassava os mais diversos setores da sociedade, entretanto, para as elites era a exigência do belo que a constituía como elite. Ainda segundo Sant'Anna (2005), Florianópolis no período de 1950 a 1970 era uma cidade em “emersão”, a qual buscava associar-se às práticas modernas, utilizando-se de modelos de distinção vindos da capital francesa e divulgados através da imprensa dos grandes centros, reproduzindo nos jornais locais “modos de parecer”, aliados à constituição de uma distinção social em que a aparência era sinônima de poder.

É neste contexto temporal de beleza que a realização do concurso “A mais bela Bancária” pode ser entendida. Além dos concursos de destaque nacional e internacional, os concursos de beleza junto aos clubes sociais e de determinadas categorias profissionais como a “Rainha dos funcionários públicos do Estado de Santa Catarina” em 1950, a “*Miss* Comércio de

⁶⁰ Em Florianópolis, identificamos a realização de apenas um concurso “*miss* bancária”, embora as entrevistadas fizessem referência a vários deles.

Florianópolis” em 1957 e a “Mais bela funcionária do Hospital Caridade” também eram parte da estratégia social de poder através da beleza (A Gazeta, 1979). De acordo com Sant’Anna (2005, p.453), o primeiro atendia a uma exigência posta pelas atividades sociais realizadas entre os clubes, o segundo “servia como forma de promoção e auto-estima profissionais do setor como também de pretexto para o incentivo á sociabilidade, que se pretendia manter mais amigável entre os diferentes colegas”.

No ano de 1979 acontecia o concurso de *miss* “A mais bela bancária”, numa promoção conjunta do sindicato dos bancários de Florianópolis e de dois clubes sociais da cidade, o clube XV de Novembro e o Seis de Janeiro (O BANCÁRIO, 1979). Doze candidatas, bancárias de vários bancos, desfilaram disputando o título de “Miss Bancária”, cujo prêmio era um troféu, além de um ingresso para o show de Roberto Carlos e de uma “belíssima jóia” (ver figura 1 abaixo). A noite do desfile foi apresentada pelo cantor e ator Alan Braga, contou com a participação de Celso Pamplona⁶¹ e o grande destaque artístico foi a apresentação de Moacyr Franco. Duas das doze candidatas citadas acima eram Fernanda e Milena, que desfilaram representando o Banco do Estado de Santa Catarina. Fernanda foi a vencedora do concurso, disse que participou porque os colegas do banco insistiram

Era o carinho dos amigos... assim, em volta, da agência (não, mas tu tens que ir, não sei o quê, não sei o quê)...vai que a gente compra para você, até hoje eu tenho o vestido tá, tenho guardado, o sapato era da Summer time, até hoje ainda tem (imagina eu colocar um sapato daquele e um vestido daquele)... Aí não, mas vai, vai, então eu vou representa o banco né, já que todo mundo tá querendo, né...(depoimento à autora em 14/12/2009)

⁶¹ Celso Pamplona, assim como Zury Machado, foi um colunista social e apresentador de TV muito conhecido em Florianópolis. Sua presença era muito disputada nos eventos sociais da cidade, como os bailes de debutantes, festas beneficentes e concursos de beleza. No período do concurso, era colunista social do jornal A Gazeta e do jornal A Ponte.



Figura 1- Desfile de escolha da *miss* bancária. Fonte: O bancário

Milena também disse que foi no embalo dos amigos “nem foi eu que participei... assim, às vezes tu vai meio no embalo” e que foi “o banco deu...a agência inteira deu... só a roupa de gala o desfile, não teve maiô nada, só de vestido, o banco que deu... salão, sapato, tudo, deu a beca”. Milena comenta que “a gente tinha uma vaidade, normal da juventude tudo, mas não pra... misses essas coisa toda não.” Já Fernanda, eleita a *miss* bancária, via a beleza mostrada pelo concurso como

Na época era assim, bem, assim, não é como é hoje, modelo, uma coisa assim... Era uma coisa mesmo assim direcionada à bancária, uma coisa séria, não era assim vulgar você participa. Só quem participava era bancária, era assim mostrar a beleza de uma bancária, né, por exemplo, não só desfilei ali com aquela roupa ali, desfilei com outra, né, então assim era uma postura, eu acho né, que eles quiseram na época, de bancos né porque..., acho que a organização deles foi nesse sentido, por trás o que tinha, não só da beleza... (depoimento já citado).

Ao observar a foto do desfile alguns elementos chamam a atenção. Conforme Kossoy (2001), a fotografia é um meio de conhecimento do passado. O documento fotográfico não reconstitui os fatos passados, nem representa a prova “verdadeira” do fato acontecido, pois que a aparente fidedignidade é apenas do ponto de vista iconográfico (KOSSOY, 2001). As fotografias são “registros mecânicos de fragmentos do mundo visível”, selecionados e organizados esteticamente e

ideologicamente, mostrando apenas um fragmento e um enfoque da realidade passada (KOSSOY, 2001, p.105). Dessa forma, ao analisar uma fotografia, devo buscar seus significados mais profundos, considerando “as manipulações e interpretações de diferentes naturezas que ocorrem ao longo da vida de uma fotografia” (KOSSOY, 2001, p.106).

Que modelo de beleza a “Miss bancária” estaria representando? Fernanda pode estar se referindo a beleza como sinônima de *status* e distinção social e deve ser exposta, ao contrário de outra, vulgarizada, que deve ser rechaçada, pois não condiz com o modelo de belo, sinônimo de modernidade e progresso aceito pelas elites. Sinônima de distinção desde a famosa Paris, beleza era sinônima de elegância e bom gosto que o resto do mundo tendia a copiar. No início do século XX, pelo discurso médico-higienista virou sinônima de saúde, transformando-se na sociedade em “modernização” a ser sinônimo de progresso, prosperidade e distinção social. Todavia, a imagem que ela lembra é sempre feminina. Jovem, bela, branca, esbelta, este é o modelo que até os dias de hoje ainda povoa o imaginário de uma “bela mulher”.

Fernanda ressaltou ainda que participar e ganhar o título de *miss* bancária representou para ela

Eu acho assim, é a tua auto-estima, sabe, faz você sentir-se bonita, né, porque às vezes você não sabe o potencial que você tem de beleza, né, pode acha assim o potencial que você tem pra trabalha fora, como profissional, tudo, mas de beleza você acha que você não chama a atenção e de repente você vê as pessoas todas te convidando e você – é aquela coisa como alguém olha e pisca e você olha pra trás né pra vê se é com você, mas você vê é eu mesmo que quer que vá, aí você pára pra se olhar e se observa e vê, pra mim foi uma coisa de auto-estima mesmo e que eu achei que foi muito bom pra minha cabeça...

A partir da década de 1950 a beleza se tornou acessível a todas, podia ser adquirida, ou melhor consumida...Para aquelas que não podiam comprar produtos cosméticos, as revistas ensinavam como produzi-los, aconselhavam tanto para o casamento, quanto para regras de conduta (OLIVEIRA, 2001). A beleza propalada pelos jornais, nas colunas sociais, nos conselhos de beleza era dirigida principalmente às mulheres, pregando um modelo de mulher sinônimo de “bela mulher” (OLIVEIRA, 2001). Ainda segundo Oliveira (2001), a beleza das mulheres foi alvo da publicidade no período de 1960 a 1980, criando rituais de beleza e subjetivando o gênero feminino como belo, mostrando o novo tipo de mulher que se pretendia, sendo definida como

uma promessa de melhorar a vida das mulheres, que traria amor próprio, confiança e até liberdade.

A publicidade, através dos anúncios em jornais e revistas, foi o meio que muito contribuiu para a divulgação de modelos de beleza, cosméticos e modos de vida destinados às mulheres. Carla Bassanezi, analisando a revista **O Cruzeiro**, a mais lida na década de 1950 no Brasil, mostra como a revista reproduzia o modelo pautado na moral tradicional, qual delegava ao homem o poder e a autoridade sobre as mulheres (BASSANEZI, 1995). Já as “Garotas”, seção ilustrada de Alceu Penna, que circulou entre 1938 e 1964 não se enquadrava nos modelos de “moças de família”, pois tinham como referência as moças de seu tempo (BASSANEZI, 1995). Para a autora, as Garotas baseavam-se na realidade das jovens, que criaram e foram criadas pelos autores da seção, representando “valores reais” da sociedade, sendo aposentadas em 1964 sob a alegação de que as jovens não correspondiam mais as Garotas (BASSANEZI, 1995). Concluiu a autora que a publicidade dirigida às mulheres, tanto difundia padrões tradicionais quanto absorvia os novos modelos trazidos pelo período.

Depois destas considerações, questiono o porquê da escolha da “mais bela” como forma de sociabilidade entre uma categoria profissional dentre as tantas outras opções de atividades de integração como um passeio ou um concurso de talentos? Segundo Sant’Anna (2005) porque a beleza representava prestígio, “apura a auto-estima, integra os sujeitos à modernidade e promove o reconhecimento das autoridades”, ou seja, porque beleza representava auto-estima, distinção e poder, não apenas social, mas também político. Analisando o concurso “Miss bancária”, percebo que este estava inserido no contexto que prestigiava a beleza como forma de distinção social presente na sociedade de Florianópolis em meio à busca de modernização na década de 1970.

Em 1985 foi realizada a I Olimpíada do sistema Codesc (ver figura 2 abaixo) um evento poliesportivo que juntou mais de três mil funcionários e ao final envolveu mais de dez mil pessoas, entre funcionários e organizadores (MURAL, 1985).



Figura 2- Cerimônia de escolha da “Rainha Codesc”. Fonte: Informativo Mural

As olimpíadas reuniram sete modalidades esportivas como atletismo, feminino e masculino, bocha, dominó, futebol de salão, tênis de mesa masculino e feminino, truco e voleibol feminino. No final das competições, foi realizada a escolha da “Rainha Codesc”, que contou com a presença de importantes autoridades do Estado de Santa Catarina. A coluna Zury Machado anunciava no dia 10 de agosto de 1985, no Lira Tênis Clube, a realização do baile de escolha da “Rainha Codesc” (O ESTADO, 1985). Dezoito candidatas concorreram ao título, todas elas funcionárias do banco, sendo o júri composto pelo colunista social Cláudio Silva do jornal **O Estado**⁶², a proprietária da *boutique* Arpege, o presidente do Besc, sendo o júri presidido pelo então Governador do Estado de Santa Catarina, Esperidião Amim Helou Filho (MURAL, 1985).

O concurso ocorreu ao final de uma campanha de vendas, “as Olimpíadas Codesc”, qual tinha o objetivo primeiramente profissional, mas também tinha o objetivo de mostrar o banco para a sociedade, ou seja, de como ele estava indo em seus “números”, como estava a sua Administração. Convém lembrar aqui, o quanto o banco era “aliado” do governo então no poder e se “confundia com o próprio governo”, portanto, entendo que se deve considerar a sua atuação inerentemente política. Deste modo, talvez devido à organização diferenciada do concurso (não como um evento especializado, sendo a beleza celebrada apenas no final do baile) entendemos que as mulheres foram inseridas no evento muito mais como um “arremate final” da festa de

⁶² O Jornal o Estado iniciou suas atividades em 1915. Nas décadas de 1970 e 1980 representava o maior jornal de Santa Catarina. O jornal decretou falência no ano de 2007.

encerramento do que propriamente uma mostra de valorização da beleza feminina. Tendo em vista a configuração política do concurso, penso que é preciso considerar ainda como se estabeleceu historicamente a relação das mulheres com a política, o poder político, nas diversas formas em que elas se atraem ou se opõem. Dessa forma, o contexto “temporal” de beleza que o “Rainha Codesc” se insere não fazia mais parte apenas da estratégia de ascensão social, nem do *glamour* que envolvia os concursos locais para a eleição representativa de uma beleza, fosse de um País, de um Estado, de uma cidade, de um clube ou de um evento qualquer.

Observando as fotos é possível estabelecer diferenças ou semelhanças com o concurso de escolha da “Miss Bancária”? Entendo que sim e a primeira delas é a própria época em que os dois aconteceram, diferença que reflete desde o traje escolhido para o desfile. Enquanto as candidatas à “Rainha Codesc” desfilaram de maiô, as aspirantes à *miss* bancária ganharam o vestido, ou a “beca” nas palavras de Milena, sendo que cada participante escolheu o seu modelo, tudo pago pelos colegas de trabalho.⁶³ Enquanto a escolha da “Miss bancária” parecia estar aliada a idéia de beleza como status e distinção social, ou “uma postura” como falou Fernanda, o evento de escolha da “Rainha Codesc” demonstrava uma busca da “mulher bonita”, reflexo do erotismo da década de 1980, década que valoriza o corpo e a mulher.

Em relação à estratégia social de beleza como sinônima de progresso, os dois eventos apresentam semelhanças, pois tanto o “Miss Bancária” quanto o “Rainha Codesc” possuíram amplitude social e também política, contando com personalidades da cidade, inclusive, com a presença do governador do Estado à época. No caso do “Rainha Codesc”, as candidatas desfilaram com as roupas da *boutique* Arpege, símbolo de distinção de que desfrutavam as *boutiques* na época; a participação do colunista social representava uma elite-sociedade e o local de realização, o Lira Tênis Clube, marcava um espaço delimitado pela elite local da cidade. Considerando que o banco do Estado de Santa Catarina era, sobretudo, constituído de políticos que detinham o comando no governo, a sua “estratégia de marketing” de aliar-se à sociedade fazia-o promover grandes eventos e a estratégia da beleza poderia se apresentar como resquício de um período anterior, “estratégia” que se mantém até os dias de hoje.⁶⁴

⁶³ O sindicato, organizador do concurso, incentivou a participação das bancárias com um ajuda de Cr\$ 1.000,00 para as despesas de participação no concurso (O BANCÁRIO, 1979).

⁶⁴ Embora em menor número, ainda hoje existem vários eventos que promovem a escolha de suas rainhas ao final, como exemplo as festas tradicionalistas regionais, bailes de rainhas de determinados clubes sociais, além dos tradicionais concursos de miss representantes de seus Estados e do país.

Já os concursos de *miss* propriamente ditos dizem respeito a uma estratégia de marketing das empresas que os organizam e que se ocupam com sua própria promoção e normalmente aconteciam em clubes sociais da cidade. Por isso, outro aspecto importante a considerar é a “configuração de estrelas” simbolizada pelos apresentadores e participantes do concurso “*Miss bancária*”, o que demonstra tanto uma estratégia de marketing do concurso, bem como reflete a importância dada à beleza na época (ver figura 3 abaixo). Segundo Fernanda, a participação no concurso proporcionou

Porque era do banco, porque pra mim era um orgulho...Ai porque tinha entrada pro Roberto Carlos, Moacyr Franco, meu Deus do Céu ! Era como se fosse...não sei dize que concurso hoje seria dentro de Florianópolis seria um concurso, um dos maiores (abaixo de *miss* universo, *miss* Brasil) porque banco era elite, né (depoimento já citado).

Os nomes suspirados por Fernanda eram ídolos de uma juventude, produtos da publicidade e dos novos meios de comunicação, como o cinema, a TV e as telenovelas. Já na década de 1970 não se pode desconsiderar a influência das novas mídias na vida das pessoas. A juventude que “nascia” na década anterior se espelhava nos “jovens artistas” divulgados pela indústria cultural recém instalada no Brasil. Por que a presença de um cantor/ator (Alan Braga), um apresentador de TV (Moacyr Franco), um colunista social da cidade e também apresentador de TV (Celso Pamplona), sendo o prêmio um ingresso para o show de um elemento que era produto dos três: da TV, do cinema e da música? Ícones dos grandes centros vindos à cidade “provinciana” de Florianópolis. Para a cidade que se modernizava, o evento, provavelmente, entrou no “palco da distinção”, tendo em vista as personagens-celebridades trazidas, sobretudo, pela televisão e também pelas “personalidades” que faziam as colunas sociais da sociedade, período em que as últimas passavam a disputar espaço, ou aliar-se, às primeiras.



Figura 3- A *miss* bancária pousa ao lado de Moacyr Franco. Fonte: O bancário.

Em relação à organização do concurso *miss* bancária ter partido do sindicato da categoria, Nair comenta que os concursos eram feitos “porque em agosto é o dia do bancário... e tinha festa... e à noite eles faziam esse concurso “A mais bela bancária” por vários anos, depois o sindicato foi perdendo a...” Fernanda disse foi jurada de um deles alguns anos mais tarde e que depois não acompanhou mais. Segundo consta em uma escassa bibliografia sobre o assunto, concursos de *miss* eram muito comuns na categoria bancária desde os anos 1950, como forma de mobilizar e atrair a categoria para o sindicato e, em especial, as trabalhadoras (REVISTA DOS BANCÁRIOS, 2009). A justificativa de atrair as trabalhadoras por si só não se justifica, pois conforme já foi discutido neste trabalho, além do sindicato se apresentar às mulheres como “a luta dos homens”, desde a década de 1950 consta a participação feminina, embora pequena, no movimento sindical bancário.⁶⁵

⁶⁵ Esta pesquisa também mostrou que todas as oito bancárias entrevistadas eram sindicalizadas, tendo inclusive sete de elas afirmada ter participado de greves e mobilizações nas décadas de 1970 e 1980.

Assim como o banco, naquele período, o sindicato também poderia ser considerado aliado aos governos.⁶⁶ Dessa forma banco e sindicato se aproximavam e as estratégias de um para se aliar à sociedade e promover a sociabilidade entre os funcionários poderia muito bem parecer-se com a do outro. Por isso, compreendemos que o “*Miss bancária*” pode ter sido mais um exemplo da valorização da beleza como distinção social numa cidade que se aspirava modernizar-se, aliada a uma estratégia de *marketing* que se valia dos novos artistas como forma de dar maior amplitude aos eventos social.

Os espaços de sociabilidade, através dos eventos de beleza, inseriam as mulheres bancárias num ambiente social de poder. Como participantes do concurso, as bancárias detinham certo “poder”, ao contrário do espaço que elas ocupavam dentro do sindicato e do banco. Nos dois concursos de beleza analisados as relações de gênero se apresentam como hierárquicas. No ambiente social os papéis masculinos e femininos são valorizados distintamente: as mulheres com seu “poder feminino”, os homens na condição de espectador da beleza feminina, entretanto, há uma hierarquia de poder, em que o “poder feminino” adquire *status* diferente do masculino. Perrot (1988) já mostrou a diferença entre um poder social (aliado ao feminino) e poder propriamente dito, principalmente o político. No ambiente de trabalho ou na representação do sindicato há, sobretudo, uma hierarquia de gênero, em que o fato de “ser mulher” por si só representa submissão.

Desse modo, a beleza que através dos concursos chegaram às bancárias eram oriundas de práticas mais amplas relacionadas à distinção social presentes na sociedade de Florianópolis naquele período. Mas eram também oriundas de práticas, as quais chamo aqui de “sócio-culturais”, ou seja, oriundas da manifestação e da exigência de valores e lugares diferenciados para homens e mulheres no mundo do trabalho conforme a posição que possuem na sociedade. No tocante às relações de gênero, representa uma forma sutil de reforço do gênero. Retomando uma das possíveis justificativas para a realização de concursos de beleza nas categorias profissionais, o que significa manter amigável a relação entre os colegas? Significa manter homens e mulheres nos “seus lugares” e incentivá-los a não disputar de espaços de poder com os colegas, sobretudo, com aqueles que detinham o poder... mulheres versus homens, mas também

⁶⁶ Ressaltamos novamente aqui o papel dos sindicatos no período da ditadura militar no Brasil, que os tornava mais aliado ao patrão do que propriamente reivindicatório. Sobre o caso específico do sindicato dos bancários de Florianópolis e região ver MICK, 1995.

entre os próprios homens? Por fim, o que representa ser “Rainha Codesc” ou “*miss* bancária” numa categoria profissional homogeneizada e hierarquizada pela figura masculina?

3.3 A VALORIZAÇÃO DA FEMINILIDADE

As questões levantadas sobre a existência de concursos de beleza no meio bancário, invariavelmente, provocaram comentários do tipo “o banco tinha muitas mulheres bonitas, realmente” em Vera; para Sara “o banco tinha cada mulher bonita” e segundo Márcia, que acompanhava de longe os concursos

...o sindicato eu acho que, de certa forma, fazia um pouco isso né, instigava um pouco a mulher, né, vê esse lado feminino, né, de dar importância pra isso, a bancária não tem muito tempo de... De até de exerce seu papel de feminina, se tá ali todo mundo trabalhando... e... Entendeu... (depoimento á autora em 18/03/2010).

O depoimento de Márcia está associado à polêmica da profissionalização versus a “feminilidade” para as mulheres, que as acompanha desde os debates sobre a legalidade ou não do trabalho para as mulheres século XIX (SCOTT, 1991). Tal discussão é, ainda, recorrente e atual devido ao modelo vigente nos discursos da sociedade patriarcal, em que a tríade mãe-esposa e dona-de-casa estão enraizada. Nas décadas de 1960 e 1970 as mulheres invadiram o mercado de trabalho, entretanto, essa invasão foi acompanhada das “marcas” que tentam essencializá-la. Considerando sua inserção num local de trabalho em que “sempre foi mais homem, disso não tem dúvida” ou “os homens não gostavam de trabalha com mulher, disso pode fica certa” conforme disseram as bancárias, e conforme a assimetrias entre homens e mulheres no trabalho bancário demonstram (como a recente introdução das últimas na profissão) não causa estranhamento as estratégias criadas por estes mesmos homens, colegas do banco ou dirigentes do sindicato da categoria, para que “ela, a mulher” fosse instigada a mostrar seu “verdadeiro lado”. Desse modo, o “resgate” da feminilidade falado por Márcia representaria, talvez, para além da estratégia de valorização da beleza presente na sociedade, um desejo de poder conhecer “a verdadeira mulher” por trás da profissional (imagem que lembra o masculino), quanto um desejo de poder controlá-la.

Fernanda disse perceber que na época em que admitida no banco, em meados da década de 1970, havia uma valorização das mulheres pelo banco. Para ela esta valorização se expressava nas várias funções que somente as mulheres poderiam exercer

Era valorizada porque, assim, era, não era vista só como um, um ornamento do banco, uma coisa bonita, mas uma peça importante no banco, no eixo do banco, tanto que nós éramos a linha de frente do banco, a gente sempre tinha na recepção mulheres, entendeu; abertura de conta: mulheres, sabe; secretária:mulheres, recepcionista. Quer dizer não tinha homem, não tinha homem, não tinha homossexuais (tinha na época, mas não era escolhido) era mulheres, nós mulheres. ...na ascensorista: mulheres, entendesse, então tinha essa coisa assim no banco assim, da massa mulher ser valorizada não só pela beleza, mas pelo sentido profissional, que eram lugares que nós melhores atendiam, não eram lugar para homem. Telefonista: mulheres, entendesse...A gente não era valorizada no sentido de mulher pra uso, entendesse, pra chama a atenção de outros homens pra aquela mulher, não, mas para o lado bonito: do bem servir, do bem atendido, sabe, de capricho, que o homem não tem, assim, né. [grifo nosso]

O depoimento de Fernanda suscita questões. O período a que se refere é, provavelmente, entre meados da década de 1970 (período em que entrou no banco e em que este chegou a ter 9.000 funcionários) e a década de 1980. Nesta década muitos projetos de “inovação” foram implantados no banco pretendendo melhor atender ao cliente (MURAL, 1987). Um deles era o Projeto “Moça Besc”, que pretendia selecionar jovens para o trabalho de recepcionistas de agências. O projeto inicialmente “manteve contato com os colégios objetivando seleção de estudantes, a nível de segundo grau e superior, para suprir as diversas vagas existentes nas agências das grande Florianópolis” e previa a realização de seleção, através de entrevistas individuais, em que os critérios estabelecidos foram boa aparência e desembaraço” (MURAL, 1987, p.15, grifo nosso). Ainda segundo o **Mural** (1987), das 85 jovens inscritas, 34 foram aproveitadas.

Essa “valorização da mulher” dita por Fernanda poderia representar a maior contratação de mulheres pelo banco, sobretudo na década de 1970 e início de 1980, período em que várias agências foram inauguradas por todo o Estado de Santa Catarina. Neste período, funções tradicionalmente dita “femininas” como secretárias, recepcionistas, e serviços auxiliares como

telefonistas e ascensoristas expandem-se e eram ocupadas sobretudo por mulheres.⁶⁷ As funções de secretária e recepcionista eram funções Gratificadas, ou seja, possuíam salários maiores que todas as demais funções não comissionadas no banco.⁶⁸ Comissionadas ou não, a questão é que o “gueto” de ocupações femininas poderia ser visto como uma valorização das “qualidades intrinsecamente femininas” (como se estas fossem inatas nas mulheres) naquilo que elas saberiam “naturalmente” fazer bem: bem servir, bem atender, ter capricho.

Conforme já discutido no Primeiro Capítulo deste trabalho, na década de 1980 as novas discussões feministas giraram em torno da “feminização do mundo” e da “reinvenção do feminino”. A proposta de valorização da “diferença” colocava a “mulher” como centro de reivindicação em contraposição ao homem universal, no qual elas, nem as questões que eram específicas da “Mulher” (como o direito de ter filhos quando quiser, se quiser, violência doméstica, divisão das tarefas do lar) se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Algumas questões prementes para os feminismos eram o porquê das mulheres, nas diferentes sociedades, estarem submetidas à autoridade masculina e por que eram atribuídas valorações diferentes para o feminino e o masculino. Considerando tais debates, no caso específico das ocupações dita “femininas” citadas por Fernanda (fruto de “qualidades que só as mulheres têm”) questiono se tais atividades eram consideradas inferiorizadas (ou “diferentes”) em relação àquelas que os homens exerciam no banco.

A concentração em ocupações “femininas”, a “valorização da mulher”, aliadas aos concursos de beleza, ao mesmo tempo em que reforçam o gênero, representariam também para as bancárias uma oscilação entre ser feminina (bela) e ser bancária (profissional)? Cabe aqui algumas reflexões: o que a valorização da beleza e o “resgate” da feminilidade das bancárias tem a ver com as desigualdades em cargos de poder entre os homens e as mulheres no espaço de trabalho?

⁶⁷ Os serviços de telefonista, ascensorista e serviços auxiliares eram terceirizados pelo banco. Conforme consulta ao Informativo Mural, percebemos várias referências às secretárias, recepcionistas e também telefonistas na seção “Gente”, que apresentava em cada edição alguns funcionários do banco (MURAL,1984).

⁶⁸ Miriam, Fernanda e Sara exerceram as funções de secretária e recepcionista conforme será discutido no próximo item deste capítulo.

3.4 RELAÇÕES DE GÊNERO E CARGOS DE PODER

Esta é uma discussão muito esperada do trabalho. Foi deixada por último não por acaso, mas porque foi a mais difícil de “destrinchar”. A discussão daria um novo trabalho, que versaria sobre as relações de poder que envolvem as relações entre homens e mulheres. Complexo por si só e instigante demais para ser deixado de fora da pesquisa. A solução encontrada foi, então, agrupar neste item do terceiro e último capítulo as relações de gênero e as disputas por cargos de comando no banco. No tocante às relações de gênero, duas posições se sobressaíram: De um lado as relações eram vistas como uma “guerra de foice”, do outro como “maravilhosas”. O que explicaria tal extremo?

Para Miriam, Fernanda e Sara as relações entre homens e mulheres no banco eram “respeitosas”. Miriam comentou que quando foi admitida chorou ao saber que “iria trabalhar com um monte de homem, só tinha eu e outra mulher”, mas comenta em seguida que “aí eu comecei a ver que trabalhar com homem era muito bom, porque não tinha fofoca, não tinha rolo. Eles tratavam nós duas muito bem.” Nas palavras de Fernanda, os colegas eram “muito educados” e “tinham muita paciência com a gente”. Para Sara “sempre tive uma relação muito boa com todo mundo, eu sou meia da paz assim”. Mais adiante Sara comenta que “eu acho que nossa época...os homens também respeitavam mais. Tinha uma hierarquia e se obedecia, é aquela história, ordem foi feita pra ser obedecida, não pra ser indagada, se mandasse escrever de caneta vermelha, não perguntava por que”.

Os depoimentos de Miriam, Fernanda e Sara possibilitam pensar qual era o sentido de “relações respeitadas” para elas. Não desconsiderando aqui que tais depoimentos constituem narrativas sobre o passado e são também memórias, as quais estão carregadas de representações delas próprias, mas também são incorporações de outras memórias. Atento aqui para o que alerta Joan Scott, de que os depoimentos são produzidos por sujeitos que tem suas identidades (homem, mulher, homossexual) construídas por processos discursivos e, portanto, estão em constante mudança (SCOTT, 1998). No depoimento de Sara percebemos que “homens” e superiores hierárquicos se confundem. Logo, como haveria conflito com o chefe? Será que a relação entre homens e mulheres no banco poderia ser vista como uma relação hierárquica antes de tudo mais?

Importante considerar também que as três bancárias mencionadas acima não demonstraram disputarem cargos comissionados no banco, ou seja, não disputaram cargos comissionados com os homens diretamente, os quais ocupavam a grande maioria destes.⁶⁹ Entretanto, isso não significa que considero tais mulheres como passivas ou que foram elas próprias que não “quiseram” ascensão profissional. Entendo que se trata muito mais de condicionantes culturais e sociais, mas também de opções individuais, do que de uma meritocracia, que é a lógica do sistema liberal vigente nas organizações empresariais. Para tal sistema, a conquista de ocupações de prestígio, deve-se, única e exclusivamente, ao esforço individual. Miriam disse que desde que entrou no banco “gosto de trabalhar é no caixa, sempre quis ser caixa”. Foi secretária de diretor durante 15 anos e também de presidente. “Eu cuidava da vida do diretor... então me formei em secretariado, por isso que eu fiz o secretariado. Mas aquilo me cansava e tu crias atrito com colega de trabalho”.

Depois de vinte anos de carreira, Miriam comenta que “hoje eu me sinto realizada no banco, feliz. Eu gosto do que eu tô fazendo...tudo que eu passei e no caixa eu tô tão feliz...como eu queria desde aquela época ter sido caixa”. Já Fernanda trabalhou na abertura de contas em agência, depois foi recepcionista e secretária, mas diz que gostava mesmo era da educação. Disse que sempre juntou “a vida de educação com vida de bancária”. Segundo ela “o que eu tinha pra aprender no banco eu já tinha aprendido...eu podia galgar até um cargo X, mas eu já sabia fazer... e aquilo ali não ia me dá prazer...já dentro da educação não, né, lá existe um leque de um monte de coisa.” Fernanda aderiu a plano de incentivo à demissão do banco para dedicar-se à profissão de professora. Já Sara, depois que saiu do cargo de secretária (que era uma função gratificada na época) voltou para o departamento jurídico, no qual havia trabalhado nos primeiros seis meses após ser admitida no banco. Segundo Sara “na época a gente tinha cargo de chefia, trabalhei na recepção da presidência, era equivalente a um cargo de chefia e depois eu fui secretária era como se fosse chefe de seção, uma função gratificada.”

A peculiaridade de Sara, Miriam e Fernanda é que embora elas tivessem ocupado funções gratificadas, nas funções de recepcionista e secretária, estes não se encaixavam como disputa de

⁶⁹ Conforme relação de cargos comissionados publicada no Informativo Mural no ano de 1984, dentre as 190 agências listadas (as quais possuíam cerca de 430 cargos comissionados entre gerente geral, subgerente e chefe de expediente) somente quatro eram mulheres. Destas quatro, três pertenciam a uma única agência, localizada dentro de um Shopping Center, sendo que as funcionárias, subgerente e gerente da agência eram mulheres (MURAL, 1984).

poder com os homens, mas sim entre as próprias mulheres. Sara comenta que o cargo de secretária

Era uma função gratificada, a partir do momento que você saísse do cargo você perdia aquela função tu voltava, tu encaixava em algum departamento, mas tu perdia aquela chefia, voltava a escriturário, a iniciante, sei lá, dependendo a letra que fosse. Tinha bastante diferença de salário, bastante, era uma gratificação bem boa, bem boa mesmo, nunca me esqueço no primeiro mês eu não consegui gastar meu salário, não gastava, era muito boa, por isso tinha uma guerra assim, né ...todo mundo queria (depoimento à autora em 25/03/2010).

Comentários difamadores da profissão de secretária foram muito ouvidos pelas bancárias-secretárias. Segundo Miriam “quando eu comecei lá com os diretores, tinha essa fama, as secretárias... mas comigo começou o respeito...”. Fernanda comenta que “a gente que trabalha em recepção...por mais que você seja correta, responsável, lá fora, quem tá lá fora, as pessoas nunca acreditam que a mulher chegou aquele lugar por capacidade”. Sara completa que

Existia um preconceito, mas na minha época... antes da minha época ali eu acho que tinha mais, depois deu uma melhorada assim também, foi, foi subindo o nível assim, mas existia um preconceito, existia bastante, a gente que sabia lidá com isso aí e não se deixava abalá, tinha preconceito. E outra, e um cargo que não deixava de ser uma chefia, né, então, além de tudo, por isso que surgiram alguns comentários

As demais entrevistadas, Nair, Milena, Vera e Márcia, que não exerceram a função de secretária, também comentaram sobre a “má fama” das secretárias. Segundo Nair “houve época até que tinha ali, não tinha uma fama muito boa as secretárias, porque eles levavam, viajavam e levavam a secretária junto.” Milena, durante a entrevista, ao justificar a escolha de sua formação técnica explicava que na época havia os cursos técnicos em Contabilidade e em Secretariado. Neste ponto argumentou que o Secretariado “porque tinham muitas secretárias... também principalmente quando começou... tinha a história das secretárias... mas primeiro foi o (curso) Normal”. Já Vera comenta que “muitas secretárias de presidente né, todas muito bonitas (*risos*)”. Márcia foi mais longe em sugerir que as secretárias eram

todas mulheres e mulheres tinham que ser mulheres bonitas, no perfil dele, né...teve uma época que teve um presidente...tem um monte de secretária né, secretária pra atender telefone, pra ir ao banco, secretária pra tudo né, tinha secretárias, eu pensava, mas parece um harém do que... provavelmente profissional (depoimento à autora em 18/03/2010).

Os depoimentos sugerem as imagens pejorativas que a profissão de secretária adquiriu no mundo do trabalho. De onde viria o mito difamador dessa profissão? Inúmeras representações da figura da secretária foram produzidas pelas mídias, seja através do cinema, da televisão, na literatura, nos romances, nas letras de música, que cooperaram na construção de um imaginário coletivo sobre a profissão. É importante considerar que no período em que Miriam, Fernanda e Sara exerceram a função de secretárias, entre o final da década de 1970 e meados de 1980, a profissão começava a existir como terceiro grau no Brasil. Data do final da década de 1960 a criação do primeiro curso de Secretariado Executivo no Brasil (FREITAS, 2007). E foi esta profissão, juntamente com o trabalho em escritório, que mais absorveu a mão-de-obra feminina a partir da década de 1960 em várias partes do mundo. O que faz da profissão de secretária uma espécie de “marco” do acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Michelle Perrot, ao analisar o trabalho das mulheres em França do século XIX, diz que foi com as “damas” secretárias que começou a verdadeira mutação do trabalho feminino, já que a “imagem da operária continuava repulsiva às mulheres, antítese da feminilidade, foi sob a aparência da graciosa datilógrafa que avançaria o proletariado dos tempos modernos” (PERROT, 2005, p. 195). Ainda segundo Perrot (2005, p.11) “as mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra esse bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar.” Em relação à representação que ocupa hoje no imaginário das pessoas, é possível perceber que do acesso a profissão de secretária à imagem da mulher que se relaciona amorosamente com o executivo houve uma mudança. Aponto aqui a persistência de “qualidades femininas” estereotipadas que acompanharam as mulheres no mundo do trabalho. Além da essencialização (as mulheres são mais bondosas, sinceras e educadas) permanece a idéia de que no trabalho as mulheres lançam mão de “armas” diferentes da dos homens quando se trata de conquistar o que querem. Tais armas seriam constituintes da própria sexualidade feminina, “armas ilícitas”, “sexuais” com as quais seria difícil competir. Neste contexto, segundo Karine Freitas, o “modelo” de secretária implantado no Brasil parece ter vindo do modelo norte-americano de secretária, retratada nos filmes de Hollywood, nas letras de música

e nas histórias em quadrinhos (FREITAS, 2007). O cinema foi uma das mídias, por sua amplitude, que mais contribuiu com a produção de modelos estereotipados das secretárias, cujos filmes “Minha Secretária Brasileira” de 1942, estrelado por Carmen Miranda e o recente “Secretary” (2005) seriam exemplos (FREITAS, 2007). No Brasil, algumas músicas e cantores fizeram sucesso na década de 1970 falando das secretárias como a “Secretária Da Beira do Cais” de César Sampaio, a qual sugere uma analogia entre a profissão de secretária e a de prostituta.⁷⁰

Pensando nas relações estabelecidas entre homens e mulheres ao longo da História, que são, sobretudo, relações de poder, podemos indagar se o fato da função de secretária ter sido uma função Gratificada contribuiu para aumentar, ou não, a desqualificação ou a “fama” da profissão de secretária, embora sob o ponto de vista profissional sem dúvida representasse uma conquista da profissão. Não há respostas, apenas indagações, mas como os próprios homens viam essa função gratificada? Representaria para eles uma “afronta” aos demais cargos do banco não-comissionados?⁷¹

Vera e Maísa foram admitidas no banco já com cargos de chefia. Maísa foi a segunda mulher a ocupar cargo de chefe de departamento no banco, cargo imediatamente abaixo de diretor.⁷² Quando perguntada sobre as relações entre homens e mulheres no banco, Maísa ressaltou que “sempre tive uma facilidade muito grande de relacionamento com os homens no trabalho, independente se tanto subordinados, quanto do mesmo nível hierárquico.” Já em relação às mulheres, Maísa comenta que

Em toda a minha vida eu tive essa, esse, essa, eu sempre senti uma facilidade enorme de lidar com qualquer homem e com uma relativa dificuldade pra lida com as mulheres. Porque eu não sei, deficiência pode ser até minha, pode se também...eu sempre achei mais fácil lidá com os homens, achei mais fácil, às vezes a incapacidade até era minha, fosse minha mesmo, de uma mulher no comando, não sei, ou talvez como fosse poucas as mulheres no comando, elas também... sentia que a coisa era meio recíproca assim, sabe um, pezinho atrás, assim, e tal (depoimento à autora em 15/03/2010).

⁷⁰ A popularização do cantor em 1975 é atribuída a esta música.

⁷¹ Em janeiro 1986, o banco implantou seu novo Plano de Cargos e Salários . Um dos objetivos da reestruturação do Plano até então vigente era a “remuneração dos cargos de acordo com a sua importância para o Banco”. Segundo informações colhidas com as entrevistadas, no novo Plano as funções de secretária e recepcionista deixaram de serem funções gratificadas. Foi neste mesmo ano que Sara pediu transferência para nova função (MURAL, 1986).

⁷² Essa informação foi cedida por Maísa. Como não foi possível ter acesso à ficha funcional das entrevistadas, não confirmamos tal informação com as informações oficiais do banco.

A facilidade de lidar com homens e a dificuldade de lidar com as mulheres dita por Maísa nem ela mesma sabe a quem atribuir. Sugere que o “problema” poderia tanto estar com ela, quanto nas próprias mulheres. Desde sua admissão no banco, Maísa exerceu cargos de comando como a Assessoria de Diretor e Chefia de Seção. Dessa forma, a “relativa dificuldade” que tomava as relações com as mulheres poderia refletir a novidade que representavam as mulheres em cargos de comando no banco. Segundo Maísa “eram raríssimas as mulheres que apareciam em cargos de comando.” E quanto aos outros Assessores “todos eram homens, só eu mulher, sempre, por isso que eu digo eu era meio sozinha no meio dos homens e me dava super bem com eles, me dava super bem com eles. Já Vera disse que nunca se preocupou se estava trabalhando com homem ou mulher, diz que “sempre me considerei igual”. Porém, quando perguntada sobre possíveis diferenças na forma de tratamento de homens e mulheres no trabalho, Vera comenta que

se tinha em relação à chefia, sabe, a chefia não, eu tive chefes assim que, não...o homem era prioridade, sabe, as pessoas mais velhas, né. O Homem era prioridade, mas não, não é que eu aceitasse, eu ia alcançar o meu objetivo, tranquilo, tanto que pra nós na época ir pro cargo de Técnico de Nível Superior era o máximo na época sabe, minha meta era aquela (depoimento à autora em 11/03/2010).

Embora Vera percebesse certa “diferença” das mulheres em relação aos homens no acesso aos cargos de chefia, ela (assim como Maísa) demonstrou certa resistência à palavra feminismo. Conforme Voldman (1996), o entrevistador expõe o entrevistado mais do que pensa. Medo e resistência são sentimentos que tanto entrevistado quanto entrevistador tem que lidar, pois são muito comuns nas entrevistas e trabalhar com depoimentos orais exige saber que o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato (VOLDMAN, 1996). Em certa passagem Vera comenta, ou melhor, deixa de comentar, que “teve uma vez até um...” um episódio em que ela achou que fora preterida porque era mulher. Continua Vera, mais ao final da entrevista, que “na primeira promoção, todos entraram, menos eu. Aí na segunda vez que teve, eu... Apesar de que eu era mais nova né, tinha menos tempo... a segunda vez então eu entrei para Técnico Nível Superior”.

Nair e Milena foram as que mais perceberam como “conflituosas” as relações entre os homens e as mulheres. As duas ocuparam cargos comissionados com o passar do tempo, porém,

segundo elas, era muito difícil de consegui-los. Nair diz que “fiz uma briga de foice”. Milena “eu briguei muito pelo que eu queria”. Segundo Nair

Os homens não davam espaço, não, não, tinha que luta, tinha que faze... tudo certinho e mais alguma coisa pra eles acha que tu fizesse o mínimo, sempre foi assim. Agora eu era tinhosa, eu era... eu não me dava por vencida, sempre fui, sempre lutei. Eu sempre lutei pelo meu espaço, lutei pra fazer... eu galguei todos os cargos dentro do banco, só não fui diretora, mas fui diretora da Fusesc...nossa fundação e foi por eleição, por... (depoimento já citado)

Nair foi a primeira mulher a ocupar o cargo de chefe de departamento, cargo imediatamente abaixo de diretor, e foi também uma das três mulheres que fizeram parte da comissão fundadora do banco. A “briga de foice” de que fala Nair refere-se a sua trajetória dentro do banco, na qual, segundo ela, “era muito raro uma mulher em cargo comissionado” pois “eles achavam que os homens mereciam o cargo porque era pai de família, tinha que ter, ganha mais... isso eu cansei de ouvir, então eles davam cargo pros homens porque tinham mulher, filho...”. Nair comenta que

eu me dava bem no meio dos homens, tenho amigos até hoje, encontro as vezes, conversamos, tem o Cesar⁷³ que foi, que... colega no Crédito rural muitos anos, não fosse alguns que eram muito amigos, não tinha conseguido as coisas não porque a maioria não aceitava [] trabalha com mulher, era muito difícil... gostavam de mulher é pra recepção, atende telefone, servi cafezinho

Mas a que tipo de “briga” Nair estaria se referindo? Embora imaginemos situações de conflito quando Nair fala em “briga de foice”, esta não representa uma regra de “não falar com os homens”. Talvez Nair esteja demonstrando aqui as estratégias de que se utilizava para “conseguir algumas coisas”. Isso significaria uma “aliança” com os colegas homens? Talvez. Ressalto aqui como a idéia de rigidez nas relações (mulheres de um lado e homens de outro) não se apresenta desta forma nas relações práticas do dia-a-dia entre homens e mulheres. As relações são muito mais complexas e vão se “tecendo” na base das estratégias de resistência, sejam entre homens ou entre mulheres e homens, mesmo para aquelas que percebiam os “homens” como aqueles “que não davam espaço”.

⁷³ Nome fictício.

Milena disse que enfrentou duas situações na carreira que a fez “brigar” bastante no banco. Segundo ela, quando ainda trabalhava no banco Sul brasileiro em 1977

surgiu uma vaga uma chefia, aí surgiram, aí, ah, e por direito essa vaga seria minha, por capacidade tudo, não é questão...mas era, a vaga teria que se minha.Só que tinha um rapaz, que era casado e era homem... aí eles iam dá a vaga pra ele, vamos supor, esse... essa vaga de chefia ia ser pra esse rapaz, aí eu fiquei indignada né, porque eu sempre fui muito assim de correr atrás das coisas que eu queria, que era certo, errado [grifo nosso] aí eu fui fala com eles no banco, lá no Besc, fui pergunta pra eles quando tivesse concurso (depoimento já citado).

Milena concluiu, então, que “a primeira coisa que eles não queriam me promove era porque eu era mulher e era solteira...”. Mudando de banco e já com cargo de chefia, ela diz que novamente se sentiu injustiçada por ser “mulher”

Então eram três coordenadores, eu era o operacional, que era a área mais pesada entendesse, tinha mais... Aí quando mudou, mudou a Administração...Uma vaga ia desaparece, ia fica dois...agruparam, aí reuniu o gerente, com mais os dois coordenadores, mais os outros dois pra decidir quem ia fica, quem tu acha que ia fica? O gerente e os outros dois, não é óbviu?

Quando perguntada sobre as relações com os colegas homens e mulheres quando exercia chefia, Milena disse que “nunca tive muito problema, o que eu tive foi nesse sentido assim... sempre teve um pouco disso, né, na minha carreira, teve essa coisa de mulher”. Comenta ainda que “sempre fui muito metida, acho que mais foi o que me levou pra frente assim... mas o que eu sofri no banco, que eu digo assim, inicialmente foi a história do... lá no banco sul brasileiro, que foi uma coisa bem marcante, que era mulher e era solteira”.

Enquanto Miriam, Fernanda, e Sara percebiam a relação com os colegas homens como “respeitosa” e os colegas homens como “muito educados” e “pacientes”, no extremo oposto estava Nair e Milena que percebiam conflitos nas relações entre homens e mulheres. Vera percebia “diferenças” entre homens e mulheres quando se tratava de cargos de chefia. Já Maísa sentia mais dificuldades de lidar com as mulheres. Logo, defendo que para compreender como se davam as relações de gênero no trabalho no banco é preciso considerar as disputas existentes por espaços de poder com os homens ou entre as próprias mulheres na escala hierárquica do banco:

quando disputavam cargos de poder com os homens, as mulheres viam a relação entre eles como “uma briga” ou uma “guerra de foice”; quando não disputam poder era uma relação de “respeito” (ou de submissão ao chefe). Entretanto, não são relações fixas nem antagônicas, ou seja, as mulheres podiam ver nos homens grandes aliados, criando vínculos de amizade e companheirismo, relações que se apresentam como estratégias de resistência.

Algumas pesquisas também partilharam dessa análise. Aurea Tomatis Petersen pesquisando sobre as mulheres bancárias que trabalharam no banco do Estado do Rio Grande do Sul desde a década de 1920 partia do princípio de que estas mulheres, nas décadas de 1920 e 1940, seriam mulheres “revolucionárias” por escolher trabalharem num local extremamente restrito aos homens (PETERSEN, 1999). Petersen (1999) percebeu, através de entrevistas, que as próprias mulheres viam a relação com os homens como “excelentes” e que os homens “tratavam-nas como filhas”, concluindo que as bancárias viam as relações como respeitadas porque o que estas mulheres esperavam dos colegas homens naquele momento era apenas respeito e não igualdade. E tal postura era resultado tanto das influências de seu tempo, da conjuntura vivida no pós Segunda Guerra, que possibilitou o trabalho feminino, quanto das poucas possibilidades que tiveram de ascender no banco devido à regulamentação interna daquele banco, que as colocou em carreiras distintas dos homens.⁷⁴ Petersen compara, então, com as mulheres que ingressaram na década de 1960 no banco, período em que a carreira entre homens e mulheres foi unificada e estas passaram de auxiliares à carreira de escriturárias, dando-lhes o direito ao comissionamento. A autora destaca que nas mulheres que conquistaram cargos de destaque no banco observou-se um comportamento diferenciado, pois além de perceberem que desfrutavam de condições desiguais no banco, “não se conformavam da desigualdade às mulheres e questionavam a discriminação ou mobilizavam-se para superá-la” (PETERSEN, 1999, p. 295).

Observamos que embora Miriam, Fernanda e Sara percebesse a relação com os colegas homens como respeitadas, de fato, elas não esperavam igualdade deles, inclusive, Sara chegou a confundir o “homem” com o seu chefe, o que possibilita pensar como a relação entre os homens e as mulheres no banco poderia ser antes de tudo uma relação hierárquica. Já Nair e Milena ocupantes de cargos comissionado, os quais representavam espaços de poder, estariam, então,

⁷⁴ Conforme discutido no segundo capítulo, a admissão das mulheres no quadro do banco do Estado do Rio Grande do Sul se deu por uma resolução que estabeleceu que as moças fossem admitidas “a título precário na carreira de auxiliares”, o que colocou um impedimento institucional para a ascensão das mulheres no banco (PETERSEN, 1999).

reivindicando um espaço que seria, em princípio, dos homens por excelência, ou “por prioridade”, como disse Vera. Por esse motivo, por disputarem um espaço que até então “tinha dono”, as relações tornaram-se conflituosas. Conforme mostrou Joan Scott, “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, ou seja, as relações de gênero são, antes de tudo, relações de poder (SCOTT, 1990, p. 86).

Percebemos ainda um terceiro modo para se pensar as relações entre homens e mulheres: quando as mulheres se sentem em condições de igualdade com os homens, por também estarem ocupando espaços de poder no mesmo patamar daqueles, elas tendem a se aproximar mais da figura e do modo de ser masculino e rejeitar o feminino, ou seja, a relação é melhor com os homens (que ela se considera igual) do que com as mulheres (que ela rejeita porque representa o oposto dela). Pois se mulheres em geral não possuem poder e, historicamente estiveram submissas a uma autoridade, seja a paternal, seja a do marido, logo, quando passariam a ocupar cargos/espaços de poder tenderiam a rejeitar a figura “feminina e submissa”? Seria possível essa compreensão? Se compreendermos a relação entre homens e mulheres no trabalho do banco como uma relação hierárquica, sendo as mulheres as que se encontram no nível mais baixo dessa hierarquia, talvez a resposta seja sim. Como se daria, então, a relação de gênero no trabalho, quando a chefia é uma mulher? Poderia continuar, neste caso, havendo uma hierarquia de “gênero”, além da hierarquia profissional?

3.4.1 A “profissionalização” e a ascensão das mulheres

A forma como Márcia percebia as relações entre homens e mulheres no banco aproximava-se da maneira de Nair e Milena. Após dois anos de trabalho no setor de abertura de contas em agência, Márcia iniciou no setor de recursos humanos como psicóloga, trabalhando na área de Treinamento, o que a colocava num quadro de carreira à parte. Para Márcia, as relações entre homens e mulheres no banco

muito machismo né, chefe de expediente, gerente, eles assim acabavam mostrando o machismo deles, como eles lidavam com a relação homem-mulher dentro de casa, eles reportavam isso pra gente assim...brigavam com as mulheres, davam bronca como davam em casa com a sua mulher... eu achava muito machismo, cansei de chama chefe meu de machista... (depoimento já citado).

Márcia atuou vinte anos como psicóloga na área de Treinamento, trabalhando com o recrutamento e seleção para os cargos vagos, desde o caixa até o gerente da agência. Entretanto, a aplicação da seleção interna como pré-requisito para o preenchimento de cargos vagos nem sempre foi exigida, passando a ser exigência a partir do novo Plano de Cargos e Salários em 1986 (MURAL, 1986). Segundo Márcia quem era selecionado para as vagas em geral “eram homens, muito mais homens... apesar de que, a gente, naquela época, apareceriam, apareceram, apareciam muitas candidatas mulheres”. A época a que Márcia se refere é a segunda metade da década de 1980. Foi comum nos depoimentos, as entrevistadas, principalmente aquelas admitidas nas décadas de 1960 e 1970, associarem a segunda metade da década de 1980 em diante às “mudanças”. Percebi, durante as entrevistas, que o sentido que “profissionalização” adquire neste contexto é diverso de “esforço pessoal no trabalho”, como analisado no Segundo Capítulo deste trabalho. Também não significa apenas formação profissional, aspecto, aliás, no qual Márcia também observou uma mudança. Para ela

tinha determinados momento que a questão do preparo do homem e da mulher era muito parecida né, no começo quando a gente começou a trabalha com isso. Depois a gente começou a vê que não, que a mulher ia mais pra faculdade, ia estudar mais que o homem, porque o homem vinha com aquela desculpa...ah, e o banco não me deixou estudar, tinha muito essa coisa da escolaridade né, muita gente com primeiro grau, mas tinha muito mais mulher escolarizada do que homem ...né, até um determinado tempo, depois a coisa começou a mudar, né, mais assim diferente né (depoimento já citado).

Data da segunda metade da década de 1980 a implantação da automação bancária no banco do Estado de Santa Catarina. A partir daí, as agências bancárias passavam a estar interligadas em tempo real e as operações bancárias dos clientes passavam a ser automatizadas e substituídas por terminais de consulta eletrônicos (INFORMATIVO NOSSO BESC, 1989). Conforme apontou Segnini (1998), as mudanças tecnológicas no trabalho bancário modificou a rotina de trabalhos repetitivos, como a digitação de dados, trazendo a característica da flexibilidade nas relações trabalho e novas exigências de qualificação. Os bancos passariam, então, a procurar funcionários “flexíveis”, ou seja, um profissional que realiza diversas funções com conteúdos diferenciados toda vez que a demanda por produtos e serviços assim o requerer a, sobretudo, a habilidade no relacionamento com clientes, focalizando a venda de produtos e

serviços bancários (SEGNINI, 1998). Ainda segundo Segnini (1998), tal qualificação submeteria a mão-de-obra feminina “a novas formas de uso”. Convém lembrar que é neste momento que Segnini aponta para a nova apropriação das “habilidades femininas”, as quais as mulheres aprenderam histórica e culturalmente, como saber ouvir, ser amável, atenciosa, ter responsabilidade, estabelecer laços de amizade, que seriam transformadas em competência no ambiente bancário (SEGNINI, 1998).

Além do novo sentido que adquirir a “qualificação” profissional no setor bancário a partir da implantação de novas tecnologias, a “profissionalização” novamente mereceu relevância aqui devido ao termo estar colocado como oposto à política, ou seja, às interferências políticas no banco. Segundo Nair, admitida em 1962, as mulheres com o passar do tempo “foram conquistando, foram brigando e foram... algumas... algumas foram muito mole, desistiram, desistiram né, mas foram né”. Já Milena comenta que

Foram é, entrando né, mas já começou, na minha época já começou a entra e as chefias eram mais difíceis né, entrei em setenta e pouco, que aí começaram as primeiras, as primeiras... aí em oitenta e pouco que aí começaram as primeiras mulheres em cargos de chefia. Claro que lá em setenta e ...sete eu também já ia recebe uma chefia né, mas também... quer dizer... mas era difícil, era tudo mais difícil. Já tinha coisa de homem, mulher, separado né, separavam bem isso aí.

Vera comentou que “eu entrei numa época... tinha uma época que tinha muita...de mulheres e política, né. E...tava acabando assim quando eu entrei. As coisas assim já eram mais profissionais”. Sara, que foi admitida em 1979, diz que “eram raras as mulheres que tinham chefia... depois foi mudando e muito, em 10 anos mudaram muito, as mulheres ganharam...tinham bastante promoções, e na nossa época ainda... não era muito de mérito... era muito... padrinho, tinha muita política.”

Dados estatísticos oficiais do mercado de trabalho vão de encontro ao depoimento de Márcia, reforçando a constatação dessa mudança no que refere à formação técnica e profissional de homens e mulheres.⁷⁵ Não pretendo discutir tais dados, pois estes se explicam por si só. Pesquisas de campo também já mostraram que o crescimento expressivo das mulheres no mercado de trabalho não teve ressonância nos cargos de topo das empresas brasileiras (PUPPIM,

⁷⁵ Cristina Bruschini, analisando dados oficiais como PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), entre outros indicadores do mercado de trabalho, mostrou que em 1980 o número de mulheres (663 mil) que ingressaram nos cursos universitários foi o mesmo que de homens (689 mil) (BRUSCHINI, 1995).

1994). A mesma autora, pesquisando sobre o acesso das mulheres aos cargos de comando numa empresa petrolífera privada no final da década de 1990, mostrou que embora esteja em curso lento e gradual o acesso das mulheres ao topo das organizações, o “teto de vidro” não foi rompido efetivamente, pois inúmeras barreiras persistem nas condições desiguais entre homens e mulheres na ascensão da empresa. Barreiras que não estão mais escritas nos regulamentos das empresas, mas estão enraizadas nas atitudes, valores e comportamentos de seu quadro de funcionários (PUPPIM, 1994).

Mulheres e cargos de poder, ou mulheres e posições públicas de poder, estiveram opostos historicamente. Em se tratando de ocupação de cargos de comando, há uma dupla barreira quando há influência política. Todas as duas enraizadas e justificadas pelos papéis e posições reservados social e culturalmente às mulheres. Enquanto para o acesso ao trabalho bancário as “características femininas” foram decisivas, devido à necessidade de contratação de mão-de-obra barata e “desqualificada” pelos bancos, ocasionada pela automação bancária, o acesso aos cargos de comando, exige, por sua vez, romper com estes mesmos “papéis e posições”, os quais conferem status de poder diferenciado às mulheres. Tais “características femininas” acompanharam as mulheres no mundo do trabalho. Papéis e posições que, por sua vez, representam exigências contraditórias, o que significa ser mãe, esposa, a profissional, mas também bela? As mulheres historicamente foram alvo de um discurso da beleza, mas no tocante à “política da beleza”, as bancárias viveram num período em que a beleza representava algo mais do que uma “mulher bonita”. Neste contexto, a beleza era também sinônima de status e distinção social, que colocou as mulheres como as principais personagens do discurso do belo. A beleza foi capaz de inserir as mulheres em ambientes sociais e políticos, mas ela mesma se apresentava como uma “marca” de gênero no mundo do trabalho, por isso, considero que o “ser bela” conferia certo tipo de “poder social,” mas não aquele capaz de adentrar a arena do poder político. Mais do que o falar em poder político, por sua vez, falar de “homens públicos” representa o quanto à política está ligado aos homens. Logo, é a relação aparente de homens com a política e das mulheres com a beleza, instâncias que se apresentam como generificadas e que, portanto, precisam ser melhor questionadas e historicizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final de expediente no banco, geralmente, revela o cansaço de um longo dia de trabalho. O desfile final de um concurso de beleza, por sua vez, representa, ao mesmo tempo, vibração e desânimo. A “vencedora” se sente realizada pelo título conquistado, as “perdedoras” ressentidas pela derrota. Mas tal como no trabalho no banco, os concursos de beleza também poderiam ser considerados uma espécie de “trabalho”, ou seja, uma espécie de compromisso, neste caso assumido pelas mulheres para com elas mesmas, perante a sociedade, e perante os valores e comportamentos construídos para o “feminino”.

Observando nos dias atuais, seja através das mídias, dos jornais, na televisão, no cinema, na política, refletido no dia-a-dia das relações entre homens e mulheres, observo que o compromisso com a beleza se impõe a todas as mulheres. Daquela que desenvolve profissão relacionada à beleza e ao corpo, àquelas que possuem as mais diversas profissões. Da modelo à costureira, da engenheira à cientista. Perceber como este discurso da beleza atingiu as mulheres bancárias que trabalharam no banco do Estado de Santa Catarina entre as décadas de 1960 a 1980, se este representava uma “marca” do gênero que acompanhou as mulheres na ida ao mercado de trabalho e em que medida tal “marca” gerou resistências/dificuldades na no trabalho no banco, foram algumas das principais motivações deste trabalho.

Como foi discutido aqui, o fato das mulheres terem se inserido nos bancos a partir da década de 1960 não representou apenas uma “conquista” feminina. Foi também resultado do desenvolvimento capitalista, com a instalação da automação e informatização bancária, os quais representam um *locus* capitalista por excelência. Tais instituições buscam de forma racional o retorno de seus investimentos, utilizando-se para isso de mão-de-obra mais barata, como as mulheres. Por isso compartilho, neste trabalho, com os resultados de outros trabalhos e pesquisas que discutem os pré-conceitos e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na sua inserção ao mercado de trabalho.

De forma geral, o que se percebeu, tanto através das fontes escritas e orais, é a permanência da associação das mulheres com certos atributos historicamente construídos para o feminino, os quais permanecem em oposição aos atributos reservados ao masculino, e como há

uma hierarquia entre os dois. Dentre estes, destacamos aqui a beleza “feminina” e o espaço doméstico como o espaço das mulheres e a política e o mundo do trabalho para os homens. Conforme foi observado, apesar do trabalho no banco representar para algumas a realização de um “sonho, algumas delas pretendiam seguir uma carreira e ocupar posições de destaque, entretanto, o lugar das mulheres estava delimitado. Era preciso “brigar” muito para transpor essa barreira e ganhar espaço. Mesmo aquelas que ocuparam cargos, e possuíam todo o auxílio em casa, continuavam responsáveis pelo comando da casa e do cuidado com os filhos. Apesar do esforço de alguma delas de se mostrarem “profissionais” acima de tudo, a questão familiar, bem como a própria disputa com os colegas homens, e também a questão da política, se apresentavam como empecilhos à carreira no banco.

Considero que refletir sobre as questões acima é uma tarefa urgente, na medida em que, ainda nos dias atuais as mulheres continuam, apesar de possuírem maior qualificação, recebendo salários menores que os homens. Mas o debate tem existido. Dentro da História, vários trabalhos têm sido feitos sobre o tema na tentativa de discutir e desconstruir pré-conceitos estabelecidos em relação ao trabalho das mulheres. No movimento sindical bancário, começam a ganhar destaque os programas pró- equidade de gênero. Mas muito ainda precisa ser feito para que esta “história” seja modificada. No caso do trabalho bancário, as mulheres representam metade da categoria bancária no Brasil.⁷⁶ Entretanto, o percentual de mulheres nos altos cargos de comando, como diretorias, cai para muito menos que a metade.⁷⁷ Penso que a grande questão é que os empecilhos não estão mais escritos, mas estão enraizados nas normas, nos valores, comportamentos, vivenciados do dia-a-dia das práticas e das relações entre homens e mulheres. Pois, de outra forma, por que persistem as desigualdades?

Como pauta para futuras reflexões, encerro este trabalho com algumas questões em aberto. A história das bancárias está ligada a de outras mulheres em outras profissões, não sendo exclusivo delas a persistência de uma “hierarquia” em relação ao trabalho masculino. Talvez o “problema” não esteja na bancária, na engenheira, na cientista ou na professora, ou seja, não

⁷⁶ Dados de 2008, indicavam que a média Brasil era de 48,4 % de mulheres, contra 51,6% de homens (RELATÓRIO ANUAL FEBRABAN, 2008).

⁷⁷ Dados de 2005 mostram que menos de 12% das diretorias eram compostas por mulheres (ESTUDOS E PESQUISAS, 2005).

importa a profissão, o que importa é que esta é desempenhada por alguém que é denominada “mulher”, representante do “feminino”. Por ora, concluo que discutir as mulheres enquanto sujeitos nomeadas como tal e o que isso representa parece ser um forma de compreender as desigualdades persistentes nos tempos atuais.

FONTES

ENTREVISTAS ORAIS

Fernanda (nome fictício). 51 anos, divorciada, três filhos, admitida em 1973, trabalhou 17 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 14/12/2009, em Florianópolis.

Maísa (nome fictício). Casada, dois filhos, admitida em 1983, trabalhou 19 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 15/03/2010, em Florianópolis.

Márcia (nome fictício). 50 anos, solteira, não possui filhos, admitida em 1982, desde 1985 atuou como psicóloga dentro do banco, trabalhou 20 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 18/03/2010, em Florianópolis.

Milena (nome fictício). 52 anos, separada, possui um filho, bancária desde 1975, trabalhou dois anos no banco sul brasileiro (extinto) e 25 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 17/03/2010, em Florianópolis.

Miriam (nome fictício). 50 anos, divorciada, dois filhos, admitida em 1982, trabalha há 28 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 06/06/2009, em Florianópolis.

Nair (nome fictício). 65 anos, solteira, um filho, membra da comissão fundadora do banco do Estado de Santa Catarina em 1961, no qual trabalhou 34 anos. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 25/03/2010, em Florianópolis.

Sara (nome fictício). 50 anos, uma filha, admitida em 1979, trabalhou 21 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 25/03/2010, em Florianópolis.

Vera (nome fictício). Casada, duas filhas, admitida em 1976, trabalhou 20 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 11/03/2010, em Florianópolis.

ACERVO MUSEU BESC

MURAL. Florianópolis: Informativo das Empresas do Sistema Codesc, Nov/1983- fev/1987.

INFORMATIVO NOSSO BESC. Besc: Florianópolis, ano 1, nº 2, ag. 1989.

INFORMATIVO NOSSO BESC. Besc: Florianópolis, ano 1, nº 3, out. 1989.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO

O BANCÁRIO. Florianópolis: SEEB Floripa. Out./Nov. de 1979.

ARQUIVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A GAZETA. Florianópolis, 26 set.1979

A GAZETA. Florianópolis, 15 set.1965

O ESTADO. Florianópolis, 02 ag. 1979

O ESTADO. Florianópolis, 03 ag. 1979

O ESTADO. Florianópolis, 10 ag. 1985

DOCUMENTOS ON LINE

ESTUDOS SOCIO-ECONÔMICOS. Profissão Bancário: perfil da categoria. São Paulo: DIEESE, Junho 1980. Disponível em: <www.dieese.org.br/cedoc/003117.pdf>. Acesso em: 15/02/2010.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev. 1996.

ALVAREZ, Sônia. Politizando as relações de gênero e engendrando a Democracia. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 315-380.

ALVAREZ, Sonia E. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIFC/ECO/UERJ, vol. 02, n.º 02, p. 255-294, 1994.

ALVES FILHO, Antônio et al. **Besc: uma idéia 35 anos depois**. Florianópolis: Besc, 1997.

ARANHA, Altair J. **Dicionário Brasileiro de insultos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
Disponível em: <<http://www.books.google.com.br/books?id=EYcp>> Acesso em: 10 abr.2010.

AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

BASSANEZI, Carla; URSINI, Leslye. O cruzeiro e as garotas. **Cadernos pagu**. n.4, p. 243-260, 1995.

BOSI, Ecléa. **A substância social da memória**. In: O tempo vivo da memória. Ensaio de Psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.) **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.184-191.

BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. In: FERNANDES, Reynaldo (Org.). **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: LTr, 1995. P.84-119.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **Bancários: movimento sindical e participação política**. Campinas (SP): Ed Unicamp, 1986.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DEDECCA, Claudio Salvatore. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, Ana Alice et al (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004. p. 21-52.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Vol. 1: A antiguidade. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

ESTUDOS E PESQUISAS. As mulheres nos bancos: São Paulo: DIEESE. Ano 1, n. 7, mar. 2005.

FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO RS (FEEB-RS). **Retrato da mulher bancária: Trabalho, família e cidadania**. Porto Alegre: 1990.

FREITAS, Karine. O lugar da Secretária: implicações históricas de gênero no trabalho e imagem da Profissão. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 1, 2007, Natal/ RN. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/login.php?edicaotrabalho=6918>> Acesso em: 05 Abr. 2010.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. In: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004, p.57-94.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 5ª edição.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política e amnésia. In: **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOFES, Suely e PISCITELLI, Adriana. Memórias de “Histórias femininas, Memórias e Experiências”. **Cadernos Pagu**, n.8/9, p. 343-354, 1997.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 11(1), n. 336, p.234-241, jan-jun/2003.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**. n.3/4, p.46-67,1995/1996.

MICK, Jacques. **Sessenta: Uma história, 1935-1995**. Florianópolis: SEEB de Florianópolis e região, 1995.

MIGUEL, Denise Soares. De rainha do lar à professora. **PerCursos**. Florianópolis, v.4, n. 1, p.67-77, jul. 2003.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Mulheres em movimento: O balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política**. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição feminina, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: n.10, dez 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Núcia Alexandra Silva. A beleza que se compra... O gênero que se constrói. Uma análise de anúncios publicitários de produtos de beleza para homens e mulheres (1950-1980). In: SILVA, Cristiani Bereta da et al. **Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

OLIVEIRA, Núcia Alexandra Silva de. **As páginas da beleza... As representações sobre a beleza feminina na imprensa (1960/1980)**. Florianópolis: UFSC, 2001. Dissertação de Mestrado em História.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: Uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: O uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 185-211.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou o silêncio da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 09, n. 18, p.9-18, ago/set. 1989.

PETERSEN, Aurea Tomatis. **Trabalhando no banco**: trajetórias de mulheres gaúchas desde 1920. Tese. (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1999.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p.25-39, fev.1997.

PUPPIM, Andréa. Mulheres em cargos de comando. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (orgs.). **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero; Fundação Carlos Chagas, 1994.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos pagu**, n.11, p.89-98, 1998.

RELATÓRIO ANUAL 2008. São Paulo: Febraban, 2008. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

REVISTA DOS BANCÁRIOS DO ABC. Santo André, São Paulo: Sindicato dos bancários do ABC, mar. 2009, Ed. Especial. Disponível em:<[HTTP://www.bancariosabc.org.br/documentos/BancáriosABC_bx.pdf](http://www.bancariosabc.org.br/documentos/BancáriosABC_bx.pdf)>. Acesso em: 09/12/2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. RJ: Paz e Terra, 1988, 2ª Ed.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder: Novas sociabilidades urbanas, em Florianópolis. De 1950 a 1970**. Tese. (Doutorado em História) – IFCH-UFRGS/RS, Porto Alegre, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFRJ, ano/vol. 12, n.º 02, 2004.

SCHMITZ, Sérgio. **Bancos privados e públicos em SC: A trajetória do BDE (contribuição à história bancária catarinense)**. Tese. (Doutorado em História) – USP/SP, São Paulo, 1991.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. Tradução de Lúcia Haddad. **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n.º 16, p. 297-325, fev. 1998.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: O século XIX**. Edições Afrontamento, 1991, Vol. 4.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n.16, p.73-99, jul./dez. 1990.

SEGININI, Liliana. Feminização do trabalho bancário. In: BRUSCHINI, Cristina. **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero; Fundação Carlos Chagas, 1994. P.37-66.

SEGININI, Liliana. **Mulheres no trabalho bancário**. São Paulo: Edusp, 1998.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: SMC: Editora Brasiliense, 1991.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. P.34-41.